INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)

AMEFRICANIDADE COMO METODOLOGIA DE FORTALECIMENTO DAS NEGRITUDES: A BRANQUITUDE NO BANCO DOS RÉUS NO TRIBUNAL DO COLORISMO

LUSA FONTOURA PORTUGUEZ

Foz do Iguaçu

2025

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)

AMEFRICANIDADE COMO METODOLOGIA DE FORTALECIMENTO DAS NEGRITUDES: A BRANQUITUDE NO BANCO DOS RÉUS NO TRIBUNAL DO COLORISMO

LUSA FONTOURA PORTUGUEZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dra. Angela Maria de Souza

Foz do Iguaçu

2025

LUSA FONTOURA PORTUGUEZ

AMEFRICANIDADE COMO METODOLOGIA DE FORTALECIMENTO DAS NEGRITUDES: A BRANQUITUDE NO BANCO DOS RÉUS NO TRIBUNAL DO COLORISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof. Dra. Angela Maria de Souza – (UNILA)

_____

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis – (UFPB)

_____

Prof. Dr. Marcos de Jesus Oliveira – (UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

P853a
Portuguez, Lusa Fontoura.
Amefricanidade como metodologia de fortalecimento das negritudes: a branquitude no banco dos réus no tribunal do colorismo / Lusa Fontoura Portuguez. - Foz do Iguaçu, 2025.
171 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG IELA).
Orientador: Prof. Dra. Angela Maria de Souza.

1. Negros - Identidade racial. 2. Diáspora africana. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 4. Colorismo - Relações raciais. I. Souza, Angela Maria de. II. Título.
CDU 316.347(=013)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus ancestrais. Agradeço à minha família por me inspirarem, por possibilitarem a base da educação, fruto de muito esforço, carinho, cuidado, dedicação, companheirismo e afeto! É muito forte ser a primeira pessoa da família a realizar um mestrado. Mas desejo que seja para abrir cada vez mais caminhos, para estarmos onde quisermos!

Foram trilhados caminhos árduos por essa estrutura de sociedade machista, racista, LGBTQIAPN+fóbica, entre tantas outras opressões que atravessam as nossas trajetórias. Seguimos rememorando que a nossa família atravessou a Bahia em um pau-de-arara, em busca de melhores condições de vida. Entretanto, esse pau-de-arara trouxe não somente minha família da Bahia para esse território do Centro-Oeste. Foram percorridos cerca de 600 quilômetros em estradas de terra, durante 06 dias, fugindo da fome e da seca, em busca de acesso ao trabalho e educação, mas trouxe também as próximas gerações, para a abertura de novos caminhos.

Os valores da nossa família nos inspiraram e nos ensinaram que a gente pode sonhar, compreender as estratégias do jogo dessa sociedade, traçando caminhos estratégicos para a realização. Acreditaram que o estudo era o melhor trajeto a ser seguido, com o objetivo de transformar a nossa realidade.

Necessário contextualizar que nossa família baiana é permeada pelo carinho de apelidos, que ocupa um lugar de afeto, constituindo também as identidades.

Agradeço à minha mãe, Terezinha Portuguez da Cunha, que se identifica como Têka, pela força, amorosidade, carinho, alegria e por questionar as estruturas da sociedade. Ainda que tenha encontrado adversidades na vida, agradeço por mostrar a importância da felicidade e do amor, guiando a vida a partir da frase “O importante é ser feliz!”. Obrigada por valorizar a história negra da família, trazendo à tona as narrativas do meu avô Irineu, enfrentando os apagamentos tão comuns vivenciados em famílias inter-raciais. Por falar abertamente sobre os racismos – inclusive espinhosos racismos intrafamiliares –, pelos valores repassados, por ser essa potência e por esse lugar de acolhida e afeto. Você é inspiradora!

Agradeço à minha tia Creuza Portuguez da Cunha, conhecida como tia Dedinha, por ser essa mulher forte, inteligente, carinhosa, autêntica, tão consciente de seus direitos, por sua doçura, energia e sabedoria inspiradoras. E como disse minha tia Dedinha, nossa professora que tanto nos inspirou: “O ciclo de pobreza foi erradicado na nossa família, através da EDUCAÇÃO e da SABEDORIA de nossos pais.”.

Agradeço à todas as minha tias e tios queridos, que foram imprescindíveis para a minha formação enquanto pessoa. Agradeço às minhas primas e primos, que seguem revolucionando a família com as inquietudes das nossas gerações.

Agradeço aos meus avós Irineu Pereira da Cunha e Maria Portuguez da Cunha, chamada também carinhosamente de Nelô, que vieram trabalhar na construção de Brasília. Meu avô como pedreiro, minha avó vendendo marmita e como trabalhadora doméstica. Ainda que eles não tenham tido acesso à educação formal, agradeço por eles lutarem muito para que os filhos e netos pudessem ter acesso à educação, transformando a nossa realidade individual e coletiva!

E essa ideia semeada, segue nos inspirando e florescendo! ❤️🌱🌳✊🏾

E quando falo de família, agradeço à minha família extensa desde meu avô Irineu e minha avó Nelô! À minha família desde minha mãe Terezinha Portuguez da Cunha e meus irmãos Nara Fontoura Portuguez, Artur Santos Fontoura e Gabriel Santos Fontoura! Meus sobrinhos Leonardo Fontoura Portuguez do Nascimento e Ana Clara Fontoura Portuguez do Nascimento, meu cunhado Anderson Fonseca do Nascimento! E à minha família com meu companheire, Kayodê da Silva Silvério, que é o grande amor da minha vida! Vocês foram incríveis e imprescindíveis para o fortalecimento durante esse momento que precisei me dedicar muito e nem sempre consegui estar tão presente fisicamente, tanto quanto gostaria, mas como sempre digo: estive conectada na amorosidade constantemente!

Agradeço ao meu amor, Kayodê, pelo carinho, cuidado, companheirismo, pelas conversas, gargalhadas, acolhidas, conchinhas, revoluções cotidianas, por confabularmos a transformação das realidades postas, pela inspiração, chamegos, dengos e muito mais. Você é um ser que irradia luz. Muito obrigada por tornar os dias mais iluminados, Raio de Sol!

Agradeço às/ès/aos amigas/es/os de longa caminhada Árina, Anna Bárbara, Leila, Rayane, Marina, Janaína, Vanessa, Amanda, Dani, Iuri e Débora, que também é uma prima amada que a vida reencontrou, por se fazerem presentes de muitas formas na amorosidade, colaborando para recarregar as energias, durante esse período em que tive que vivenciar uma dedicação intensa para os estudos. Muito obrigada pela parceria, carinho e cuidado. Vocês são muito especiais na minha vida!

Agradeço à querida Sid, Sidnéia Vasconcelos Barbosa, por deslocar a maneira como as desigualdades raciais são debatidas e pelos aquilombamentos construídos na estrutura embranquecida da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES-DF. Tenho muito respeito, carinho e admiração pela sua trajetória de força, coragem e dedicação, sendo responsável por realizar uma gestão histórica do Ambulatório Trans/Núcleo de Atendimento Ambulatorial de Diversidade de Gênero-NAMB da SES-DF, apresentando uma qualidade

técnica e compromisso ético com a política de Estado, entre tantas outras qualidades. Você construiu e segue construindo um legado, para a transformação histórica da sociedade.

Agradeço às/ès/aos colegas de turma do mestrado, em especial à Priscila Santos, que se tornou uma amiga querida de luta, com sua força, carinho e falas inspiradoras, nos trazendo com frequência a frase “batalhas teremos sempre na vida, mas importante é saber quem está ao nosso lado nas trincheiras”. Spartacus com sua leveza, noção de coletividade e entusiasmo na vida. Ana Karlany com sua doçura, parceria e perspicácia. E Gislene que me encanta sempre com seu olhar de mundo, pela luz que emana, me aquecendo o coração em muitos momentos com seu carinho, cuidado e resiliência.

A Universidade não é feita de paredes. Ela é feita de pessoas que a constroem todos os dias. Espero que a gente construa espaços mais respeitosos e verdadeiramente comprometidos com os Direitos Humanos e integração latino-americana.

Muito difícil relembrar que meu grande amor Kayodê, que é uma pessoa Trans Não Binária, sofreu diversas transfobias ao ser impedido de entrar no banheiro da biblioteca da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), enquanto eu assistia aula do mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA). Agradeço à bibliotecária que colaborou para o enfrentamento dessa situação com cuidado, carinho, perspicácia e contribuindo para as correlações de forças nesse momento tão complexo. Agradeço ao senhor motorista de aplicativo que acolheu, aquilombou, fortaleceu e levou em segurança ao local onde estávamos hospedados. Tivemos redes de apoio, para tentar reduzir os danos que essas violências causam, reproduzindo lógicas de boas práticas. Mas é muito desgastante, revoltante e doloroso.

Esse mundo é chocante, mas a vivência da socialização xenofóbica, racista, LGBTQIPAN+Fóbica, machista e misógina de pessoas nesse estado, intitulado por alguns como "república do paraná", é algo muito mais assustador do que minha criatividade mental seria capaz de imaginar.

Desejo que a gente construa mundos mais respeitosos e que reconheçam vários mundos. Seguimos existindo e resistindo!

Sabemos que tivemos que enfrentar muitas lutas para conclusão desse mestrado. Necessário contextualizar que a nossa turma de mestrado se iniciou no momento de emergência de saúde pública, decorrente da pandemia de COVID-19. Essa pandemia impactou a saúde biopsicossocial de toda a população, com desdobramentos incalculáveis na perspectiva de saúde coletiva. Ainda vai demorar muito tempo para entendermos todas as reverberações, sejam na perspectiva de saúde física, mental e/ou social, na perspectiva de luto coletivo que

vivenciamos, sejam as violências institucionais que enfrentamos, inclusive na UNILA, entre tantas outras dimensões.

Agradeço a todas as pessoas que resistiram em um cenário de desmonte da educação, de ataques à ciência e à educação pública, universal e gratuita. Vivenciamos um governo bastante hostil às medidas sanitárias de prevenção e contenção da propagação do vírus e variantes da SARS-CoV-2, no entanto contamos com a ciência, resistência das universidades e lutas em defesa da política de saúde, de educação e Direitos Humanos para o enfrentamento desse contexto.

Agradeço a todas as pessoas que estão ocupando cargos como docentes ou Técnico Administrativo em Educação-TAE que se somaram a essa luta coletiva pela permanência. Agradeço aos discentes da turma que se uniram ao Grupo de Trabalho-GT, para apresentar ao colegiado uma "Carta de Estudantes do Mestrado do PPG-IELA sobre Permanência Estudantil", ponderando a importância de adotarem perspectivas interdisciplinares, para aplicar ações integrando a teoria e prática para assegurar a continuidade das/des/dos discentes no mestrado, conforme trecho replicado abaixo:

> A interdisciplinaridade nos estudos da América Latina visa "produzir um pensamento crítico com relação a problemas sociais e culturais dimensionados em termos de tempo e espaço latino-americanos"[1], desta forma não podemos nos furtar de refletir as complexidades que nos estão sendo postas na prática. Assim, compreendendo a importância das múltiplas visões para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública na América Latina e no mundo, é necessário o compromisso com a permanência, assegurando os princípios relacionados ao direito à vida, saúde, educação e Direitos Humanos.

Seria incoerente o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) não se propor a buscar solucionar esses desafios de maneira interdisciplinar, construindo barreiras institucionais, fronteiras de conhecimento e práticas, dissociadas do princípio da educação e permanência. Neste sentido, foi muito importante a união nessa luta coletiva, para evitar a evasão e proporcionar processos que reconheçam os sujeitos nesta caminhada acadêmica. Importante não naturalizarmos os processos de adoecimento na pós-graduação, tencionando as correlações de força para adequar as instituições à realidade, ao invés de formatar as pessoas na lógica produtivista da academia.

Agradeço a todas as pessoas que compartilharam afeto e cuidado, durante o período que estive internada na Unidade de Terapia Intensiva-UTI, após complicações respiratórias, por um

[1] Trecho retirado da página inicial do site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA)

quadro de pneumonia e asma. Eu senti as energias de amor emanadas, que me fortaleceram muito para seguir na caminhada em muitos aspectos da existência.

Agradeço à orientadora Angela Maria de Souza pelo percurso que trilhamos, contribuindo com as interseccionalidades nas suas reflexões, diálogos e visões de mundo, ainda que as estruturas dessa sociedade tentem fragmentar e fragilizar as lutas. Imagino que ser uma mulher negra vivendo na região Sul do Brasil seja muito desafiador, tenho muita admiração, respeito e solidariedade. Desejo que sua trajetória seja fortalecida por pares e que mesmo em meio a tantos desafios, siga sempre as suas escolhas de acordo com os seus princípios e do que faz sentido verdadeiramente na vida.

Agradeço ao professor Marcos pela delicadeza, olhar atencioso e cuidadoso. Pelo respeito e cuidado de sempre com os processos de trabalhos de todas as pessoas envolvidas no contexto universitário. Sentimos, visivelmente, que durante a sua gestão na coordenação do PPG-IELA foram se constituindo outras relações interpessoais, deixando de lado a frieza institucional baseada na suposta neutralidade – que só beneficia a perpetuação de opressões –, dando lugar para as relações humanizadas. Ler suas mensagens durante os processos do mestrado foram bálsamos, querido.

Ao professor Diego pelas palavras afetuosas, olhar cuidadoso, fortalecimentos, delicadezas e por compartilhar felicidade em cada etapa! Obrigada por poder contar com a presença de vocês três no momento de apresentação da dissertação, pelas preciosas colaborações na banca de qualificação, nos e-mails compartilhados, nos escritos enviados em documentos, palavras de incentivo e pelo afeto.

Agradeço ao grupo “A Dissidência Indócil”, formado por Cláudia Ferreira, Marta Valéria Sponton, Grieco Lindoni, Gustavo Fróes e Neylson Oliveira da Silva *(in memorian)*, amizades construídas na especialização em Direitos Humanos na América Latina, da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), que cursei em grande parte do tempo conciliando com o mestrado. Obrigada pelo fortalecimento, pela irreverência, por alegrarem os dias, por me inspirarem nas revoluções para enfrentarmos os desafios vivenciados nesse mundo. Vocês foram muito importantes nessa caminhada.

Muito doloroso saber que nosso companheiro de alegrias, lutas e revoluções, Neylson Oliveira da Silva, foi torturado e assassinado, enquanto cursávamos a especialização em Direitos Humanos na América Latina. Mas quero sempre ter na memória a sua alegria, irreverência e espírito revolucionário. Seguimos honrando sua memória e sua vida! Neylson, presente!

Muito obrigada a todas a pessoas envolvidas, pelas palavras de carinho, de estímulo, afeto, parceria e fortalecimento para seguir nessa caminhada!

O caminho percorrido foi permeado por desafios, mas também por transbordamentos de alegria, amorosidade, resistência, insurgência, fortalecimento e tantas outras ações e emoções! Obrigada por vibrarem juntas/es/os!

UBUNTU "Eu sou, porque nós somos".

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a categoria *amefricanidade,* de Lélia Gonzalez (1988), trabalhando esse conceito como metodologia de análise e metodologia de transformação da realidade. O colorismo é apresentado como um sofisticado subproduto do racismo, utilizado para diferenciação do tratamento direcionado às pessoas negras, como uma tentativa de dominação, fragmentação, silenciamento e apagamento das identidades negras, produzindo "não-lugares" (NETO e FRANÇA, 2019). Nessa complexa estruturação do colorismo o lugar dos diversos fenótipos negros foram abordados, com o objetivo de demonstrar a racialização desses lugares, valorizando as pluralidades das negritudes. Este estudo também teve como objetivo denunciar o projeto de apagamento das identidades raciais negras, criado e estimulado pela branquitude (BENTO, 2002), visando perpetuar a falácia da democracia racial, refletindo acerca das diásporas *amefricanas*, interseccionando as identidades raciais e territoriais, dada a complexidade intrínseca aos processos históricos vivenciados neste território. Para compreensão das especificidades e diversidades raciais presentes no Brasil, foi realizada uma pesquisa de campo direcionada para pessoas negras (pretas e pardas), identificando as percepções sobre as construções das identidades raciais, com o intuito de traçarmos caminhos de fortalecimento da identidade negra, dando espaço às nossas referências de negritudes na identificação de projetos de resistências e insurgências, que colaborem para o enfrentamento ao racismo e comprometidos com o fortalecimento das/des/dos negras/es/os. Foram analisados os dados étnico-raciais, gerados a partir do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022, dando enfoque ao aumento de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas. Este estudo visa colaborar para a produção do arcabouço teórico e metodológico com perspectiva interdisciplinar, no que tange a compreensão do racismo estrutural constituído na sociedade brasileira. Esta pesquisa buscou contribuir para a visibilidade desta importante discussão, trazendo um olhar que reconheça o meu lugar de fala e a perspectiva de outras pessoas negras. Esse é um convite e uma busca para visibilidade da existência e resistência dessas pessoas, nomear questões que merecem atenção e para reconhecimento das especificidades do colorismo no Brasil e das potencialidades das negritudes.

Palavras-chaves: Negros - Identidade racial; Diáspora africana; Abordagem interdisciplinar do conhecimento; Colorismo - Relações raciais.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la categoría de Ameafricanidad, de Lélia González (1988), trabajando este concepto como metodología de análisis y metodología de transformación de la realidad. El colorismo se presenta como un subproducto sofisticado del racismo, utilizado para diferenciar el trato que se da a las personas negras, como un intento de dominar, fragmentar, silenciar y borrar las identidades negras, produciendo "no lugares" (NETO y FRANÇA, 2019). En esta compleja estructuración del colorismo, se abordó el lugar de los diversos fenotipos negros, con el objetivo de demostrar la racialización de estos lugares, valorando las pluralidades de la negritud. Este estudio también tuvo como objetivo denunciar el proyecto de borrado de las identidades raciales negras, creado y alentado por la blancura (BENTO, 2002), buscando perpetuar la falacia de la democracia racial, reflexionando sobre las diásporas afroamericanas, entrecruzando identidades raciales y territoriales, dada la complejidad intrínseca del proceso histórico vivido en este territorio. Para comprender las especificidades y diversidades raciales presentes en Brasil, se realizó una investigación de campo dirigida a las personas negras (negras y pardas), identificando las percepciones sobre las construcciones de identidades raciales, con el objetivo de trazar caminos para fortalecer la identidad negra, dando espacio a nuestras referencias de negritud en la identificación de proyectos de resistencia e insurgencia, que colaboran para enfrentar el racismo y comprometidos con el fortalecimiento de las personas negras. Se analizaron datos étnico-raciales generados a partir del último censo realizado por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística-IBGE, en 2022, centrándose en el aumento de personas que se autodeclaran negras y pardas. Este estudio tiene como objetivo colaborar en la producción de un marco teórico y metodológico con una perspectiva interdisciplinaria, en lo que respecta a la comprensión del racismo estructural instaurado en la sociedad brasileña. Esta investigación buscó contribuir a la visibilización de esta importante discusión, aportando una perspectiva que reconozca mi lugar de expresión y la perspectiva de otras personas negras. Esta es una invitación y una búsqueda de visibilización de la existencia y de la resistencia de estos pueblos, para nombrar cuestiones que merecen atención y reconocer las especificidades del colorismo en Brasil y el potencial de la negritud.

Palabras-clave: Personas negras - Identidad racial; Diáspora africana; Enfoque interdisciplinario del conocimiento; Colorismo - Relaciones raciales.

ABSTRACT

This research aimed to analyze Lélia Gonzalez's (1988) category of Amefricanity, using this concept as a methodology for analyzing and transforming reality. Colorism is presented as a sophisticated byproduct of racism, used to differentiate the treatment directed at black people, as an attempt to dominate, fragment, silence, and erase black identities, producing "non-places" (NETO and FRANÇA, 2019). In this complex structuring of colorism, the place of the various black phenotypes was addressed, with the aim of demonstrating the racialization of these places, valuing the pluralities of blackness. This study also aimed to denounce the project of erasing black racial identities, created and encouraged by whiteness (BENTO, 2002), aiming to perpetuate the fallacy of racial democracy, reflecting on the African-American diasporas, intersecting racial and territorial identities, given the intrinsic complexity of the historical process experienced in this territory. In order to understand the specificities and racial diversities present in Brazil, a field research was carried out aimed at black people (black and brown), identifying the perceptions about the constructions of racial identities, with the aim of tracing paths to strengthen black identity, giving space to our references of blackness in the identification of resistance and insurgency projects, which collaborate to confront racism and committed to the strengthening of black people. Ethnic-racial data generated from the latest census conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in 2022 were analyzed, focusing on the increase in people who self-identify as black and brown. This study aims to contribute to the production of a theoretical and methodological framework with an interdisciplinary perspective, regarding the understanding of structural racism in Brazilian society. This research sought to contribute to the visibility of this important discussion, bringing a perspective that recognizes my place of speech and the perspective of other black people. This is an invitation and a search for visibility of the existence and resistance of these people, to name issues that deserve attention and to recognize the specificities of colorism in Brazil and the potential of blackness.

Key-words: Black people - Racial identity; African diaspora; Interdisciplinary approach to knowledge; Colorism - Race relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – contar +6

Figura 1 – Fotografia - Giz de cera com 12 cores de pele, desenvolvido pela Koralle e UNIAFRO (Política de Promoção da Igualdade Racial no Ambiente Escolar) 17
Figura 2 – Fotografia Baobás 25
Figura 3 – Obra de arte "As Gentes", de Rosana Paulino 28
Figura 4 – Ilustração mapa do mundo com referências negras 31
Figura 5 – Fotografia do projeto "Ah branco, dá um tempo!".....34
Figura 6 – Fotografia da formatura da minha tia Creuza Portuguez da Cunha.....38
Figura 7 – Fotografia de pessoas em privação de liberdade em El Salvador, 2020 41
Figura 8 – Pessoas sequestradas e encarceradas nos navios negreiros. Ilustração referente a "revolta dos Macuas no navio negreiro" 41
Figura 9 – Ilustração Sankofa 45
Figura 10 – Fotografia elaborada pela autora da exposição "Walter Firmo – No verbo do silêncio a síntese do grito" 50
Figura 11 – Fotografia da exposição "Walter Firmo – No verbo do silêncio a síntese do grito", página da matéria "O negro brasileiro", com fotografias de José Medeiros na Revista O Cruzeiro, 22 de maio de 1954. Acervo Instituto Moreira Sales 52
Figura 12 – Fotografia de Pixinguinha realizada por Walter Firmo 54
Figura 13 – Colagem do projeto fotográfico Humanae da Artista Angélica Dass: diversidade étnica.....60
Figura 14 – Pintura representando jogo de capoeira 67
Figura 15 – Fotografia da Célia Xacriabá 72
Figura 16 – Bonecas Abayomi 74
Figura 17 – Ilustração em fotografia de Lélia Gonzalez, intelectual negra, Rio de Janeiro – Brasil.....76
Figura 18 - Projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado em 1870 determinando a realização do Censo (imagem: Arquivo do Senado) 84
Figura 19 - Convite para responder a pesquisa "Branquitude no Tribunal do Colorismo: *Amefricanidade* como metodologia para o fortalecimento das negritudes" 96
Figura 20 - Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, em Cahoeira-BA.....115
Figura 21 – Fotografia no Ilê Aiyê – Curuzu – Bairro Liberdade, Salvador-Bahia.....139
Figura 22 – Fotografia Jean Michel Basquiat e Obra de arte: Sem título (1982) 146

Figura 23 – Páginas na íntegra do registro fotográfico (referente à figura 10) 166
Figura 24 – Fotografias da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no CCBB de Brasília (2023) 167
Figura 25 – Legenda das fotografias da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no CCBB de Brasília (2023) 168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de desigualdades raciais 44

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Rendimento médio mensal por cor 65
Gráfico 2 – Panorama das pessoas quilombolas no Brasil.....88
Gráfico 3 – Gráfico de distribuição percentual da população brasileira por raça cor entre 1872 e 2022.....89
Gráfico 4 – Gráfico de distribuição da população residente, por cor ou raça segundo as grandes regiões, Censo 2022.....90
Gráfico 5 – Como você se identifica quanto a sua identidade de gênero?.....98
Gráfico 6 – Qual a sua orientação afetivo-sexual?.....99
Gráfico 7 – Qual a sua idade?.....100
Gráfico 8 – Como você se identifica quanto à sua raça/cor?.....100
Gráfico 9 – Você nasceu em qual região do Brasil?.....101
Gráfico 10 – Você já conhecia a expressão colorismo?.....102
Gráfico 11 – Você já conhecia a categoria “amefricanidade?.....108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20
1. ROTAS DO RACISMO CONTEMPORÂNEO 28
1.1. Diásporas e suas fronteiras: atravessamento africano na América Latina 28
1.2. Colonialismo e racismo: engendramento dos sistemas 31
1.3. Fronteiras da Nação: Racismo na expropriação de terras, humanidade e povos 34
1.4. Racismo contemporâneo no Brasil e América Latina: Apagamentos, Diferenças e Semelhanças 37
1.5. Racismo e as justiças de transição: Reparação histórica 48
2. COLORISMO 53
2.1. Prestação de contas do Atlântico negro: Desvelando o pacto da branquitude e fortalecendo os laços da negritude 53
2.2. Tribunal do colorismo: Branquitude no banco dos réus, responsabilidades e medidas reparadoras 58
2.3. Apagamento das identidades raciais: quem é negra(o) no Brasil? 63
2.4. Enfrentando o racismo: Resistências e Insurgências *amefricanas* nos caminhos das escrevivências 70
3. *AMEFRICANIDADE* 75
3.1. *Améfrica Ladina* e as fronteiras sócio-históricas: contribuições dos povos africanos e indígenas nesse território 75
3.2. Fortalecimento racial e resgate da consciência coletiva: futuro ancestral 77
3.3. Metodologias científicas *amefricanas* 79
4. ANÁLISE DE DADOS 86
4.1. Percurso censitário no Brasil 86
4.2. Análise de dados: Categorias escolhidas 96
4.3. Memória e troca de saberes: Ludicidade como um caminho para florescer a valorização das raízes 126
4.4. Entrelaçamento de dados: Resultados da pesquisa de campo relacionado ao aumento da autodeclaração de pessoas negras no censo do IBGE de 2022 130
CONSIDERAÇÕES FINAIS **142**
REFERÊNCIAS 149
APÊNDICES 162
APÊNDICE A 163
Questionário 163

APÊNDICE B 167
Termo de Consentimento Livre e Informado-TCLI 167
ANEXOS 168
ANEXO A 169
Figura 23: Páginas na íntegra do registro fotográfico (referente à figura 10). 169
ANEXO B 170
Figura 24: Fotografias da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no CCBB de Brasília (2023). 170
ANEXO C 171
Figura 25: Legenda das fotografias da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no CCBB de Brasília (2023). 171

INTRODUÇÃO

Lápis cor de pele: Cor de quem?
Figura 1: Giz de cera com 12 cores de pele desenvolvido pela UNIAFRO (Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar) e Koralle.



Fonte: Geledés (2016)

Este estudo tem como objetivo refletir acerca das diásporas *amefricanas* (GONZALEZ, 1988), interseccionando as identidades raciais e territoriais, dada a complexidade intrínseca ao processo histórico vivenciados neste território, nomeado como América Latina.

A categoria *amefricanidade*, de Lélia Gonzalez (1988), foi analisada para entendermos com profundidade as especificidades e diversidades raciais presentes no Brasil. Lélia utiliza a expressão *Améfrica*, trazendo um conceito que apresenta a palavra a partir da junção de África e América, dando visibilidade para as contribuições dos diversos povos do continente africano na constituição do continente americano. Ao utilizar a expressão *Ladina*, substituindo o "t" pelo "d", questiona a expressividade da latinidade, dando ênfase à importância da representatividade indígena na construção desse território.

A categoria *amefricanidade* está sendo trabalhada como metodologia de análise e metodologia de transformação da realidade. Foram apresentadas experiências de enfrentamento ao racismo, trazendo a discussão da necessidade da realização de práticas de enfrentamento ao racismo, que são definidoras da própria teoria. Esse processo se deu através da análise crítica de projetos de resistências e insurgências, que colaborem para o enfrentamento ao racismo, comprometidos com a construção de uma sociedade antirracista e com o fortalecimento da identidade negra.

Ao trazer no título da dissertação a branquitude no banco dos réus, o objetivo é deslocar como se estrutura esse tribunal do colorismo e as relações étnico-raciais instituídas no Brasil, que busca eximir a branquitude de qualquer responsabilidade, direcionando essa responsabilidade para as próprias pessoas negras, com o objetivo de fragmentar as lutas. Destaco que tenho uma postura anti-cárcere, deixando nítido que não busco a responsabilização a partir do encarceramento.

No primeiro capítulo é apresentado o debate acerca das rotas do racismo contemporâneo, trago os aspectos que envolveram às diásporas africanas, questionando as noções geográficas das fronteiras ao refletirmos sobre os atravessamentos africanos na América Latina. Para tanto é necessário compreender o engendramento entre o colonialismo e racismo.

Foram analisadas as complexidades emaranhadas na construção da identidade histórico-existencial negra e os aspectos que envolvem *tornar-se negro*, conforme reflete Neusa Santos Souza (2021). Seguimos as reflexões denunciando que a categoria "negro" é uma invenção da branquitude, que se materializa para subjugar diversos povos africanos, produzindo apagamentos. E evidenciando o contraponto realizado pelos Movimentos Negros ao reivindicarem a identidade negra, ressignificando essa nomenclatura, com o intuito de trazer visibilidade para as vivências negras, apontando o racismo e lutando por transformações da sociedade em busca de ações para a promoção da igualdade racial.

Seguimos com a reflexão sobre as estruturas racistas na atualidade, analisando os impactos da emergência de saúde pública, decorrente da pandemia de COVID-19. É realizado um paralelo com as imagens do sistema penitenciário de El Salvador durante o período de recomendação de medidas sanitárias de isolamento social, com o objetivo de evitar a transmissão de COVID-19 e as imagens de pessoas negras confinadas nos navios negreiros durante as travessias, evidenciando as marcas da escravização nas prisões contemporâneas.

Considerando, que a justiça de transição está associada a um conjunto de medidas políticas, sociais, econômicas, judiciais, culturais, entre outras, utilizadas para reparação das violações de direitos humanos, encerra-se esse capítulo trazendo a importância das ações de enfrentamento ao racismo. Essas ações estão fundamentas nas políticas de reparação histórica, a partir de políticas afirmativas, políticas reparatórias de memória e de auto-reparação, baseadas na construção de narrativas realizadas pelas pessoas negras que vivenciaram as opressões e a um conjunto de medidas que configuram o sistema de justiça de transição.

Estou nomeando essas ações de enfrentamento ao racismo, enquanto projetos de resistências e insurgências, com o intuito de realizar uma crítica aos processos de dominação-exploração. Conforme debatem os autores Alessandro Soares Silva e Antônio Euzébio Filho (2023) no texto "Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos", refletindo que a insurgência "é um ato de ruptura com processos de dominação-exploração que geram subalternidade." (SILVA e FILHO, 2023, p. 01)

As resistências debatidas nessa dissertação, por sua vez estão associadas às constantes tentativas de assimilação, cooptação e/ou apropriação, por parte da branquitude[2], a partir do branqueamento, mito da democracia racial e escalas de vantagens constituídas no engendramento do colorismo, que será aprofundado no capítulo dois e refletido no decorrer da dissertação. Portanto, as pessoas negras seguem resistindo a essas violências ao construir caminhos para fortalecimento da identidade negra.

Trago, ainda, as resistências e insurgências enquanto um projeto, tendo em vista a importância de um esforço construído na unidade, tendo um caráter de temporalidade, com início meio e fim, sendo algo progressivo, em busca de um resultado específico (ESPINHA, 2022).

Lélia Gonzalez (1988) apresenta o valor metodológico da categoria *amefricanidade* ao destacar a possibilidade resgatar uma *unidade específica*, forjada historicamente no interior de diferentes sociedades que se constituíram em determinada parte do mundo. Pondera, ainda, a criação de um sistema etnográfico de referência, no continente que vivemos, inspirados em modelos africanos, definido enquanto *Améfrica*.

Tendo em vista ser imprescindível adotarmos metodologias próprias para o enfrentamento das especificidades dos racismos vivenciados no Brasil, se faz necessário aprofundar as produções científicas a partir dos estudos decoloniais (WALSH, 2013), debatendo as especificidades da diversidade racial da categoria negra/e/o após as diásporas africanas.

Catherine Walsh (2013) realiza uma crítica ao termo "descolonial", optando pelo uso da expressão "decolonial", realizando a supressão do "s" para marcar uma distinção do significado do "des" em castelhano, que poderia dar a entender um simples

> [...] desarmar, des-hacer o revertir de lo colonial. [...]. Con este juego lingüístico, intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, in-surgir, crear e incidir (WALSH, 2013, p. 24-25).

O pensador Antônio Bispo dos Santos (2023), conhecido como Nêgo Bispo, debate acerca da importância de refletirmos também sobre a contracolonialidade. O escritor quilombola, pondera que a descolonialidade, decolonialidade e contracolonialidade não se anulam, tendo suas funções para transformação da realidade:

[2] O conceito de branquitude será abordado no segundo capítulo da dissertação.

> Se você foi colonizado e isso te incomoda, você vai precisar lutar para se descolonizar e descolonizar os seus. Isso é a função da decolonialidade. Eu sou quilombola, eu não fui colonizado. Porque, se eu tivesse sido colonizado, eu seria um negro incluído na sociedade brasileira. Então, no meu caso, eu tenho que contracolonizar – contrariar o colonialismo. (…) O colonialismo está aí vivente, cada vez mais sofisticado. (BISPO, 2023, P. 01).

Nesse sentido, se faz necessário discutir acerca das novas roupagens do colonialismo e das diversas expressões dos racismos, sejam eles racismo recreativo, trabalhista, epistemológico, estético, genocida, religioso, intrafamiliar, colorista, apenas para citar alguns exemplos frequentes vivenciados pelas pessoas negras no contexto brasileiro.

No segundo capítulo a categoria colorismo é apresentada como um subproduto do racismo, utilizado para a diferenciação do tratamento direcionado às pessoas negras, como uma tentativa de dominação, silenciamento e apagamento das identidades negras. O colorismo foi criado pela branquitude, com o objetivo de estruturar as relações étnico-raciais instituídas, que foram configuradas a partir dos interesses de pessoas brancas.

A sofisticação desse subproduto do racismo, intitulado colorismo, é tão eficaz que consegue construir um imaginário social de que as pessoas pardas - que também são alvo das especificidades desenvolvidas por esse sistema de opressão racista - seriam responsáveis por produzir a diferenciação do tratamento. O tratamento diferenciado durante a escravização de mulheres negras que trabalhavam na lavoura ou como mucama, a partir da separação fundamentada no gênero, coloração de pele e características fenotípicas, por exemplo, retrata como a branquitude estruturou a exploração fundamentada no colorismo.

Nesse contexto, essa pesquisa analisa também a branquitude, denunciando que as pessoas brancas detêm o poder de classificar as pessoas não-brancas, sendo o racismo um processo indiscutivelmente relacional, em que a branquitude desempenha um papel essencial na estruturação do racismo e que deve ser analisado nas dimensões ideológica, econômica, política e simbólica. Deslocando-se o modo como a desigualdade racial é debatida, levando em conta a existência de um acordo velado na sociedade brasileira para não se falar sobre racismo.

No curso desse trabalho é denunciado o pacto da branquitude e a falácia da democracia racial no Brasil, realizando o resgate histórico acerca da estruturação do ideal do branqueamento no Brasil. Esse projeto de embranquecimento surge a partir do medo do contingente populacional negro no país nos séculos XIX e XX, que motiva a política de migração europeia durante esse período histórico, fundamentado no racismo.

Se faz necessário mostrar que o colorismo é um subproduto do racismo, que reforça hierarquias entre as pessoas negras fundamentado nas estruturas coloniais e racistas.

Necessário diferenciar o colorismo no Brasil das bases do colorismo de outras partes do mundo, sendo urgente denunciar essa estratégia de apagamento. Este estudo buscará trazer a reflexão acerca das especificidades dentro das diversidades presente na categoria negra/e/o[3] no Brasil, trazendo a relevância das contribuições dos povos africanos e dos povos indígenas na constituição dos fundamentos estruturantes desta sociedade, que é a *Améfrica Ladina*.

Esta pesquisa analisará o racismo trazendo as reflexões sobre o colorismo e os "não-lugares", dialogando com os debates realizados pela Alessandra Devulsky (2019), Alice Walker (1983), Neusa Santos Souza (2021), Sueli Carneiro (2000), Miguel Lacerda Neto e Bruno Alves de França (2019), Kabenguele Munanga (2020), Frantz Fanon (2008), entre outras/es/os, apresentando o lugar dos diversos fenótipos negros, com o objetivo de evidenciar a racialização destes lugares.

Ao final desse capítulo serão apresentadas estratégias de enfrentamento ao racismo, a partir de ações de resistências e insurgências, utilizando a categoria analítico-metodológica "escrevivência" elaborada por Conceição Evaristo (2016), refletindo questões éticas, valorização da ancestralidade e reconhecimento das subjetividades.

O terceiro capítulo reflete sobre as contribuições dos povos africanos e indígenas nesse território *ladino-amefricano*. Trazendo aspectos transnacionais e transcontinentais da categoria *amefricanidade*.

O conceito de *amefricanidade* de Lélia Gonzalez tem a potência de uma categoria que deve ser encarada como uma metodologia de análise e de transformação da realidade, desafiando as perspectivas eurocêntricas, contrapondo o apagamento da branquitude e trazendo uma epistemologia decolonial que "carrega na tinta" (PIRES, 2017).

Lélia ressalta a inexistência de latinidade, sugerindo então que esse território deveria ser nomeado como *Améfrica Ladina*, dando visibilidade à relevância das contribuições dos povos africanos e dos povos indígenas na constituição dos fundamentos estruturantes desta sociedade,

[3] No presente trabalho utilizo linguagem neutra não-binária – que evita a binariedade entre gêneros feminino e masculino, visibilizando a existência da não-binariedade – e a linguagem inclusiva – que envolve todas as pessoas e se refere à coletividade. Opto por não utilizar o "x" (letra x) ou "@" (símbolo da arroba), por não trazerem identificação e para não interferir nos leitores de software e demais acessibilidades.
Essa comunicação tem o objetivo de registrar as diversidades, humanizar e visibilizar, de maneira que a comunicação não exclua determinados grupos de pessoas. Enfrentando o racismo, machismo, patriarcado, sexismo, LGBTQIAPN+fobias, capacitismo e demais opressões. Buscando, assim, promover integração entre as pluralidades e diversidades, ampliando e agregando o respeito às lutas por um mundo justo e igualitário.

que é a América Africana e Indígena. Nesse sentido, essa categoria tem muito a contribuir para a sociedade:

> Portanto, a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a de africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de colombo. Ontem como hoje, *amefricano*s oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *Amefricanidade* que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (GONZALEZ, 1988, p. 77).

Para compreender o tema desta pesquisa foram realizadas revisões de literatura e bibliográfica, a partir de livros, textos, ensaios e artigos nas bases de dados científicas. Sendo realizado, ainda, a análise de demais recursos de transmissão de conhecimento tais como literatura, música, linguagens audiovisuais, *podcasts*, entre outros que se fizeram pertinentes durante o processo de pesquisa, objetivando compreender e analisar os fundamentos do racismo estrutural, para compreender o racismo contemporâneo no Brasil.

Será realizado o debate sobre a importância do fortalecimento racial e consciência coletiva, a partir de aspectos da ancestralidade, como ponto de partida para tecermos futuros ancestrais.

Para a realização da pesquisa de campo foi elaborado um questionário estruturado, direcionado para pessoas negras (pretas ou pardas), com o objetivo de identificar as percepções destas, acerca das suas construções raciais e desses indicadores raciais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Ao final deste capítulo são apresentadas as metodologias científicas *amefricanas* utilizadas na pesquisa. Informando a abordagem utilizada na pesquisa, metodologias, referencial teórico-metodológico, cuidados éticos e encerrando o processo de pesquisa com a análise de dados a partir de perspectivas afrorreferenciadas.

Este estudo tem como objetivo colaborar para o campo das estratégias de enfrentamento aos racismos, a partir de metodologias comprometidas com saberes e ações práticas para o fortalecimento da identidade negra.

Buscou-se o aprofundamento nos estudos de Lélia Gonzalez para compreender as complexidades das identidades raciais interseccionadas com as identidades territoriais, em busca de promover um debate afro-referenciado.

A partir da visibilidade desse tema, publicação em periódicos científicos indexados, poderá haver rebatimento nas produções de conhecimento científico, nos debates dentro dos espaços acadêmicos, nas políticas públicas, na sociedade, entre outras possibilidades de sensibilizar e influenciar diversas/es/os atrizes e atorus/es sociais.

Este estudo espera colaborar com os debates realizados acerca da importância de visibilizar essa discussão, buscando trazer um olhar que reconheça o meu lugar de fala e traga a perspectiva de outras pessoas negras.

Esse é um convite e uma busca para visibilidade da existência e resistência dessas pessoas, nomear questões que merecem atenção e para reconhecimento das especificidades do colorismo no Brasil.

No quarto capítulo aprofundo as reflexões sobre a análise dos dados produzidos durante a pesquisa de campo, realizando um entrelaçamento com os dados étnico-raciais apresentados no levantamento censitário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE em 2022.

Inicialmente é apresentado o percurso censitário no Brasil, analisando o primeiro censo demográfico que ocorreu em 1872, perpassando alguns aspectos das demais coletas de dados, chegando ao levantamento censitário mais recente realizado no Brasil, que ocorreu em 2022. Destaca-se que esse primeiro censo foi realizado durante o período em que a escravização de pessoas negras era legalizado e durante um período em que o Estado ainda não era considerado laico. Foram apresentadas as variações de nomenclaturas utilizadas para obter informações sobre raça/cor, alterações no princípio da autodeclaração, mudanças metodológicas, entre outros elementos que impactaram os dados produzidos.

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022, apresentou um aumento de pessoas se autodeclarando pretas e pardas. Para dialogar com esses dados do censo brasileiro foram levantados na pesquisa de campo algumas informações, com o objetivo de identificar aspectos que poderiam estar correlacionados a esse aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas).

Para tanto foi aplicado um questionário virtual como um convite e uma busca para dar espaço às nossas referências de negritude, rompendo com as referências exclusivamente brancas, resgatando nossas histórias e recriando nossas potências.

Esse questionário foi direcionado exclusivamente para pessoas que se autodeclaram negras (pretas e pardas), com o objetivo de traçarmos caminhos de fortalecimento da identidade negra a partir do protagonismo da negritude e da *amefricanidade*.

Esse momento de reflexão para responder a pesquisa, também buscou desempenhar um papel de compartilhamento de informações, contribuindo para ampliar o acesso às citações de autoras/us/es negras/es/os, informações científicas produzidas por pessoas pretas e pardas, proporcionando um espaço para o fortalecimento e reconhecimento das potencialidades negras durante a caminhada.

Foram realizados, ainda, debates acerca da potencialidade dos aspectos lúdicos em diálogo com a *amefricanidade*. Abordando a relação entre a ludicidade e as práticas de resistências e insurgências, para a transformação da realidade.

A referida pesquisa foi respondida por 71 pessoas negras (pretas e pardas). Ao atingir esse quantitativo foi identificada a saturação do tema, atingindo uma amplitude e profundidade de informações necessárias, sendo encerrado o período para inserção de novas respostas. Essa pesquisa foi direcionada apenas para pessoas acima de 18 anos, assegurando o anonimato e demais cuidados éticos.

Após finalização da pesquisa de campo, a partir das respostas obtidas foram identificados alguns aspectos que poderiam indicar variáveis envolvidas no aumento da autodeclaração de pessoas negras.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a *amefricanidade* enquanto metodologia de enfrentamento ao racismo, a partir de projetos de resistências e insurgências de enfrentamento ao racismo e da análise dos dados étnico-raciais do último censo do IBGE, de 2022, para a construção de uma sociedade negra fortalecida.

Esse trabalho tem enquanto objetivos específicos colaborar para a produção epistemológica decolonial, analisar o racismo estruturado no processo de colonialidade no Brasil, compreendendo aspectos que contribuem para o apagamento das identidades raciais. Bem como analisar a categoria *amefricanidade* de Lélia Gonzalez, como metodologia de enfrentamento ao racismo, contribuindo para a construção de uma sociedade negra fortalecida. Analisando, ainda, os dados étnico-raciais do último censo do IBGE (2022) e a produção de discussões sobre esses indicadores, considerando o aumento das populações pretas e pardas.

Nesse contexto, foram analisadas as discussões geradas a partir do último censo do IBGE, fundamentada no debate sobre os conceitos de racismo, branquitude, colorismo, racismo por denegação e *amefricanidade*, sugerindo estratégias de enfretamento ao racismo, a partir de metodologias *amefricanas,* baseadas nas experiências brasileiras.

1. ROTAS DO RACISMO CONTEMPORÂNEO

1.1. Diásporas e suas fronteiras: atravessamento africano na América Latina

Figura 2: Baobás



Fonte: Focus química (2016)

"Ancestralidade não é passado. Ancestralidade é fonte. Fonte que não para de jorrar"

Ana Maria Gonçalves
Autora do Livro "Um defeito de cor", Minas Gerais – Brasil;

Diáspora Africana é como foi nomeado o fenômeno histórico e social, baseado em um trânsito forçado de pessoas do continente africano, ancorado no sequestro de mulheres, homens e crianças negras de diversos territórios do continente africano, para fins de escravização de seres humanos (ANDRADE, 2017).

Nesse processo histórico-social-cultural-econômico, produzido a partir do trânsito forçado de pessoas negras residentes do continente africano para as diversas partes do mundo, também embarcavam nos *tumbeiros (*navios negreiros) fluxos de línguas, modos de vida, culturas, práticas religiosas, filosofias, formas de organização política, entre outros. Esse processo redefiniu identidades raciais, produzindo resistências e potências para sobrevivências nos novos territórios, nessa complexa trama que constituiu a Diáspora Africana como expressão de uma fronteira fluida.

As noções de *fronteiras* utilizadas na contemporaneidade estão fundamentadas em diversos aspectos. Logo, se faz necessário refletir sobre as dimensões envolvidas nas noções de fronteiras convencionadas e os questionamentos desses limites estabelecidos.

Conforme descreve José Manuel Valenzuela Arce (2014), as fronteiras estão associadas a limites, espaços, aspectos geossociais, entre outros, implicando em posições definidas em condições relacionais. Assim:

> Las fronteras aluden a los confines, a los límites, a lo que se encuentra enfrente. Las fronteras implican posiciones definidas en condiciones relacionales con distintos niveles de asimetría. Las fronteras son espacios liminales, puertas, umbrales o entradas… así como salidas, inicios, otredades y alteridades que nos (re)definen. Las fronteras anticipan, preludian, son proemios geosociales y espacios connotados como geosímbolos que definen Estados y territorios, significan espacios y visibilizan adscripciones o distinciones identitarias, son límites liminales, espacios de certezas y ambigüedades, umbrales de encuentro de elementos que corresponden a tiempos y espacios diferentes (ARCE, 2014, p. 09).

Para tanto, se traz a reflexão acerca das implicações da categoria *Améfrica Ladina*, para as conceituações associadas às fronteiras - e também ao conceito de diáspora.

O conceito *Améfrica Ladina* busca trazer o reconhecimento da relevância das contribuições dos povos africanos e dos povos indígenas na constituição dos fundamentos estruturantes desta sociedade, refletindo, sobre os impactos fronteiriços, em menção ao território nomeado como América Latina (GONZALEZ, 2020).

Após invasão europeia, a construção desse território, nomeado como América Latina, foi produtora e produto de processos de violência, sobretudo em relação aos povos originários (SILVA, 2021). Nesse sentido, a categoria *Améfrica Ladina* está intimamente associada às noções de fronteiras e ao fortalecimento identitário, baseado em aspectos socioculturais e étnico-raciais para a delimitação desse conceito.

A categoria *Améfrica Ladina* questiona o conceito de fronteira, uma vez que o referencial não está baseado nas linhas político geográficas, mas sim nas construções das identidades *ladino-amefricanas*, que reconhecem as contribuições dos povos indígenas e africanos nesse território.

Ao propor a categoria *amefricanidade*, Lélia Gonzalez também questiona o conceito de fronteira. A categoria *amefricanidade* pensa as fronteiras a partir das pessoas, culturas, historicidades, espiritualidades, entre outros elementos que compõem os processos das Diásporas Africanas. Nesse sentido, os alicerces dessa categoria estão baseados nas fronteiras raciais, responsáveis por marcar os fundamentos das construções sócio-histórico-culturais que estruturaram as sociedades contemporâneas. Assim, a categoria *amefricanidade* ultrapassa as:

> [...] limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (GONZALEZ, 1988, p. 76).

As construções das identidades raciais nessas dinâmicas culturais complexas estão, inevitavelmente, entrelaçadas às diversas fronteiras constituídas a partir de fundamentos mais amplos do que os elementos meramente associados aos aspectos geográficos. Essas identidades raciais, foram formadas a partir das novas identidades territoriais construídas, após os processos das Diásporas Africanas.

Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos amplia as perspectivas de território, trazendo também a noção de espaço como produto e processo relacionado às relações sociais (SANTOS, 1988). Os processos vivenciados nas *amefricanidades* estão associados aos territórios no campo político, que estão intimamente associados às noções de Milton Santos acerca dos territórios horizontalizados, que seriam formados por pontos interligados por todos os processos sociais (SANTOS, 1998). Desta forma, o território não é somente o espaço físico, mas também as relações estabelecidas nesses espaços.

Esses territórios horizontalizados de resistências, baseados no campo político e nos processos sociais, foram construídos pelas pessoas negras, que vivenciaram as Diásporas Africanas. Após as pessoas negras serem sequestradas do território africano e, posteriormente, submetidas ao regime de tortura e escravização, foram produzidas as potências possíveis em um contexto diaspórico.

As Diásporas Africanas podem ser analisadas como expressão de uma fronteira fluida, uma vez que as fronteiras que mapeiam as *amefricanidades* não são fixas. Essas fronteiras se ancoram nas intersecções raciais, territoriais, culturais, linguísticas, históricas, sociais, econômicas, entre outros elementos que atravessam as construções das subjetividades e objetividades que constituem os indivíduos e as formações histórico-culturais de um território.

Após esse trânsito forçado de pessoas negras do continente africano, foram constituídos processos complexos de novas formas de viver, reinventando práticas. Constituindo-se, assim, a existência de sociedades afro-diaspóricas (MARQUES, 2019).

Tendo em vista os desafios postos a essa realidade, nesse contexto em que diversos povos africanos foram submetidos à escravização supracitada, se buscou estabelecer conexões políticas, econômicas, históricas e culturais nessas violentas rotas vivenciadas, ressaltando os intercâmbios em diversas esferas, assim:

> Esse processo foi marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora da África (ANDRADE, 2017, p .01).

Importante evidenciar os campos fronteiriços presentes nos territórios subjetivos das construções raciais identitárias, produzidas nesses processos diaspóricos. Existem diferenças culturais entre as populações que ocupavam diversos espaços geográficos em uma mesma região em África. E, após essas pessoas vivenciarem trânsitos forçados, essas complexidades que estavam postas se intensificaram e produziram novas construções baseadas em divergências e convergências nesses novos territórios das diversas regiões do Brasil, América Latina e do mundo.

As dimensões envolvidas no processo de construção identitária associadas à categoria *amefricanidade,* apresentam um nível de complexidade muito profundo. Essas dimensões estão entrelaçadas às diversidades vivenciadas nos territórios da América Insular, Sul, Central e Norte, associados aos processos das Diásporas Africanas.

Evidencia-se que a noção de Diáspora Africana também deixa posto essa fluidez das fronteiras, uma vez que a presença de África atravessa esses territórios em diversos aspectos históricos, culturais, políticos, sociais, econômicos, entre outros.

1.2. Colonialismo e racismo: engendramento dos sistemas

Figura 3: "As Gentes", Página do livro HISTÓRIA NATURAL? 2016. Técnica mista sobre papel 28,5 x 38,0 cm - Rosana Paulino, artista plástica, São Paulo – Brasil.



Fonte: PAULINO (2016).

A colonialidade é uma estrutura de exploração e dominação que se inicia com o colonialismo, mas que se estende até os dias de hoje como uma sequela, tentando impor a hegemonia eurocêntrica (QUIJANO *apud* CURRIEL, 2019 p. 233). A colonialidade está associada a uma relação entre o passado e o presente, configurando a perpetuação do sistema de dominação dentro do modelo capitalista.

O colonialismo foi um sistema de exploração e dominação baseado no expansionismo, ancorado na classificação racial e étnica das pessoas em diversas partes do mundo, com a organização de um padrão mundial de exploração, dominação e escravização sistemática de pessoas negras. Esse sistema se desdobrou em consequências devastadoras para os povos negros e povos indígenas, em diversas dimensões.

Essa racialização de determinados grupos por parte da branquitude, conceito que será abordado a seguir, teve o intuito de forjar uma inferioridade das pessoas negras, objetivando justificar a desumanização e escravização.

Nesse sentido, a intelectual Maria Aparecida Silva Bento, também conhecida como Cida Bento, discute a categoria "branquitude", com o intuito de situar e analisar o papel da identidade racial branca, os pactos narcísicos e a ideia de branqueamento. No texto "Branqueamento e branquitude no Brasil" a referida autora descreve que o branqueamento foi um processo elaborado e mantido pela elite branca brasileira. Esse processo se dá ao construir um imaginário negativo sobre o negro, danificando sua autoestima, culpabilizando as pessoas negras pela discriminação sofrida, buscando justificar, assim, as desigualdades raciais. Desta forma, ao debater as desigualdades raciais o foco da discussão é o negro, havendo sempre um silenciamento sobre o branco (BENTO, 2002).

A partir desta falácia das hierarquias raciais, estruturou-se a dominação estabelecida no colonialismo fundamentada no racismo, instituindo a escravização de pessoas negras africanas. Nesse contexto, se instituiu também um processo de opressão contra os povos indígenas, a partir da chegada, invasão, saqueamento, sequestro, escravização e tortura de pessoas indígenas, por parte da branquitude europeia.

As pensadoras contemporâneas Juliana Tupinambá (Amanayara Tupinambá) e Débora Tupinikim, criticam "a pretensão do homem branco em acreditar que descobriu e criou o Brasil, uma terra já habitada por uma enorme diversidade de povos" (TUPINAMBÁ e TUPINIKIM, 2021, p. 77). Denunciando essa falácia em uma perspectiva crítica frente à narrativa histórica hegemônica que descreve enquanto "colonização" e/ou "descobrimento", esse contexto de invasão do território nomeado como Américas.

É preciso destacar as resistências dos povos indígenas e negros e questionar as narrativas romantizadas da branquitude, para descrever a violência dos colonizadores contra os povos indígenas e africanos:

> A resistência dos povos originários à exploração foi deturpada e utilizada pelos colonizadores como justificativa para o tráfico de povos do continente africano com fins de escravização. Ao contrário do que muitos acreditam, os povos indígenas que

> aqui estavam no início da colonização foram sim escravizados, e a escravidão indígena não se encerrou com a chegada dos homens e mulheres trazidos do continente africano (TUPINIKIM e TUPINAMBÁ, 2021, p. 78).

O primeiro professor indígena da faculdade de direito da PUC-SP, Álvaro de Azevedo Gonzaga, também reflete acerca do racismo contra indígenas. Esse intelectual do povo Guarani Kaiowá destaca que o racismo também é direcionado para os povos indígenas, uma vez que subjuga e desqualifica todo o grupo racial, reforçando a imagem estereotipada de subalternidade, desumanidade e inferioridade (GONZAGA, 2023).

O racismo implica em uma relação de poder. O poder de desumanizar e de inferiorizar. Nessa relação a raça esteve e está pautada na construção hierárquica, a partir dessa ideia de racialização. A nossa sociedade é racializada, importante denunciar que as bases de poder que marcam essas desigualdades raciais, foram estruturadas pela branquitude no colonialismo.

É importante pontuar que todas as pessoas são racializadas, por mais que muitas vezes algumas pessoas brancas acreditem que somente as pessoas negras ou indígenas - que são alvos de seus racismos - possuem raça.

Uma vez que a branquitude se compreende como uma suposta “neutralidade” e/ou como referência, o fato de ser branco em uma sociedade racista pode gerar uma neurose perigosa de megalomania (DEVULSKY, 2021, p. 33). Desta forma, considerando que a branquitude pode acreditar na inferioridade forjada das pessoas negras, em oposição pode submeter-se a uma ilusória superioridade, que cria uma sensação de valorização excessiva de si mesma.

O racismo é uma forma de estruturar uma sociedade, baseada na exclusão e manutenção da lógica colonialista, perpetuando uma estrutura de exclusão racializada desde a invasão das Américas, nomeado por alguns setores da sociedade como período “colonialista”.

O racismo e colonialismo caminham juntos, tendo em vista que o racismo foi um dos instrumentos de dominação que contribuíram para a estruturação da colonialidade.

Importante destacar que o capitalismo não existiria sem a apropriação da força de trabalho, saberes e acumulação de recursos, gerando a acumulação de capital, estruturadas na exploração dos povos negros e indígenas.

As sociedades contemporâneas edificadas nesse continente, em cima dos territórios indígenas, foram marcadas pela mortandade a partir de banhos de sangue de diversos povos originários, pelos saques dos invasores, apagamentos, poder de nomear e por demais violências brutais, conforme reflete o pensador indígena Felipe Tuxá, destacando que:

> De início, o próprio termo "índio", cuja origem aprendemos repetidamente ainda nas aulas de história colonial das escolas, está embasado em pelo menos duas negações. Primeiro, temos a negação de que, contra todas as evidências e indícios, esta terra recém-conquistada por portugueses seria as Índias e, portanto, "índios" seriam os seus habitantes. Por trás de tal alcunha, nega-se também a possibilidade desses povos de se autodenominarem, de já terem nomes, de serem complexos e de serem diversos. Classificar as centenas, quiçá milhares de povos indígenas que habitavam esse território como "índios" demonstra um exercício de poder colonial de "dar nomes" que cria a realidade (TUXÁ, 2021, p. 24).

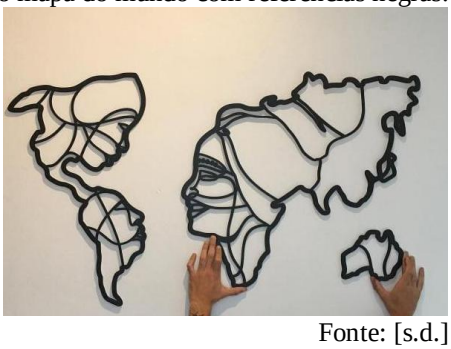
Esse processo histórico que dá origem a constituição desse território está baseado em negação, permeado pelo apagamento e destruição, em que diversas "línguas eram negadas e proibidas, povos inteiros dizimados apenas por recusarem tomar parte do projeto colonial-republicano-nacional colocado em prática pelos portugueses e continuado pelos seus descendentes que por aqui permaneceram" (TUXÁ, 2021, p. 24).

Compreendendo o processo histórico de colonização, ancorado na escravização, fundamentada no sequestro e trabalho forçado de pessoas negras de África e das aldeias indígenas, sob pena de tortura, baseado no extrativismo a partir da devastação, saqueamento nas Américas, e demais brutalidades associadas a esse contexto, evidencia-se que as sociedades contemporâneas estão fundamentadas no racismo.

A divisão racial do trabalho, que vivenciamos nos dias atuais, está pautada nesse racismo estrutural, a partir de elementos fundantes dos processos sócios-históricos-políticos-econômicos ocorridos neste território. Nesse contexto se institui o racismo, que adquire novas roupagens na contemporaneidade, trazendo à tona a importância de historicizar a luta de enfrentamento ao racismo.

1.3. Fronteiras da Nação: Racismo na expropriação de terras, humanidade e povos

Figura 4: Ilustração mapa do mundo com referências negras.



Fonte: [s.d.]

Para compreendermos algumas dimensões históricas associadas ao racismo e à noção de fronteiras, deve-se refletir acerca do conceito de Nação e do surgimento do Estado moderno, conectado aos processos de colonização, para, então, refletirmos como a categoria *Améfrica Ladina* é capaz de deslocar as noções fronteiriças contemporâneas.

Assim, esse deslocamento se dá, visto que as delimitações não se baseiam na noção de território geográfico, mas sim a partir da formação histórico-cultural, trazendo inevitavelmente implicações para as noções clássicas de fronteiras.

As noções de nação e fronteiras são conceitos relativamente recentes, e foram criadas pelo Estado moderno, com o objetivo de afirmar sua soberania política.

A nação é compreendida como uma vinculação social e econômica de indivíduos que se constituem enquanto comunidade, compartilhando determinado território, reconhecendo a existência de um passado em comum, mesmo que haja divergências acerca de aspectos do passado; apresentam também uma vinculação com uma visão em comum de futuro; compreendendo que ao permanecerem unidos proporcionam um futuro melhor do que separados, ainda que alguns membros possam aspirar modificar a organização social da nação e seu sistema político, o Estado (GUIMARÃES, 2008).

Para a constituição do Estado, alguns elementos foram indispensáveis. Entre esses elementos destaco a mudança do modelo de produção feudal para o modelo de produção capitalista (OSÓRIO, 2014).

Por sua vez, essa mudança de modelo de produção não existiria sem a apropriação da força de trabalho, saberes e acumulação estruturadas na exploração dos povos negros e indígenas. Conforme debate o historiador latino-americano Walter Rodney no livro "Como a Europa subdesenvolveu a África" o racismo é um fundamento estruturante para a criação do sistema capitalista, uma vez que o colonialismo não existiria sem o racismo como instrumento de dominação. Assim, o racismo estrutural consequentemente colaborou para proporcionar a acumulação primitiva (RODNEY, 1975).

Evidencia-se que a acumulação primitiva[4] do capital, esteve fundamentada na escravização de pessoas negras e indígenas – mais do que explorando, expropriando o trabalho e dignidade, a partir da desumanização.

[4] Primitiva é uma categoria utilizada por Marx, para descrever o início da acumulação. No entanto, é necessário questionar esse termo, seria primitivo em relação a quem, ou o que? Esse tipo de argumentação associada ao primitivo, subsidiou sistemas de exploração e opressão. Desta forma, considero importante localizar essa crítica para estremecermos as estruturas (MARX, 2013).

Essa acumulação também esteve fundamentada na invasão das Américas e África pelos países Europeus Absolutistas – após sequestro de pessoas negras para escravização, extração das riquezas naturais e expropriação das terras das pessoas que povoavam esses territórios (RODNEY, 1975).

Conforme reflete o pensador Mamadou Alpha Diallo, as relações estabelecidas entre África e América Latina, estão intimamente relacionadas às hierarquias sociorraciais, apontando que uma "(...) reflexão mais apurada a respeito das relações entre África e América Latina deve ser capaz de demonstrar que o surgimento do Estado-Nação latino-americano e as hierarquizações sociorraciais na América Latina têm como base a escravidão" (DIALLO, 2017, p.20).

Nesse sentido, é importante compreendermos como se deu o processo de construção dos Estados-Nações latino-americanos, refletindo o processo de invasão e devastação da Europa, por países como Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França, nesse território.

Nesse processo de mudança de modelo de produção e exploração, se alteram também os modelos socioeconômicos, trazendo elementos associadas às novas constituições familiares. Após Revolução Industrial iniciada na Europa, se produzem as famílias mononucleares, objetivando assegurar o direito à propriedade e herança. São constituídas novas roupagens para realizar o controle dos corpos, associadas ao controle dos processos reprodutivos, visando a manutenção desse sistema socioeconômico (OSÓRIO, 2014).

Além do colonialismo e racismo, o patriarcado também se soma nesse engendramento dos sistemas. Uma vez que o controle dos corpos, marcados pelas opressões de gênero, apresentam complexidades muito específicas nesses sistemas de exploração. No colonialismo a existência de amas-de-leite, por exemplo, evidencia uma violência específica nesse entrelaçamento de opressões. Na estruturação do sistema capitalista, em que se constitui a centralidade do trabalho, nesse novo contexto se desvaloriza o trabalho direcionado para o feminino, para super-explorar essas pessoas que já foram desumanizadas, durante esses processos de opressão.

Para construir o Estado como um poder soberano, algumas estratégias de controle se complementam, conforme descreve Althusser ao refletir sobre os aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1985). Essa narrativa propõe um monopólio legítimo da violência por parte das forças armadas estatais. Associados a esses elementos que configuram ao Estado a centralização do poder político e do aparato ideológico.

Na contemporaneidade essa estrutura segue como uma mola compressora do Estado capitalista, com o objetivo de dar continuidade ao projeto de genocídio do povo negro. Constrói-

se uma repressão por meio da violência da polícia do Estado, assassinando o povo negro. E ideologicamente a mídia segue, enquanto um aparelho ideológico, construindo a imagem do nosso povo negro como perigoso, forjando sermos alvos legítimos.

Isto posto, é imperioso compreender a origem do racismo e seus entrelaçamentos para combatê-lo, seja na esfera política, histórica, econômica, social, cultural, acadêmica, epistemológica, trabalhista, migratória, recreativa, xenofóbica, dentre outras, apenas para exemplificar algumas tipificações do racismo.

1.4. Racismo contemporâneo no Brasil e América Latina: Apagamentos, Diferenças e Semelhanças

Figura 5: Projeto "Ah Branco, dá um tempo!":
Projeto fotográfico reúne imagens de pessoas negras com frases racistas que ouvem com frequência[5].



Fonte: SANTOS (2015)

"Sempre tive o mesmo rosto
A moda que mudou de gosto
E agora querem que eu entenda
Seu afeto repentino

Eu só tô tentando achar
A autoestima que roubaram de mim
De nós, de mim..."

Autoestima, Baco Exu do Blues.
(Canção do rapper Baco Exu do Blues, Bahia - Brasil)

O racismo está sendo analisado enquanto um sistema que se baseia no preconceito e promove discriminação sistemática, tendo a raça como fundamento. Portanto, a raça é uma

[5] Projeto idealizado pela estudante Lorena Monique dos Santos, do curso de antropologia na UnB (Universidade de Brasília), em que pessoas negras relatam as colocações racistas que ouvem com maior frequência. A ideia deste projeto surgiu a partir de um trabalho de antropologia visual, inspirado no projeto "I, Too, Am Harvard" ("Eu também sou Harvard"), desenvolvido por estudantes negros da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, como ações de enfrentamento ao racismo.

categoria imprescindível à compreensão da exploração de classes, divisão internacional do trabalho e reprodução da desigualdade racial (NOGUEIRA, 2021).

Ser negro é uma construção política, que considera necessariamente aspectos sócio-histórico. Durante os processos colonialistas, as diversas etnias no continente africano foram reduzidas, por parte da branquitude, à categoria "negro".

Evidencia-se o apagamento das etnias africanas, uma vez que diferentes povos de diversas etnias em África, quando na realidade se identificavam enquanto Benguela, Jejes, Cabinda, Dogons, entre outras, nesse contexto da dita colonização, foram resumidas a categoria "negro", com o objetivo de desumanização, com o intuito de realizar a escravização dos diversos povos africanos.

A branquitude resume, então, toda essa diversidade de etnias na categoria "negros", e ao realizar essa redução, produz o apagamento. Isto posto, é extremamente importante evidenciar a branquitude como beneficiária desse sistema.

Rememorando esses processos de apagamento e diluição, me recordo das diversas narrativas que tentam colocar o Nordeste como algo único. Mais adiante serão apresentados os dados das pessoas que se autodeclararam negras no Brasil e a diferenciação entre as cinco regiões do país. Mas necessário destacar um incômodo com a tentativa sulista, sudestina e centro-oestista, em diluir o Nordeste nesta suposta unicidade e em realizar o apagamento sumário do Norte. Destaco especificamente o Nordeste, considerando minha família ter vindo da Bahia e Maranhão, que estão nas duas extremidades desta região. Mesmo dentro das similaridades que constituem a identidade nordestina, os territórios apresentam diferenças significativas que destacam realidades distintas, devendo ser respeitadas as especificidades de cada realidade.

Necessário ponderar essas diferenças, para compreendermos as semelhanças. Minha mãe nasceu em uma cidade localizada no interior da Bahia, chamada Canápolis, em que a motivação para a escolha do nome está fundamentada na referência da cana-de-açúcar. Ela veio com meus avós para o Distrito Federal durante a construção da nova capital do Brasil, em 1958, para o projeto desumano que propunha que em cinco anos uma massa de trabalhadoras/us/es fizesse o que seria possível realizar de maneira saudável em cinquenta anos, conhecido como o projeto "50 anos em 5", do então presidente da república Juscelino Kubitschek.

A minha família percorreu cerca de 600 quilômetros de distância entre essas cidades, durante sete dias em estradas de terra, em um caminhão chamado pau-de-arara[6]. Meu avô, Irineu Pereira da Cunha, contribuiu para os dois últimos anos, trabalhando como pedreiro na construção civil, colaborando para a construção do Congresso Nacional, que é falado até os dias de hoje com muito orgulho pela família.

Destaco também a presença da minha avó, Maria Portuguez da Cunha, na construção da nova capital do país. Realizando um questionamento ao apagamento das mulheres nesse processo, que invisibiliza o trabalho das diversas mulheres que estiveram presentes para que essa cidade fosse erguida, invisibilizando, ainda, a estrutura do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não. Minha avó contribuiu trabalhando na realização de venda de marmitas para as pessoas que estavam na construção civil, posteriormente como lavadeira às margens do lago Paranoá e como trabalhadora doméstica nas casas das pessoas que vieram majoritariamente do Sudeste e receberam casas, localizadas no centro de Brasília, fora das ditas vilas operárias.

Inicialmente foi criada a narrativa de que a cidade projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa se tratava de um projeto fundamentado nos valores socialistas, que buscava proporcionar a equidade, com trabalhadores de diversos cargos residindo próximos, frequentando os mesmos equipamentos púbicos e estabelecimentos comerciais, criando as superquadras, entrequadras e vilas operárias.

Meu avô conta que eles moraram em uma das vilas operárias chamada Vila Planalto, localizada ao lado do Congresso Nacional, para chegarem cedo ao trabalho, em que nas palavras do meu avô “passavam em um ponto pra pegar os pião no pau-de-arara, a gente ficava pendurado, pra chegar cedo pra começar a obra. A gente era tudo pião”. A palavra pião faz menção aos trabalhadores da construção civil, conforme definição do dicionário *inFormal*:

> Significado de Pião: O mesmo que peão. Pessoa sem formação que executa tarefas com alto grau de esforço físico ou braçal, e ainda, recebe baixa remuneração. Também pode ser utilizada como forma de menosprezo para chamar a atenção de alguém (PIÃO, 2010, p.1).

No entanto esse suposto compromisso com a perspectiva socialista acaba quando Brasília é inaugurada em 1960. Nesse mesmo ano as pessoas que trabalharam na construção de Brasília são jogadas dentro de caminhões, juntamente com os seus poucos objetos. Essas pessoas são enviadas para cidades localizadas a cerca de 40 quilômetros de distância do centro

[6] Pau de arara é um meio de transporte irregular que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar nos caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais. (Wikipédia - https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_(transporte) (Fazer citação)

da nova capital, com o objetivo de tirar as pessoas pobres das vistas de Brasília, realizando diversas operações de remoção, realocando as famílias em locais que não contavam com a presença do poder público.

Nesse contexto, a minha família e seus objetos, conjuntamente com outras famílias foram deixadas em uma parte do cerrado ao relento, apenas com a entrega de uma lona para cada família por parte do Estado, em uma cidade chamada Gama, localizada no Distrito Federal. A minha família baiana relembra como a experiência mais fria vivenciada durante o período do inverno – e acrescento para além do frio em relação à temperatura, a frieza do Estado e sociedade. Entretanto, em mais uma diáspora forçada a união de trabalhadoras/us/es produziu novas potencialidades.

A força comunitária se organizou para construção das casas de cada rua de maneira autônoma. Então todas as pessoas que ergueram a nova capital do país se juntavam para construir a primeira casa da rua, ao finalizar seguiam para a construção conjunta da segunda casa e assim sucessivamente seguiam na construção coletiva até chegar à última casa. Minha mãe, Terezinha Portuguez da Cunha, complementa a história oral, relembrando que "a casa da nossa família era uma das últimas", destacando o trauma do frio e rememorando as pessoas que chegavam a morrer de tanto frio nesse período da construção de Bras-ilha, também conhecida como ilha da fantasia.

Ainda que meu avô não tenha tido acesso à escola e o contato com as letras, ele lutou para que toda a família tivesse acesso aos estudos com a potente frase "vou deixar estudo, que isso ninguém tira de vocês", repetido pela minha mãe para mim e que também falarei para minhas filhas/es/os no futuro. Essa frase que me motiva a seguir no caminho dos estudos, compreendendo a importância do acesso ao conhecimento para transformação da realidade.

Nesse registro fotográfico abaixo estão, respectivamente, minha prima Adriana Portuguez do Nascimento, meu avô Irineu Pereira da Cunha (in memoriam), minha tia Creuza Portuguez da Cunha e minha outra prima Alessandra Portuguez do Nascimento, filhas dessa minha tia, em sua formatura no curso de pedagogia. Esse registro demonstra a potência dessa frase proferida pelo meu avô e o orgulho de formar uma filha, utilizando os seus melhores trajes em uma cidade ainda marcada pela construção civil, conforme estrutura ao fundo.

Figura 6: Fotografia da formatura da minha tia Creuza Portuguez da Cunha.



Fonte: Arquivo pessoal.

Minha família paterna, por sua vez é de uma cidade também localizada no interior do Maranhão, chamada Capinzal, trazendo a referência do capim para a definição do nome. Durante minha infância essa cidade não esteve no mapa, corroborando com a perspectiva de apagamentos. Recentemente soube que foi encontrado gás natural no subsolo, que trouxe maior visibilidade e investimento por parte do Estado, sendo inserida atualmente no mapa e renomeada como Capinzal do Norte.

Uma cidade que não tinha posto de gasolina, hospital, contando com a presença de um dentista a cada 15 dias, sem telefone nas casas e com o sinal de televisão realizado via antenas parabólicas. Me recordo da presença dos aparelhos repressores e ideológicos do Estado, assegurando o delegado, que este sim morava na cidade, da Igreja localizada no local mais alto da cidade, do grande fluxo de bicicletas, a colheita do coco babaçu, casas de barro, vegetação preservada em uma mata de transição entre o bioma do cerrado e amazônico e inúmeros açudes.

Eu cresci comendo cuscuz, no entanto na Bahia eu comia o cuscuz de milho e no Maranhão o cuscuz de arroz, marcando as semelhanças e diferenças desde uma tenra idade. E ainda que eu tenha nascido no Distrito Federal, após a migração de meus pais para esse território, nunca me deixaram esquecer as raízes, valorizando as tradições, identidade cultural,

percebendo as diferenças e semelhanças, sem diluir as diversidades das realidades em um único Nordeste.

São evidentes as diferenças sejam nos sotaques, na vegetação, nas músicas, socialização, características físicas, comidas, entre tantas outras diversidades e potencialidades. Assim como refletimos sobre a branquitude dissolver todas as etnias africanas na categoria negros, devemos problematizar essa tentativa de diluir as diversidades de cada território do Nordeste em um lugar único, muitas vezes fazendo uma miscelânea, demonstrando um desconhecimento e conforto no lugar de poder autorizado para realizar a definição, produzindo práticas xenofóbicas e perpetuando relações de poder, ao deslocar as narrativas.

Ao refletirmos sobre essas relações de poder, em que as estruturas de opressão se sentem autorizadas para categorizar, definir e diluir os grupos oprimidos, a categoria *amefricanidade* realiza um contraponto que reconhece as semelhanças, sem apagar as diferenças ao resgatar essa unidade específica. Resgatar uma unidade específica que produz identidade seja no que tange negras/es/os, Nordeste ou América Latina é muito potente e deve ser valorizado, entretanto devemos estar atentas/es/os e fortes para as tentativas de apagamentos das identidades.

Chamo a atenção para outra comparação entre a perpetuação de opressões no território da *Améfrica Ladina*. Fazendo um paralelo entre as imagens das pessoas negras nas travessias nos navios negreiros e as imagens das prisões em El Salvador, exibidas na mídia pelo governo salvadorenho em 2020, evidenciamos o quanto os sistemas penitenciários estabelecem essas relações de poder e carregam marcas da escravização. As pessoas privadas de liberdade são espremidas para caber em um espaço limitado, sem condições mínimas de ventilação, higiene e sobrevivência, em pleno contexto de pandemia, decorrente da COVID-19.

Inaceitável que uma instituição do Estado realize esse tratamento, violando direitos humanos, direito à saúde, dignidade, às recomendações de medidas sanitárias para contingenciamento da transmissão do vírus da COVID-19, realizadas pela Organização Mundial de Saúde - OMS. No texto "Navios negreiros, filas e escassez no tempo da COVID-19", publicado na revista Nova Cultura, Iroel Sanchez debate sobre essas violações de direitos:

> Imediatamente, eu me lembrei da imagem que aparecia em um dos livros de história que me acompanharam durante meu ensino primário: o navio negreiro. Aqueles homens amontoados, como peças de uma geometria perfeita feita com seres humanos. (...) Nos cárceres latino-americanos em tempos da pandemia pelo vírus da Covid-19 ocorreram desde contágios em massa (Peru), revoltas por não garantir condições mínimas de higidez para aqueles que as ocupam (Argentina, Colômbia, Brasil...) até espetáculos que fazem lembrar o fascismo, como os que testemunham as imagens nos cárceres salvadorenhos. Há exceções, mas não são notícia (SANCHEZ, 2020).

Essa semelhança não é uma mera coincidência, mas sim uma perpetuação das opressões até os dias de hoje. Durante a emergência de saúde pública, decorrente da COVID-19, intensificou-se uma série de problemas sociais e econômicos, agravando a situação de pessoas vulnerabilizadas por essas estruturas opressoras.

Entre as pessoas vulnerabilizadas, as pessoas em conflito com a lei que estão em privação de liberdade, vivenciaram o agravo de não poderem adotar as medidas de isolamento social. Importante destacar esse ponto, uma vez que quase toda a população infringe a lei, no entanto somente algumas pessoas são encarceradas, em julgamentos baseados nas desigualdades de raça, classe e gênero.

Importante refletir sobre as complexidades que são postas na prática, nessa nova realidade. Durante esse contexto foi produzido o negacionismo ao coronavírus, que gerou efeitos devastadores. Alguns governos se apresentaram hostis às medidas sanitárias de prevenção e contenção da SARS-CoV-2, fundamentados no negacionismo. A adoção dessas posturas que escolheram recusar a realidade, apresentou indícios de interesses escusos na compra de medicação sem eficácia comprovada e de tentativa de superfaturamento na compra de vacinas, entre outras motivações *(*MAZZONETTO, 2023).

O negacionismo está baseado em uma “atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam” (Academia Brasileira de Letras, 2023). Enquanto especialista em Saúde Coletiva pela Fiocruz-Brasília e trabalhadora do Sistema Único de Saúde-SUS há cerca de 13 anos, presenciei situações isoladas de recusa ao sistema de imunização, materializado no questionamento à vacinação, no entanto nunca houve um negacionismo estruturado na proporção que vivenciamos durante a emergência de saúde pública, decorrente da COVID-19.

Assim, a pandemia acentuou o racismo estrutural, instituído na sociedade contemporânea. E ainda está gerando impactos, que vamos compreender somente no futuro.

Figura 7: Fotografia de pessoas em privação de liberdade, em El Salvador, 2020.



Fonte: Sánchez (2020)

Figura 8: Pessoas sequestradas e encarceradas nos navios negreiros. Ilustração referente a “revolta dos Macuas no navio negreiro”



Fonte: YSRAYL (2012)

A política de tortura e encarceramento em massa da população negra pelas forças policiais realizada atualmente, é a expressão da manutenção de mecanismos de controle da população negra, operado anteriormente pela tortura e sequestro realizado pela branquitude.

O racismo aprisiona e tortura corpos negros, aniquilando a dignidade e anulando a vida. O racismo no Brasil e nas Américas tem dimensões muito complexas, sendo muito desafiador o enfrentamento desse sistema estruturado de maneira ardilosa.

Lélia Gonzalez reflete acerca do racismo por denegação, produzido a partir do apagamento, dialogando acerca da negação da existência do racismo, e negação de pertencimento (GONZALEZ, 1988).

Conforme debatem Gisele Oliveira da Silva e Sostenes Cezar de Lima no artigo "Afirmações identitárias e as sutilezas violentas do racismo por denegação", a denegação é produzida pela branquitude (SILVA E LIMA, 2021). As/Os autoras/es ponderam que as pessoas negras, consciente ou inconscientemente, diversas vezes tentam se distanciar ou negam o pertencimento a uma raça que represente inferioridade, como recurso de proteção e fuga das violências racistas:

> O princípio da denegação parte da ideologia da "branquitude" e também do que ela representa, uma vez que ser branco ou não ser negro/a passa a ser necessário para quem busca uma ascensão social. Nesse contexto, a denegação é um recurso, seja consciente ou inconscientemente, para alguns uma tentativa de fuga da opressão, para outros a negação de que não pertence a uma raça que representa inferioridade. Mas não cabe somente ao negro/a de pele clara ou escura esse processo de rotulação, sempre coube também a hegemonia branca determinar em que lugar você é, negro/a ou branco (SILVA e LIMA, 2021, p. 01).

O racismo precisa ser visto na dimensão coletiva, e não somente na dimensão individual, sendo um sistema que organiza a sociedade em uma estrutura excludente, responsável por produzir desigualdades raciais. O racismo não pode ser comparado a nenhum outro preconceito, uma vez que apresenta dimensões muito mais amplas e complexa, por estar relacionado à dominação e ao poder de subjugar (MOREIRA, 2020). Importante, destacar que esse sistema segue mantendo a lógica colonial, perpetuando a exclusão dentro dessa estrutura racializada estabelecida neste território.

De acordo com o censo demográfico brasileiro realizado em 1872 as pessoas negras correspondiam a 55% da população do país. Maria Aparecida Bento, apresenta as conexões possíveis entre branqueamento e branquitude no Brasil, debatendo o medo do crescimento da população negra no país:

> Havia uma expectativa de o Brasil tomar-se um país branco, como consequência do cruzamento de raças.
> Esta visão não estava presente só na ciência, mas também nas artes, nos escritos dos pesquisadores, na imprensa, evidenciando uma resposta ao medo gerado pelo crescimento da população negra e mestiça que, segundo o Censo de 1872, chegava a 55% do total de brasileiros (BENTO, 2002, p. 21).

Atualmente o IBGE compreende a categoria das pessoas negras, como o conjunto de pessoas pretas e pardas. Esse percentual, no Brasil, corresponde a 55,5% da população brasileira autodeclaradas enquanto negras, sendo 10,2% de pessoas pretas e 45,3% de pessoas ditas pardas.

À vista disto, se faz necessário debater como se dão esses processos sócio-histórico de se tornar negra, negro ou negre. A categoria "negro", que é produzida pela branquitude incialmente com o objetivo de reduzir, apagar e homogeneizar, posteriormente é disputado pelos Movimentos Negros, também enquanto uma categoria de análise, de unidade e de enfrentamento ao racismo.

Os Movimentos Negros se organizaram e fizeram diversas ações e campanhas, debatendo a importância de mais pessoas se reconhecerem enquanto negras, de modo a promover o orgulho negro, positivando essa identidade racial. Uma campanha amplamente divulgada foi a "Não deixe sua cor passar em branco – Responda com bom c/senso", em referência à autodeclaração racial, dentre as classificações de "raça/cor" branco, preto, pardo, indígena e amarelo, no Censo Demográfico de 1991 (Sant'Anna, 2009, p. 01).

Quando refletimos acerca das nomenclaturas utilizadas para descrever as identidades raciais, as palavras usadas atualmente não estão a contento. As categorias utilizadas nos contextos sociais que vivemos ainda são terminologias que precisam ser refletidas, ressignificadas, questionadas, para construirmos categorias e conceitos, que descrevam as nossas realidades a partir das nossas próprias narrativas.

Avalio que algumas nomenclaturas tais como "negras/es/os não-retintos" e "negras/es/os de pele clara" ainda não conseguem descrever as nossas vivências, tendo em vista a localização marcada pelo que não somos ("não-retintos") ou as características referenciadas pela branquitude ("clara"). Evidenciando-se mais uma vez a permanência de uma vivência marcada pelo não-lugar e pelas ausências, inclusive ausências de nomenclaturas.

Considero importante descrevermos as variabilidades e diversidades presentes na identidade negra. O reconhecimento dessas diversidades, contribuem, inclusive, para a nossa humanização, uma vez que confronta a tentativa de homogeneizar a identidade negra.

Na presente dissertação estamos descrevendo pessoas "pretas", enquanto pessoas "pretas", "negras retintas", "negras de pele escura" e "negra-preta". E as pessoas ditas "pardas", enquanto pessoas "negras de pele clara", "negras não-retintas" e "negra-parda", ainda, que essas nomenclaturas não estejam a contento, para devida descrição dessa localização racial. Entretanto, se utilizam essas expressões enquanto redução de danos, para descrever algumas diversidades entre as pessoas negras. Todas essas nomenclaturas estão sendo utilizadas para descrever as diversidades dentro da categoria negra/e/o.

Os povos negros seguem resistindo frente a essa realidade de apagamento das identidades negras, ainda que sem uma nomenclatura que descreva a contento as devidas representatividades.

Desta forma, as nossas mais velhas e nossos mais velhos decidiram disputar essa categoria. A referência da expressão “mais velha/e/o” nos Movimentos Negros está amparada nos fundamentos do Candomblé:

> quando você é a Mais Velha no candomblé, pressupõe várias coisas. A primeira, é que pressupõe que existe alguém Mais Novo que você. (...) Mas a idade é contada basicamente por aquele que passou por ritos primeiro. Ganhou direitos primeiro, ganhou o conhecimento primeiro. Logo, ser uma Mais Velha é ter conhecimento, receber certos direitos, obrigações e passar isso para o Mais Novo. Ser uma Mais Velha diz respeito a você ter a obrigação, não só ritualística, mas num sentido bem amplo, ter a obrigação de não deixar com que os conhecimentos, com que a tradição não morra (AHUALLI, 2018, p. 109).

Na construção da categoria negra, nossas/es/os mais velhas/es/os notaram que as pessoas pretas e as ditas pardas, compartilhavam semelhanças nas condições socioeconômicas, tendo os piores indicadores sociais relacionado à saúde, moradia, encarceramento, educação, trabalho, mortalidade, entre outros. Algumas dessas semelhanças se evidenciam nos dados produzidos pela PNAD contínua, realizadas em 2016 e 2017, conforme dados apresentados abaixo:

Quadro 1 – Indicadores de desigualdades raciais



Fonte: IBGE – PNAD Contínua (2018)

A construção da categoria negra/e/o é importante para compreendermos que o que vivenciamos hoje é escolha da ancestralidade dos movimentos negros, no sentido de disputar a categoria negro e seus efeitos políticos.

1.5. Racismo e as justiças de transição: Reparação histórica

Figura 9: Sankofa[7]



Fonte: PEREIRA (2001)

O racismo implica em uma relação de poder. O poder de desumanizar e de inferiorizar é um sistema que se baseia no preconceito e promove discriminação sistemática, tendo a raça como fundamento.

Nesse sentido, se faz necessário compreender as origens do racismo e desigualdades raciais, geradas e geradoras de preconceito e discriminação.

O racismo é estruturado por uma discriminação sistemática, que se manifesta por meio de ações fundamentadas em "crença ou convicção sobre a superioridade de uma raça ou determinadas raças, sobre as demais, com base em diferentes motivações, em especial, as características físicas e outros traços do comportamento humano" (RABELLO, 2014, p. 01), gerando privilégios ou desvantagens a depender do grupo racial vivenciado por cada pessoa.

Ao refletirmos acerca da categoria preconceito, identifica-se que esta estaria mais relacionadas à psiquê humana, na perspectiva de pensamentos e opiniões, associada às ideias pré-concebidas, podendo ou não desencadear uma ação discriminatória. A discriminação racial, está relacionada às tomadas de decisões, associadas a práticas ou ações racistas.

Ou seja, esses fenômenos contribuem para a produção de uma sociedade desigual. *Opiniões ou sentimentos* preconceituosos podem desdobrar em *ações* discriminatórias, que por sua vez geram *desigualdades raciais* na estrutura das sociedades.

A raça está pautada na construção hierárquica a partir da ideia de racialização. A nossa sociedade é racializada e as estruturas de poder marcam essas desigualdades. O racismo é uma estrutura que tem sido direcionada para discriminação de diversos povos, não somente do povo

[7] Sankofa é um símbolo que surgiu a partir do ensinamento ganês "Se wo were fi na wosankofa a yenkyi", que traduzido seria algo como "não tem problema voltar para trás e recuperar o que você esqueceu (perdeu)". Essa é uma das Adinkras elaboradas nos processos diaspóricos, sendo representada por um pássaro que apresenta os pés firmes no chão e a cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico. O ovo simboliza o passado, demonstrando que o pássaro voa para frente, para o futuro, sem esquecer o passado. Ademais, ela traz a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, podendo recordar também os erros do passado para que eles não sejam cometidos novamente no futuro. Isto é, representa a volta para adquirir conhecimentos do passado e a sabedoria. (SANKOFA, 2018)

negro, mas neste contexto estamos dando especial atenção para a análise do racismo direcionado para pessoas negras e indígenas.

Precisamos refletir o papel da memória, com o objetivo de contribuir pedagogicamente para que o passado não se repita. Assim, políticas reparatórias de memória, podem contribuir para reparação coletiva.

Políticas de auto-reparação fundamentadas na construção de narrativas, pelas próprias pessoas que vivenciaram as opressões, é uma outra possibilidade de justiça reparadora. As judias e os judeus conseguiram construir, por exemplo, uma narrativa que sensibiliza o mundo a partir da produção audiovisual sobre o holocausto. A construção da narrativa de produções cinematográficas, trazem esse tema repetidas vezes no imaginário coletivo, visando fixar na memória coletiva uma narrativa, que mantenha a lembrança das violências, para evitar a repetição.

A justiça de transição está associada a um conjunto de medidas políticas, econômicas, sociais, judiciais, culturais, entre outras, utilizadas para reparação das violações de direitos humanos, visando garantir o direito à memória, verdade e responsabilizando os que corroboraram com as violações de direitos.

O projeto do portal Memórias da Ditadura reflete aspectos relacionados aos direitos da Justiça de Transição:

> Os direitos da Justiça de Transição – direito à Memória e à Verdade, à Justiça, à Reparação e à Reforma Institucional – promovem o reconhecimento e lidam com o legado de atrocidades de um passado violento ao qual não se quer regressar e de um presente e futuro que precisam ser diferentes (...) (JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, s.d., p. 01).

Nesse sentido, as políticas de reparações históricas e políticas afirmativas, são caminhos para enfrentamento ao racismo. Essas ações traçam estratégias para reparar as opressões e suas consequências, buscando positivar a identidade negra, seja na busca de representatividade, reserva de vagas em editais para vagas de empregos, partidos políticos, universidades, entre outros espaços que o povo negro foi excluído, durante séculos contando com o apoio oficial do Estado brasileiro.

Para tanto, é preciso compreender como se compõe a categoria negra/e/o. Como debatemos anteriormente, a categoria “negro” é uma invenção da branquitude, que se materializa para subjugar diversos povos africanos.

Como um contraponto, as políticas afirmativas, as políticas reparatórias de memória e de reparações históricas buscam contribuir para o fortalecimento da identidade negra positivamente.

Neusa Santos Souza reflete em seu livro *Tornar-se negro*, sobre as complexidades emaranhadas na construção da identidade histórico-existencial negra, em uma sociedade de classes e ideologias dominantes brancas:

> Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (...) A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinaram a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (SOUZA, 2021, p.77).

Durante os processos diaspóricos, os diversos povos foram classificados desta forma, sendo reduzidas todas as suas diversidades na categoria "negro". No entanto, posteriormente os Movimentos Negros reivindicaram o fortalecimento dessa identidade, com o objetivo de lutar por mudanças na sociedade, denunciando o racismo, em busca de igualdade racial.

Atualmente, ainda é indispensável a promoção de ações em busca de equidade racial, uma vez que, se buscarmos a igualdade na atual conjuntura, seriam promovidas ações de oportunidades iguais para todas as pessoas, independente das necessidades de cada um/a/e, enquanto "a equidade visa o ajuste do desequilíbrio entre elas, considerando suas particularidades e promovendo a equiparação entre os meios de alcançar um mesmo resultado" (BERTAGLIA, 2023).

Busca-se, assim, analisar os processos fundantes do racismo estrutural, com o objetivo de avaliar as conjunturas e propor metodologias de enfrentamento ao racismo. O Estado também tem um papel importante na perspectiva de reparação. Necessário discutir algumas ações afirmativas, que estão sendo fundamentais para promover o debate sobre o racismo e sua negação, ainda fortemente presente na sociedade brasileira.

Entre as medidas adotadas para esse enfrentamento ao racismo, destaco o acesso à educação, a partir da reserva de vagas para diversos níveis de ensino e em concursos públicos, redistribuição de terras, acesso a bens de consumo, reserva de vagas e/ou recursos para assegurar representação em partidos políticos, políticas habitacionais, projetos direcionados para grupos discriminados historicamente, entre outras ações que apresentem um caráter preventivo, de promoção, reparação e ações compensatórias, com o objetivo de reduzir as desigualdades postas, promover igualdade de oportunidades, reverter a representação negativa

das pessoas negras positivando a negritude e realizar o combate ao preconceito e discriminação associados ao racismo (SEPPIR apud PROEXT, 2019).

As ações afirmativas a partir dos sistemas de reservas de vagas direcionadas para pessoas negras, foram se consolidando no Brasil gradualmente. Em 2003 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ foi a primeira instituição pública de ensino superior a adotar o sistema de cotas. E em 2004 a Universidade de Brasília-UnB foi a primeira universidade federal a adotar o sistema de ações afirmativas.

Posteriormente em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a lei nº 12.711 responsável por regulamentar o sistema de cotas em institutos federais de ensino e sistema de cotas nas universidades. E em 09 de junho de 2014 foi aprovada a lei nº 12.999, responsável pela reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Em 20 de novembro de 2023 ficou instituído o Programa Federal de Ações Afirmativas – PFAA, com a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades.

As ações afirmativas têm o objetivo de corrigir distorções raciais e sociais. Entre as modalidades de que podem ser adotadas nas políticas públicas, conforme decreto nº 11.785/2023, incluem-se:

> I - políticas de cotas ou reservas de vagas;
> II - bonificações ou critérios diferenciados de pontuação em processos seletivos;
> III - estabelecimento de metas destinadas a ampliar a participação e a inclusão dos referidos grupos;
> IV - critérios de desempate em processos competitivos, com vistas a ampliar a participação dos referidos grupos;
> V - cursos preparatórios voltados para processos seletivos;
> VI - programas de assistência financeira, incluída a concessão de bolsas e auxílios para garantir o acesso e a permanência em instituições de ensino ou de qualificação profissional;
> VII - políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática; e
> VIII - destinação de parcela de recursos e fundos existentes para ações afirmativas ou criação de fundos específicos para ações afirmativas (BRASIL, 2023).

É necessário deslocar a forma como a estruturação da desigualdade racial é debatida no Brasil. Realizando a cobrança da prestação de contas, desvelando a tentativa de silenciamento e apagamento da branquitude sobre o seu papel na estruturação dessa sociedade fundamentada

no racismo, responsável por produzir as desigualdades raciais vivenciadas até os dias de hoje. Para que então as políticas afirmativas possam dar lugar à promoção da igualdade racial e possamos dialogar também sobre os próximos passos a serem realizados.

Nesse sentido, essa dissertação busca apontar a importância da construção de identidade, a partir das nossas próprias vivências e narrativas, compreendendo as negritudes como algo muito maior que as experiências de racismo, situando também as nossas trajetórias e potencialidades.

2. COLORISMO

2.1. Prestação de contas do Atlântico negro: Desvelando o pacto da branquitude e fortalecendo os laços da negritude

Figura 10: Fotografia da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no Centro Cultural Banco do Brasil-CCBB de Brasília (2023)



Fonte: Fotografia elaborada pela autora (2023)[8]

Importante evidenciar as resistências realizadas pelas pessoas negras escravizadas durante esse sistema. Resistências essas materializadas na Revolta dos Malês, criação de quilombos, ações diretas de libertação de cárcere privado de outras pessoas negras, realizando, inclusive, incêndios em fazendas escravocratas, entre outras resistências e insurgências. Essas resistências e insurgências nos inspiram para construirmos novos caminhos de rompimento do silêncio, realizando mobilização para novas ações de cobrança por reparação histórica em muitas dimensões.

Diversas vezes há um silenciamento sobre os brancos, assim, o racismo acaba sendo visto como um problema do negro (BENTO, 2002). Entretanto esse sistema racista foi produzido pela branquitude, sendo necessário compreender a responsabilidade e denunciar o lugar da branquitude nesse processo.

Nessa pesquisa a branquitude está sendo analisada, refletindo traços da identidade racial da/e/o branca/e/o brasileira/e/o, compreendendo que essa categoria é concebida como um construto ideológico. Esse debate visa denunciar que as pessoas brancas têm o poder de classificar as pessoas não-brancas, a partir do seu ponto de vista, desdobrando em vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento das pessoas não-brancas.

Esse é um processo indiscutivelmente relacional, em que o branco também é elemento essencial nessa análise ideológica, econômica, política e simbólica. Ressalta-se a necessidade

[8] Registro fotográfico realizado por Lusa Fontoura Portuguez, na exposição realizada no Centro Cultural do Banco Brasil-CCBB de Brasília, referente à exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito".

de refletirmos o entrelaçamento das dimensões subjetivas, objetivas e concretas das relações raciais.

Destaca-se, ainda, o pacto da branquitude (BENTO, 2002), por meio do qual pessoas brancas se protegem, para evitar assumirem as ações racistas praticadas. Neste pacto entre brancos, estes não se reconhecem como parte essencial da permanência das desigualdades raciais no Brasil (BENTO, 2002). Importante pontuar que o reconhecimento das atrocidades é o mínimo, para o máximo existe uma longa caminhada que perpassa, inclusive, pela reparação.

Em contraponto a essa realidade, eu proponho o pacto da negritude para falarmos as nossas perspectivas de mundo com a mesma tranquilidade que as pessoas brancas falam seus absurdos, nos apoiando entre nós, realizando a denúncia desse ideal de branqueamento, reivindicando, assim, a prestação de contas e reparação histórica.

O ideal do branqueamento no Brasil surge do medo do contingente populacional negro no país. Esse registro histórico, a partir da matéria da revista abaixo, evidencia o processo de embranquecimento realizado pelo Estado brasileiro, e que segue em curso na sociedade brasileira, sendo estruturado com o apoio das mídias.

Ao realizarmos uma análise histórica identificamos que após a suposta abolição da escravatura a elite branca brasileira apresentava receio de a população negra ser o maior quantitativo de pessoas no país, em virtude disto o Estado brasileiro realiza políticas de migração europeia branca, durante os séculos XIX e XX.

Esta política de migração tinha como objetivo branquear a população brasileira, tendo como consequência a vinda de 3,99 milhões (três milhões e novecentos e noventa mil) imigrantes brancos europeus atravessando o Atlântico em trinta anos, em condições incomparáveis às travessias no Atlântico de pessoas negras, realizadas nos chamados tumbeiros. Segundo Cida Bento, essa ação buscava assemelhar a quantidade de pessoas negras africanas sequestradas, para escravização e tortura de seres humanos no Brasil, sendo o quantitativo equivalente a cerca de 4 milhões de pessoas sequestradas do continente africano (BENTO, 2002).

No entanto se perpetua a falácia da democracia racial, contribuindo para continuidade do racismo, tentativa de invisibilizar e deslegitimar o debate do racismo, e, por conseguinte do colorismo no Brasil. Esse processo visa promover uma assimilação planejada, elaborada pela elite branca do século XIX, residente no Brasil.

A matéria “O Negro Brasileiro”, publicada no jornal O Cruzeiro, em 22 de maio de 1954, traz elementos históricos que evidenciam a continuidade desse sistema de branqueamento

instaurado no Brasil. Essa reportagem sinaliza uma preocupação com o elevado número de pessoas negras no Brasil. A referida matéria inicia apontando que:

> um mergulho nas estatísticas (1940 – 50) mostram o domínio do grupo 'colored' nas atividades agropecuárias e na massa do operariado nacional – Diminuem os pretos e aumentam os pardos, do Oiapoque ao Chuí – Cota ínfima de negros que venceram na vida – Intelectuais de côr discutem se é culpa do branco ou do próprio negro – Dados sôbre o negro no Distrito Federal e no Brasil (LEMOS, 1954, p. 58).

Essa reportagem realiza a conhecida estratégia da mídia de desresponsabilizar a branquitude, ao insinuar a possibilidade da culpa pela "cota ínfima de negros que venceram na vida", levantando a questão se "é culpa do branco ou do próprio negro" (IDEM).

A matéria aponta, também no título superior, a falácia da liberdade de pessoas negras a partir de 1888, baseada em uma suposta abolição da escravatura. O responsável pela reportagem destaca no rodapé da imagem principal, a fala do romancista Romeu Crusoé, afirmando que a "*miscegenação* (casamento inter-racial) é a solução para a nossa Pátria" (CROSUÉ, 1954), apresentando a miscigenação como estratégia de embranquecimento do Brasil. Por conseguinte, essa ação seria responsável pela diminuição da quantidade de pessoas negras no país.

Figura 11: Fotografia da Exposição: Walter Firmo – No verbo do silêncio a síntese do grito CCBB. "Páginas da matéria "O negro brasileiro", com fotografias de José Medeiros na Revista O Cruzeiro, 22 de maio de 1954. Acervo Instituto Moreira Sales. (O Cruzeiro, 1954, p. 58)


TEM 66 ANOS DE LIBERDADE (1888-1954)

O NEGRO BRASILEIRO

Um mergulho nas estatísticas (1940-50) mostra o domínio do grupo "colored" nas atividades agropecuárias e na massa do operariado nacional — Diminuem os pretos e aumentam os pardos, do Oiapoque ao Chuí — Cota ínfima de negros que venceram na vida — Intelectuais de côr discutem se a culpa é do branco ou do próprio negro — Dados sôbre o negro no Distrito Federal e no Brasil.

Texto de UBIRATAN DE LEMOS

Fotos de JOSÉ MEDEIROS

"MISCIGENAÇÃO (casamento inter-racial) é a solução para a nossa Pátria" — afirma o romancista Romeu Crusoé. E aqui vemos um português de cara de pirata, que não desmente as suas intenções.

O CRUZEIRO, 22 de maio de 1954

Fonte: Fotografia elaborada pela autora (2023)[9]

[9] Registro fotográfico realizado por Lusa Fontoura Portuguez, na exposição realizada no CCBB de Brasília, referente à exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito".

As desigualdades raciais são produzidas e legitimadas à medida que se projeta um medo da população negra, para estigmatizar essa população enquanto perigosa, transformando o apagamento e o genocídio institucionalizado contra a população negra, em um processo forjado de legítima defesa. A mídia e o Estado aparecem como agentes fundamentais na distribuição diferencial de reconhecimento dessa humanidade, fazendo com que o outro não seja reconhecido como humano.

O Estado apresenta um papel relevante na proteção social. No entanto, essa relevância também está presente na reprodução de opressões, trazendo aspectos associados à cidadania, políticas institucionais de exclusão, da ausência, da localização à margem, entre outras ações pautadas pelas presenças ou ausências do Estado, lacunas estas arquitetadas intencionalmente, tais como a ausência do Estado em regiões de pessoas majoritariamente negras, com a presença quase que exclusiva, somente dos aparelhos repressivos do Estado, representados pela força policial.

Dialogando com a teoria do necropoder, de Achille Mbembe, é preciso desvelar as relações de opressões e hierarquias na seleção de pessoas, ditando quais vidas são valorizadas, se balizando no fazer viver, deixar morrer (MBEMBE, 2011).

Os Movimentos Negros analisando os dados sobre violência, denunciam o genocídio da juventude negra, por meio da força ou da negligência das políticas de Estado. Exigindo a prestação de contas sobre o uso continuado da força policial, para encarceramento em massa e extermínio de jovens negros, causando morte e/ou anulamento da vida.

Em contraponto, surgem então outras possibilidades de cuidado e autocuidado, não institucionalizados, também para construção de justiça de reparação e construção de sistemas de proteção e força de vida. Na relação entre o que é colocado à margem e o que é colocado no ‘centro’, Bell Hooks reflete em seu livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, sobre a margem como um espaço de abertura, marcado pela criatividade e pelas possibilidades (HOOKS, 2009).

A margem, portanto, é um espaço que desconstrói fronteiras impostas pela raça, colonialismo, gênero, classe e sexualidade, e que nos permite emergir como sujeitos.

Figura 12: Fotografia de Pixinguinha realizada por Walter Firmo. (1967)



Fonte: FIRMO (1962/1967)[10]

A exposição de Walter Firmo é um exemplo prático de metodologia *Amefricana*, ao denunciar as reflexões realizadas em determinado momento histórico com o apagamento das identidades raciais. E, ainda, potencializar positivamente os registros fotográficos de pessoas negras, trazendo afeto e amor à negritude.

Na obra de Firmo vemos a expressão desse amor pela negritude. Expressar o amor e alegria é um ato necessário para encontrarmos a cura para enfrentamento desses processos tão violentos. Walter mostra em seu trabalho, que o que vamos produzindo através do afeto, importa no cotidiano de pessoas negras.

Ao realizar um diálogo entre a reflexão de Bell Hooks sobre as frestas encontradas nas margens para transgredir como uma prática de liberdade e as estratégias produzidas pelas *amefricanidades*, a prática de Walter Firmo nos registros fotográficos afrocentrados históricos, se torna uma inspiração sobre estratégia de enfrentamento ao racismo com o que está ao nosso alcance, realizando ações de auto-reparação.

Walter Firmo realizou o registro histórico de Pixinguinha com uma poética delicada, que traz uma sensação de felicidade tão serena. Bonito de ver esse registro em um momento de trocas entre pessoas negras. Segundo relato de Walter, o mesmo rememora o encontro, descrevendo o diálogo ao construir essa atmosfera, colocando a cadeira de balanço na sombra de uma mangueira, ao lado de uma roseira, entregando o Saxofone para Pixinguinha e constrói

[10] Fotografia realizada em 1962, colorizada em 1967.

esse momento dizendo: “Agora o sr. olha para a linha do horizonte, (considerando) a hipótese de ter uma linha entre o céu e o mar!’. E ele olhou. Eu sabia que essa foto ia fazer História. Porque ele era, né? O significado dele para a música brasileira é História” (FIRMO, 2022, p. 01).

Trago esses registros fotográficos realizados por Walter Firmo, uma vez que ele propõe em seus registros transpor as fronteiras impostas pelo racismo, trazendo um olhar poético, cuidadoso e respeitoso das pessoas negra, reparando as ausências, silêncios e apagamentos. Propondo, assim, a produção de sistemas de justiças de transição a partir da auto-reparação, cobrando a prestação de contas sobre a baixa representatividade negra nas mídias e contribuindo para o aumento da representatividade negra, que inevitavelmente dialoga com as perspectivas *amefricanas*.

A branquitude coloca a responsabilidade da reparação das ausências, silêncios e apagamentos vivenciados pelas pessoas negras há várias gerações às próprias pessoas negras, com frases como “se você se esforçar é possível, não vê fulano” ou “os negros são os maiores racistas”, visando fragmentar a luta contra o racismo e o fortalecimento das negritudes. Nesse contexto, se evidencia a importância de trazer a responsabilidade da branquitude sobre a criação do racismo e desse tribunal do colorismo. Exigindo para além da responsabilização, ações destinadas a reparar distorções e desigualdades raciais estruturadas pela branquitude desde a formação do país.

2.2. Tribunal do colorismo: Branquitude no banco dos réus, responsabilidades e medidas reparadoras

O conceito de branquitude como dispositivo analítico, se faz necessário para compreender as relações étnico-raciais no Brasil. Os estudos críticos sobre a branquitude se deram a partir da percepção da necessidade em analisar também o papel desempenhado pela identidade racial branca. Reconhecendo essa identidade racial enquanto um elemento envolvido nas relações de opressão racial, marcadas também pelo colonialismo.

Algumas conceituações em relação a essa categoria foram realizadas e analisadas por diversas/es/os autoras/es. Priscila Elisabete da Silva apresenta uma análise acerca dessa construção ideológica:

> A branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir do seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como uma norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência do seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios. Embora sejam esses os traços gerais desse conceito, adverte-se que ele não é homogêneo, podendo receber novas conformações (SILVA, 2016, p. 27-28).

As bases do racismo e estruturas das relações étnico-raciais instituídas no Brasil se configuram a partir dos interesses da branquitude, interseccionados a diversos aspectos políticos-econômicos-históricos-sociais-culturais envolvidos na construção desse território. Priscila Elisabete da Silva, reflete sobre os "efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco" (SILVA, 2017, p. 21), trazendo aspectos importantes durante a análise do papel da identidade racial branca nas relações étnico-raciais em sociedades que vivenciaram o colonialismo europeu, gerando legados para as subjetividades de cada indivíduo, situando lugares sociais para pessoas brancas e não brancas.

Priscila aponta que "o estudo sobre a branquitude não deve ser pensado apenas na dualidade branco/negro; ao contrário, deve apreender os efeitos produzidos pelo processo de miscigenação e pela ideologia do branqueamento (SILVA, 2017, p. 28).

Cida Bento no texto *Branqueamento e Branquitude no Brasil*, aponta a branquitude como "traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento" (BENTO, 2002, p. 1), abordando que o processo de branqueamento foi criado e sustentado pela elite branca brasileira. A autora pondera que frequentemente o branqueamento é posto como um processo pautado no desconforto de pessoas negras com sua condição, em busca de diluir as características raciais, entretanto Bento denuncia a branquitude enquanto criadora e beneficiária desse sistema racista de branqueamento.

Lourenço Cardoso e Tânia Mülller, no livro *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*, debatem acerca da imagem distorcida que pessoas brancas possuem de si mesmas e do Outro, ao atribuir humanidade somente a si, não enxergando intencionalmente humanidade nas outras identidades. Nesse sentido, é necessário refletirmos honestamente o lugar da branquitude nas relações étnico-raciais:

> A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entende-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais (MÜLLER E CARDOSO, 2017, p. 13).

Ser branco não é algo dado, ou uma identidade neutra, mas sim uma construção da branquitude. Arquiteta-se, então, nesse contexto uma identidade para manutenção da propriedade de privilégios fundamentada em bases racistas. Essas estruturas se consolidam nos processos coloniais, visando manutenção e concentração de poder "a branquitude é assim entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos" (SILVA, 2017, p. 23).

Dialogando com as reflexões de Neusa Santos Souza sobre *Tornar-se negro*, convido para refletirmos acerca dos processos de tornar-se branca/e/o, analisando esse lugar social, as heranças materiais objetivas e as dimensões relacionadas às subjetividades da branquitude. Evidencia-se que essa localização da branquitude nos dias de hoje também foi algo construído, ainda que pessoas brancas tenham dificuldade para reconhecer essa geopolítica dos corpos, o lugar de opressão e os processos envolvidos na construção de suas branquitudes.

Também não é fácil reconhecer estar no lugar de vítima constante do racismo – sendo repetitivas as denúncias, uma vez que as violências racistas também seguem se repetindo diversas vezes –, no lugar de opressão e subalternidade. É bastante desafiador compreender as subjetividades das negritudes construídas nesse sistema racista, denunciar as tentativas de assimilações, enfrentar as violências e fortalecer as vivências negras.

Kabengele Munanga aponta algumas especificidades do racismo no Brasil, associadas ao apagamento e silenciamento, trazendo que "é como se a consciência de ser branco não existisse no Brasil por causa da mestiçagem (sorriso!). Um silêncio sobre a Branquitude e as suas vantagens foi mantido por muito tempo diante do discurso sobre a Negritude e a identidade Negra" (MUNANGA, 2017, p. 10). As discussões sobre a branquitude chamam cada vez mais atenção de pesquisadores, trazendo perspectivas que debatem a construção do lugar social da branquitude e as implicações da identidade branca nas relações étnico-raciais.

Há um silenciamento da branquitude, como uma tentativa de fechar algumas cortinas no que tange à responsabilização, privilégios concretos, simbólicos, acúmulo de bens materiais e vantagens meritocráticas herdadas, entre outros questionamentos pertinentes. Se faz necessário identificar as vítimas e autores, no que se refere à localização de pessoas negras e brancas nas estruturas de desigualdades raciais, tocando na historicidade das violências racistas realizadas sistematicamente, para que então possam ser implementadas cada vez mais políticas de reparação histórica.

Trago a reflexão sobre a diferença entre a culpa e responsabilidade da branquitude, para dialogarmos acerca das políticas de reparação histórica. Segundo Hanna Arendt a culpa é pessoal e intransferível, podendo ser vista também a partir da participação no ato por omissão. Contudo, algumas condições para a responsabilização são: a de não ter culpa e ter um vínculo coletivo. Uma forma de assumir a responsabilidade é negar os privilégios que são adquiridos por situações que tiveram outras pessoas culpadas. Manter esses privilégios torna as pessoas culpadas pelo que vivem (ARENDT, 2008).

Ainda que traga no título da dissertação o deslocamento ao colocar a branquitude no banco dos réus, se faz necessário deixar nítido que eu tenho uma postura anti-cárcere. Então eu não busco nenhuma noção de culpabilização e/ou responsabilização a partir do encarceramento.

Pondero ser uma expressão utilizada com o intuito de deixar explícito quem é responsável por criar o colorismo, haja vista que esse subproduto é tão sofisticado que consegue construir um imaginário social de que as pessoas pardas, que são alvo desse racismo específico, seriam supostamente responsáveis por produzir essa diferenciação de tratamento. Eximindo a branquitude de qualquer responsabilidade.

Entretanto, é indispensável refletirmos sobre as tentativas da branquitude oferecer vantagens para as pessoas que apresentarem traços fenotípicos mais próximo de pessoas brancas. Devemos compreender essas táticas da branquitude, para que as pessoas negras não caiam nessas armadilhas de fragmentação das negritudes.

Para exemplificar, vou apresentar uma estratégia de enfrentamento: em uma situação em que uma instituição realizar um convite para uma pessoa parda fazer uma fala em uma mesa/palestra, tendo em vista que compreendemos que essa estrutura racista considera pessoas pardas mais palatáveis para determinados espaços, tais como essa esfera do espaço público, nós podemos sugerir o nome de outra pessoa negra de pele escura. Consequentemente, nós vamos realizando fissuras nessa estrutura e unindo forças entre as negritudes, reconhecendo as divergências e convergências.

Ao se denunciar a presença hegemônica de pessoas brancas na universidade, frente a reivindicação de reserva de vagas para pessoas negras e indígenas, se instaurou um questionamento à negritude e ascendência de milhões de brasileiros:

> A negritude de milhões de brasileiros e brasileiras de ascendência africana foi posta em questão, mas a branquitude não foi questionada porque os indivíduos brancos perderiam as vantagens meritocraticamente adquiridas ao dividir o acesso à universidade pública com seus compatriotas negros (MUNANGA, 2017, p. 09).

A mobilização histórica dos Movimentos Negros por políticas de reparação histórica, encontra resistência por parte da sociedade. Esta resistência se instala, tendo em vista que escancara a escravização de pessoas negras e indígenas no passado e traz à tona a necessidade de rever as vantagens geradas para a branquitude do presente.

Ao se refletir sobre as relações étnico-raciais, são questionadas as identidades negras, construindo "um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente" (BENTO, 2002, p. 5). Evitar falar sobre o lugar social ocupado pela branquitude, é uma tentativa de apagar o legado da escravização para pessoas brancas, sem que tenham que reconhecer a herança simbólica e concreta, desenvolvida na apropriação de trabalho e desumanização.

Hernani Francisco da Silva no texto *Definições sobre a branquitude*, pondera que "vale lembrar que a teoria anti-racista, de maneira geral, tem se restringido em pesquisar o oprimido, deixando de lado o opressor. Desta forma, é sugerido que a opressão é somente um 'problema do oprimido' em que o opressor não se encontra relacionado" (SILVA, 2011, p.01).

Pouca vivência afetiva com pessoas negras, contribui para a ausência de percepção dos próprios privilégios da branquitude. Não necessariamente a ausência de percepção enquanto um ser racializado, mas após essa constatação, se instaura a dificuldade em assumir que usufrui os privilégios herdados.

Destaco a afetividade, uma vez que as pessoas vão conviver constantemente com pessoas negras, no entanto a convivência nas relações de prestação de serviços, tais como trabalhos na área da limpeza, construção civil e vigilância, por exemplo, não são relações valorizadas na sociedade capitalista fundamentada no racismo, a ponto de não saberem sequer o nome dessas pessoas que prestam serviços nessas áreas subalternizadas, trabalhos estes relegados, majoritariamente, às pessoas negras.

Esses contatos podem se dar desde o nascimento até a morte, seja no hospital, na comunidade, na escola, trabalhos, parques, mercados, cemitérios, entre outros locais de relações interpessoais. Entretanto a vivência afetiva se constrói em outras dimensões, que podem ou não se estabelecer nesses contatos marcados por esses locais e relações de trabalho. Devemos questionar essas dimensões da branquitude que autorizam ou desautorizam a humanização e construção de relações de afeto.

Tenta-se introjetar um complexo de inferioridade nas pessoas negras, por conseguinte se forja um complexo de superioridade nas pessoas brancas. No entanto, por mais que essas relações sejam construídas, há uma tentativa de apagar as origens dessas estruturas, para diminuir as responsabilidades das ações perpetradas.

Importante refletir o passo de esquecimento, seguido pela invisibilização da/e/o branca/e/o escravizador/a/e, realizando o "esquecimento do colonizador, do escravizador, ou mais concretamente, do branco" (CARDOSO, 2017, p. 186), visando desidentificar o autor das violências, para deixar nebuloso o direcionamento de para quem deve ser direcionada a cobrança da reparação em relação às desigualdades raciais:

> Esse silêncio permite não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. (...) Então, é importante, tanto simbólica como concretamente, para os brancos, silenciar em torno do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Esse silêncio protege os interesses que estão em jogo (BENTO, 2002, p. 03).

Esse processo de silenciamento é uma tentativa de apagamento do papel desempenhado pelas pessoas brancas no passado, estratégia para perpetuar os privilégios usufruídos atualmente e manutenção destes no futuro. Paralelamente a esse projeto de silenciamento da branquitude, segue em curso o processo de diluir a negritude, sendo preciso denunciar e desarticular esse projeto, construindo caminhos e estratégias de fortalecimento da negritude.

2.3. Apagamento das identidades raciais: quem é negra(o) no Brasil?

Figura 13: Colagem do projeto fotográfico Humanae da Artista Angélica Dass: diversidade étnica



Fonte: DASS (2012)

O projeto de apagamento das identidades raciais, criado e estimulado pela branquitude, visa apagar a negritude no país, produzindo um sistema de branqueamento da sociedade brasileira. Importante compreender como se estabelecem as relações raciais, ou seja, refletirmos que o racismo é também algo relacional, que envolve a localização de diversos grupos raciais.

Portanto, é preciso mostrar as bases do colorismo no Brasil. Importante evidenciar que o colorismo existe no nosso país, compreendendo as especificidades, que são distintas das bases

do colorismo em outras partes do mundo. É de extrema urgência denunciar essa estratégia de apagamento e a metodologia de “dividir para conquistar”, conforme a conhecida frase utilizada por diversos invasores que compõe esses fundamentos da branquitude.

O legado da escravização para as pessoas brancas é uma herança concreta e simbólica extremamente positiva, fruto do poder de subjugar e da apropriação de trabalho de outro grupo, durante quatro séculos. Esse é um assunto que a branquitude do país não tem interesse em debater, sendo construída uma narrativa histórica de que a branquitude foi responsável pela libertação das pessoas escravizadas, através da “abolição da escravatura”, após a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Silenciando, assim, os quatro séculos de escravização de pessoas negras por parte das pessoas brancas, forjando uma abolição, libertação e igualdade de direitos, apenas com o suposto poder da caneta.

Por essa razão muitas vezes as políticas compensatórias e ações afirmativas, são alvo de críticas por parte de pessoas brancas, sendo taxadas como protecionistas. Em contraponto a essa narrativa sobre o imaginário positivado do branco, há também o investimento na construção do imaginário negativo sobre o negro.

Na miríade dessas narrativas construídas no imaginário brasileiro, se instala a ideia da possibilidade de diluir a negritude. Nessa trama também encontramos contradições nas narrativas, uma vez que o branqueamento é frequentemente identificado como um problema da/e/o negra/e/o, que descontente com suas características e condição na sociedade alimentaria o sonho de diluir suas características raciais. Entretanto os estudos constatam que o branqueamento foi uma produção inventada e mantida pela elite branca brasileira (BENTO, 2002).

> É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa "mancha negra da história", como fez Rui Barbosa, que queimou importante documentação sobre esse período. Essa herança silenciada grita na subjetividade contemporânea dos brasileiros, em particular dos brancos, beneficiários simbólicos ou concretos dessa realidade. No entanto, o silêncio não pode apagar o passado: esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera (BENTO, 2002, p. 19).

Nesse contexto, se complexifica a constituição da identidade racial de pessoa negras não retintas na sociedade brasileira. Estimulando-se o afastamento ao máximo dessa identidade racial a que são associadas coisas ruins, e sendo induzida uma aproximação das referências

brancas, seja religiosamente, esteticamente, linguisticamente, culturalmente, entre outras dimensões da vida.

Cida Bento (2002) reflete sobre a importância da construção da representatividade positivada, ponderando que todos os grupos raciais apresentam a necessidade de referenciais positivos sobre si próprio para manutenção da autoestima, autoconceito e valorização de suas características, visando promover o fortalecimento do grupo e das suas narrativas.

Necessário que a agenda de debate sobre o racismo contemple as questões do colorismo, compreendendo as especificidades estruturais, geográficas, culturais, sociais, históricas e demais fundamentações presentes neste território.

A escritora estadunidense Alice Walker define o colorismo enquanto um "tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça com base apenas em sua cor" (WALKER, 2021, p. 259). Constrói-se, assim, uma armadilha nesse sofisticado subproduto do racismo, intitulado colorismo.

Destaco que alguns aspectos do racismo na realidade brasileira, constituem diferenças significativas das especificidades estadunidenses. O colorismo no Brasil também está associado ao fenótipo, ou seja, às características físicas das pessoas negras, e não exclusivamente à ascendência ou à cor da pele. Assim, o colorismo no Brasil poderia ser descrito como: tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça com base em sua cor e características físicas associadas à negritude.

O genótipo ou ascendência, são elementos que estão associados às gerações anteriores de cada indivíduo. No Brasil os aspectos genotípicos, não fazem parte da constituição da identidade negra brasileira. Ou seja, pessoas que tenham mãe, pai, avós, bisavós negros/as, mas apresentem características físicas individualmente preponderantemente brancas, não serão consideradas negras, apenas pela descendência de pessoas negras. Uma vez que no Brasil o principal marcador da identidade racial negra está associado às características físicas de cada indivíduo.

A escritora mato-grossense Alessandra Devulsky define o colorismo, em seu livro também intitulado "Colorismo", enquanto:

> Um sistema sofisticado de hierarquização racial e de atribuição de qualidades e fragilidades que, no Brasil, é oriundo da implantação de um projeto colonial português quando da invasão do território. Um sistema de valoração que avalia atributos subjetivos e objetivos, materiais e imateriais, segundo um critério fundamentalmente eurocêntrico. (...) O colorismo é uma ideologia, assim como o racismo. Enquanto processo social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca (DEVULSKY, 2021).

Frente às desigualdades raciais, as pessoas negras se organizaram para reivindicar políticas reparatórias, ações afirmativas, medidas compensatórias, enfrentamento às políticas de genocídio da juventude negra, confinamentos psiquiátricos e carcerários de pessoas negras, entre outras denúncias e reivindicações. Entretanto, no contexto do Brasil, que apresenta extensões continentais, é preciso dialogar sobre as diferenças construídas a partir das lutas e especificidades constituídas nas diversidades entre pessoas negras em cada território geográfico.

Diversas ações seguem tentando realizar esse apagamento, é importante denunciar essas diversas tentativas de apagamento das identidades negras. Quando tratamos de genocídio da juventude negra, encarceramento ou confinamento psiquiátrico, por exemplo, a principal tonalidade de pele e fenótipo presente é das pessoas ditas "pardas" nessas condições.

Os Movimentos Negros seguem emergindo como sujeitos de transformações da realidade, colaborando para historicização de como se construiu a categoria negra, abrangendo as categorias preta/e/o e parda/e/o, da maneira que é compreendida atualmente. Necessário reiterar a construção dessa categoria "pardo", com o objetivo de diluir a negritude, assim como "mestiços" ou "crioulos":

> [...] o "pardo" surge como uma construção do Estado brasileiro, no uso de seus dispositivos racistas, e no incentivo da miscigenação, como uma ode à branquitude e não como um resgate histórico do povo e da Maafa[11], que seguem tendo sua dívida aumentada, sem vislumbres de quando poderá ser reparada (NETO e FRANÇA, 2019, p. 175).

Importante ponderar que em contraposição a essa tentativa de diluição e apagamento por parte do Estado Brasileiro, ainda que essa construção tenha questões problemáticas, parte dos Movimentos Negros defende a utilização do termo "pardo" como ampliação da acepção da negritude no Brasil e como estratégia de fortalecimento da autodeclaração negra. Assim, pessoas pardas são incluídas na categoria negra/e/o na perspectiva do IBGE, mas também com reconhecimento por parte de diversos Movimentos Negros, ressignificando a tentativa inicial de apagamento, para uma localização na perspectiva das diversidades da negritude. Ainda que se tenham questionamentos a essa categoria "parda", não se equiparam às críticas aos termos "mulato", "mestiço" e "criolo".

[11] Maafa é um termo suaíli para "Grande Desastre", "desgraça", utilizado por Marimba Ani para referir-se à era do comércio de negros escravizados e o seu efeito sobre os povos africanos, que marcam continuamente seus descendentes de forma estrutural e sistemática por meio do antiAfricanismo institucionalizado (ANI, 1988).

Dito isto, algumas expressões utilizadas no senso comum, são amplamente criticadas pelos Movimentos Negros tais como “mestiça/e/o”, “mulata/e/o”, “morena/e/o”, “crioula/e/o”, uma vez que essas expressões são pejorativas e estão associadas às tentativas de distanciamentos e apagamento da identidade negra.

O termo “mulata/o”, por exemplo, associa as pessoas que seriam enquadradas nessa categoria, como uma pessoa fruto de uma relação inter-racial, portanto híbrida, fazendo uma referência à mula, gerada pelo cruzamento entre cavalo e jumenta ou entre um jumento e uma égua. A expressão “mulata tipo exportação” ainda tem o agravante de reforçar a visão da objetificação do corpo das mulheres negras, sendo vista como mercadoria e um objeto a ser exportado.

Esse questionamento à vinculação das pessoas negras não-retintas às mulas, não tem o intuito de produzir um questionamento especista, ou seja, que constitui sistemas de hierarquias entre espécies. Para mim, particularmente, é uma honra ser comparada às mais diversas espécies de animais, plantas, solos, águas, constelações e demais elementos presentes no universo. Entretanto, para nós pessoas negras a sistemática associação às mulas e especificamente às macacas e aos macacos, constitui outras dimensões da desumanização, estruturantes do sistema racista. Então necessário diluir qualquer possibilidade de confusão entre os debates acerca dos diálogos entre racismo e especismo.

Eu busco mais do que humanização para transformação da realidade, trazendo aspectos, inclusive, da importância de refletirmos acerca do especismo, que busca questionar a hierarquia entre as espécies, para proporcionar direitos e vivências livres de exploração.

Alice Walker reflete que os animais no mundo existem para os seus próprios propósitos, questionando essa suposta hierarquia, ao trazer a conhecida frase: “os animais não foram feitos para os seres humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens”, e acrescento que as pessoas indígenas não foram feitas para as/os/brancas/os, tampouco os corpos/sexualidades dissidentes foram feitos para serem controlados pela heterocisnormatividade.

Acredito que o resgate da memória pode ser um caminho, em busca de informações sobre a nossa historicidade e dos nossos ancestrais, para assim compreendermos as nossas narrativas e trilhar caminhos, criando outras possibilidades de resistência e de existência.

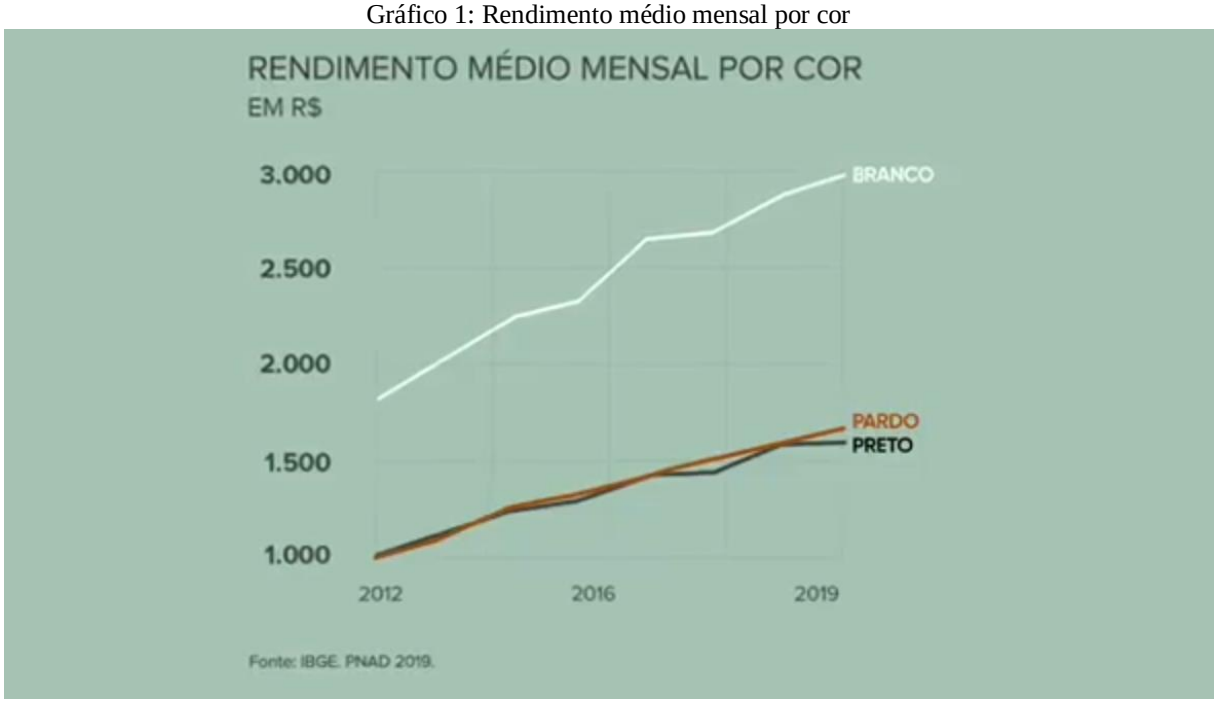
Os Movimentos Negros, a partir da luta dos nossos mais velhos, identifica que ser negro é um lugar de opressão, apresentando dados sobre similitude de condições socioeconômicas entre pretos e pardos.

Essa similitude evidencia a hegemonia branca, inicialmente responsável pela elaboração da categoria “negro”. Uma vez que colonizadores europeus decidiram racializar outros povos, agrupando arbitrariamente povos diversos, somente a partir de elementos associados ao tom de pele e demais traços, apoiados pela ciência, com o objetivo de oprimir, subjugar, e produzir dominação.

Existem diferenças significativas entre o tratamento oferecido às pessoas ditas pretas e pardas, no que tange o racismo. Entretanto, ambas ocupam um lugar social semelhante, de exploração e exclusão nas relações de poder, tendo em vista o abismo existente entre os locais ocupados pela branquitude.

Nesse sentido, a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD em 2019, evidencia a disparidade entre as pessoas brancas e pessoas negras (pretas e pardas), na dimensão de rendimento médio mensal por cor. Esse dado identifica um distanciamento abissal entre negros e brancos; e uma proximidade estreita entre pretos e pardos, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Rendimento médio mensal por cor



Fonte: IBGE PNAD 2019

Conforme reflete Sueli Carneiro, a fragmentação da nossa gente produziu contra nós, o que pode levar a efeitos devastadores, se seguirmos com a ideia de que pretos e pardos se opõem, quando não se é uma realidade. Uma vez que as pessoas pretas e pardas apresentam

compartilhamento dos piores indicadores sociais relacionados à saúde, moradia, encarceramento, educação, trabalho, mortalidade, entre outros.

É muito importante a união das diversas populações na luta contra o racismo. Assim, a escolha de união entre o que seriam as pessoas pretas e pardas, se deu tendo em vista que ambas são vítimas desse processo de opressão racial.

Precisamos dar espaço às nossas referências de negritude, rompendo com as referências exclusivamente brancas, resgatando nossas histórias e recriando nossas potências. Ao traçar o caminho do reencontro, reconhecemos as nossas diversidades e pluralidades, assegurando o direito às individualidades e fortalecimento das identidades negras.

Levando em conta os processos diaspóricos, diversos elementos são constitutivos para a construção da identidade negra, sendo necessário evidenciar as diversidades dentro das identidades negras. Nessa lógica, as pluralidades fenotípicas estão intrínsecas, somadas aos aspectos territoriais e aos processos sociais, contribuindo para construção de marcadores da negritude, conforme reflete Alessandra Devulsky:

> você não olha para o espelho e diz: "Hoje eu sou negra". O sujeito não tem escolha sobre o pertencimento racial, a sociedade grita para ele e coloca uma etiqueta. Até acredito que uma pessoa possa se descobrir negra mais tarde. Mas não é bem uma descoberta. A gente recalca as identidades, porque é dolorido, e tentamos passar por outras que não nos façam sofrer. E isso é absolutamente humano. Quem tem algum tipo de miscigenação às vezes vai evitar essa identificação pela carga negativa e os estereótipos que são colocados aos negros (DEVULSKY, 2021, p. 01).

Com o objetivo de denunciar as estratégias do racismo de produzir essa desidentificação, compreendendo que a raça continua organizando a nossa realidade contemporânea, e buscando promover a identidade racial negra positivada, os Movimentos Negros disputam a categoria negro. A necessidade dessa organização para reivindicação de direitos da população negra, desdobra nos Movimentos Negros, conforme reflete Petrônio Domingues, se fundamentado nas ideias de Ilse Scherer-Warren:

> (…) Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a questão racial, é por conseguinte uma questão de identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (WARREN apud Petrônio Domingues; 2007, p.101).

A disputa da categoria “raça” e da nomenclatura “negro” surge como estratégia de enfretamento ao racismo, conforme debatido anteriormente no referido trabalho, realizando a ressignificação dessas categorias, enquanto redução de danos, em busca de fortalecimento das pessoas que são alvo do racismo.

Resistir ao apagamento das identidades raciais é uma forma de enfrentamento ao racismo, para seguirmos construindo as escrevivência dos nossos caminhos de insurgências, fundamentados nas perspectivas *amefricanas*, em busca da transformação da realidade.

2.4. Enfrentando o racismo: Resistências e Insurgências *amefricanas* nos caminhos das escrevivências

Figura 14: Pintura representando jogo de capoeira.



Fonte: [s.d.]

Quereis que eu cante na lira
Os meus amores? Pois bem;
Os meus amores são sonhos,
Eu nunca amei a ninguém.

Temi que, amando na terra,
De amor me viesse algum mal.
Criei no céu meus amores,
Amei ao meu ideal(...)

Não quero amar mais ninguém, Maria Firmina Reis.
(Poema “Não quero amar mais ninguém” do livro de Poesias “Cantos à beira-mar”, publicado em 1871, da 1ª romancista negra do Brasil, Maranhão – Brasil)

As resistências debatidas neste trabalho, são ações de enfrentamento ao racismo. Resistência às constantes tentativas de apagamento, assimilação, cooptação e/ou apropriação, por parte da branquitude, a partir do branqueamento, mito da democracia racial e escalas de vantagens constituídas no engendramento do colorismo. Portanto, as pessoas negras seguem resistindo a essas violências, e construindo caminhos para fortalecimento da identidade negra.

As insurgências estão associadas à crítica aos processos de dominação-exploração. Conforme debatem os autores Alessandro Soares Silva e Antônio Euzébio Filho (2023), no texto "Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos", a insurgência "é um ato de ruptura com processos de dominação-exploração que geram subalternidade." (SILVA e FILHO, 2023, p. 01).

Trago, ainda, as resistências e insurgências conforme mencionado, enquanto um projeto, haja vista a importância de um esforço construído na unidade, tendo um caráter de temporalidade, com início meio e fim, sendo algo progressivo, em busca de um resultado específico (ESPINHA, 2022).

Esse compromisso com um projeto, está intimamente associado à minha formação e trajetória profissional, enquanto assistente social. O projeto ético-político do Serviço Social, tem o compromisso com a emancipação, autonomia, defesa intransigente dos Direitos Humanos – ainda que tenhamos que questionar qual Direitos Humanos estamos defendendo e reivindicando[12] –, entre outros princípios associados ao direito à liberdade, cidadania e demais dimensões relacionadas às garantias de direitos.

Portanto, os projetos de resistências e insurgências, têm o intuito de traçar um caminho em busca de transformação da realidade posta, nas estruturas de opressão.

A categoria *amefricanidade* tem um caráter metodológico, uma vez que a categoria por si só constrói um caminho para o resgate de uma unidade específica. Esse conceito questiona os limites das fronteiras geográficas, trazendo aspectos etnogeográfico de referência, para a elaboração dessa formação identitária, elaborada por nossas e nossos ancestrais, inspirados em modelos africanos, caminhos e nas novas vivências nesse território intitulado Américas.

A *amefricanidade* está associada ao caminho para transformação da realidade, a partir do seu caráter metodológico, conforme reflete Lélia Gonzalez no texto publicado em 1988, intitulado "A categoria político-cultural de *amefricanidade"*:

[12] Thula Pires reflete no texto "Direitos Humanos Traduzidos em pretuguês", que devemos questionar os aspectos estabelecidos acerca da dignidade que orienta a construção hegemônica presente nos debates atuais sobre Direitos Humanos. A intelectual contemporânea traz a categoria "pretuguês" de Lélia Gonzalez, evidenciando a importância de "carregar na tinta", visibilizando aspectos das vivências negras para definição de elementos que constituem o significado da dignidade (PIRES, 2017).

> Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos (GONZALEZ, 1988, p. 69-82).

Importante destacar alguns projetos de resistência e insurgências, para apontar caminhos para o fortalecimento racial negro. Esses projetos de resistências e insurgências são metodologias de transformação da realidade. Abdias Nascimento reflete que a ancestralidade contribui para o fortalecimento racial, mantendo viva a consciência coletiva, a partir da oralidade, tradições, espiritualidades, irmandades, afoxés, escolas de samba, capoeira, quilombos, culinária, entre outros (NASCIMENTO, 2020).

Além das contribuições para o fortalecimento racial, citadas por Abdias Nascimento, destaco as iniciativas fundamentadas nos carimbós, bumba meu boi, sambas de roda, nas filosofias de vida vivenciadas nos terreiros, reggae, blues, movimento hip-hop, funk, forró, bailes charmes, rock, práticas realizadas pelo Teatro Experimental do Negro, Bando de Teatro Olodum, Timbalada, Olodum, Bloco Ilê Aiyê, produções audiovisuais, poesias, romances, entre outros.

Compreendendo que a metodologia é o estudo dos métodos utilizados para a condução da pesquisa, se faz necessário analisar a identidade produzida, na unicidade constituída na categoria *amefricanidade*, que permite propor uma quebra de paradigma, enfrentando o apagamento racial e promovendo a visibilidade da identidade negra.

O Brasil é um país que apaga as suas origens negras e indígenas, nos registros históricos, culturais, políticos e econômicos. No entanto existem diversas iniciativas semeadas para enegrecer e recontar as histórias, conforme reflete Morgani Guzzo, no site do Geledés - Instituto da Mulher Negra "Num país que renega, rejeita e apaga as suas origens, em uma sociedade que invisibiliza mentes e corpos que a construíram, cada vez mais desponta, entre frestas de uma história embranquecida na base da violência, palavras que são sementes. Conceição Evaristo é uma das responsáveis por essa semeadura" (GUZZO, 2021, p. 01).

Por conseguinte, vai se constituindo a destruição material e imaterial de negras/es/os e indígenas, a partir do controle dessas vidas em muitas dimensões. Essa destruição se estrutura através dos racismos institucionais, pelas presenças ou ausências de políticas públicas, genocídio material e simbólico, que contribuem para a produção e reprodução do apagamento dos povos negros, povos indígenas e das identidades raciais. As populações negras e indígenas

são alvo de políticas de Estado que não dialogam com as especificidades e o respeito às diversidades raciais, tampouco tem interesse em promover narrativas negras.

Na contramão dessas tentativas de apagamento, Conceição Evaristo (2016) propõe com a categoria "escrevivência", que sejam registradas as nossas vivências, trazendo nossos sentimentos, dores, olhares, alegrias, lembranças, inquietações e outros marcadores que perpassam por uma dimensão ética de localização na construção das narrativas.

A categoria analítico-metodológica "escrevivência", apresentada por Evaristo, reflete questões éticas, reconhecendo as subjetividades, valorizando a memória ancestral, a partir de histórias particulares que estão correlacionadas às experiências coletivizadas, desta forma "temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si" (EVARISTO, 2018, p. 01), permitindo, assim, que seja reescrita a nossa própria história. Ao longo dessa pesquisa as construções da escrita da dissertação, elaboração dos instrumentais, análise de dados e cuidados éticos foram fundamentadas nas escrevivência.

Conceição Evaristo também reflete que "a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos" (EVARISTO, 2020, p. 30), trazendo a importância de denunciarmos as injustiças.

Nesse sentido a professora do curso de dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Cíntia Guedes Braga reflete sobre a "indisciplina" e as "pedagogias do desconforto" durante diálogo oral realizado no evento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos-PPG-IELA da Universidade Federal de Integração Latino-Americana-UNILA[13].

Cíntia refletiu, nesta apresentação oral, acerca da importância do desconforto como um mecanismo de transformação da realidade. A referida professora relata estratégias em sala de aula para debater o ataque a nossa autoestima, enquanto pessoas negras e demais pessoas que vivenciam diversas opressões. Em contraponto, nota o superdimensionamento individualizado de pessoas que ocupam lugares de fala associados à branquitude e outras localizações de opressão.

Nessa metodologia, a referida pensadora contemporânea descreve que nas matérias ofertadas, a atividade de avaliação final é composta também pela autoavaliação. Nestes espaços

[13] Diálogos realizados no VII Encontro de Estudos Latino-Americanos, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, durante a Mesa da linha de pesquisa "Práticas e Saberes" intitulada "Práticas Pedagógicas Indisciplinadas: Entre o Desconforto e a Imaginação", (2023). Desta forma, esse debate não encontra-se grafado, mas segue nos diálogos que perpassam pela oralidade, podendo ser visualizado e/ou escutado no seguinte link do PPG-IELA: https://www.youtube.com/watch?v=cLjqcuqcTzM .

Cíntia menciona alguns achados em primeira análise, associados aos efeitos subjetivos da colonialidade.

A mesma pondera a importância de refazer a geopolítica dos corpos, ativando os espaços de escuta. Busca, assim, trabalhar com o conhecimento vivo, transformando os modos de encontros.

O desconforto é algo importante para questionar o que não deveria a priori estar ali, gerando processos de estranhamento ou constrangimento, e pode ser elaborado como início de uma fissura perceptiva. Não é um desconforto que se estende à vulnerabilidade, nem de modo generalizado. Desconforto como implicação e tentativa de recentramento da questão sobre a subjetividade dominante.

Debate as metodologias intuitivas de desaprendizagem na busca de modos outros de estar junto, realizando a desorganização das práticas educativas, promovendo a emancipação da imaginação. Reflete que a memória negra foi apagada, incinerada, soterrada, tendo em vista que muitas vezes os arquivos e histórias registradas são a do poder, referente às prisões, assassinatos, entre outras violências, entretanto nós temos vidas que extrapolam esses arquivos.

Destaca, ainda, a importância de apresentar o corpo, território, local de onde você anuncia, trazendo palavras situadas e contribuindo para elaborações também a partir das autorreferências.

Esse debate busca refletir sobre as metodologias possíveis, trazendo sugestões práticas, e exemplos para nos inspirarmos para a construção de projetos de resistências e insurgências. Essas práticas estão fundamentadas nas escrevivências *amefricanas,* que colaboram para o fortalecimento das pessoas negras, valorizando as contribuições dos povos africanos e indígenas nesse território que é a *Améfrica Ladina*.

3. *AMEFRICANIDADE*

3.1. *Améfrica Ladina* e as fronteiras sócio-históricas: contribuições dos povos africanos e indígenas nesse território

Figura 15: Fotografia Célia Xacriabá



Fonte: MARTINS (2022)

Se em pleno século XXI, só agora estamos chegando a esse lugar, significa que o Brasil demorou tempo demais para reconhecer de onde ele começa. Se ele começa por nós, por que nós chegamos por último? (...) Hoje, pensar a nossa contribuição para esse Brasil é assumir também e reconhecer a nossa potência ancestral.

Célia Xakriabá.
(Entrevista da ativista, professora e primeira indígena eleita deputada federal por Minas Gerais).

A pesquisa traça um percurso, que busca marcar como o atravessamento de África, perpassando pela categoria *Améfrica Ladina* constituída a partir das Diásporas Africanas e das contribuições dos diversos povos indígenas, produz novas noções fronteiriças. Aprofundando, ainda, nas reflexões acerca do processo histórico estabelecido especificamente entre África e América, trazendo os aspectos transnacionais e transcontinentais da categoria *amefricanidade*.

Ao analisarmos as fronteiras a partir das pessoas e dos processos históricos de intensa dinâmica cultural, refletirmos sobre as fronteiras raciais, que marcam os fundamentos das construções sócio-histórico-culturais.

O conceito de fronteira é questionado, a partir da categoria *Améfrica Ladina*, uma vez que o referencial não está baseado nas linhas político geográficas, mas sim nas construções das identidades *ladino-amefricanas*, que reconhece as contribuições dos povos africanos e indígenas nesse território.

Os resquícios do colonialismo, presentes na colonialidade ancorada no racismo moderno, segue explorando a força de trabalho da população negra, dos povos indígenas, entre outros grupos alvos do racismo e demais opressões.

Ao refletirmos sobre os entrelaçamentos do surgimento dos Estados-nações nas Américas e as contribuições dos povos indígenas e dos povos negros, nos espaços de poder, importante também destacar a historicidade da composição do sistema legislativo com a presença de mulheres negras e indígenas.

A partir da eleição de 1934, pela primeira vez mulheres puderam votar e serem votadas para o sistema executivo e legislativo no Brasil. Em 1935 Antonieta de Barros, uma mulher, negra, jornalista, professora e política brasileira, assume como suplente do deputado Leônidas Coelho de Souza, uma das vagas para a Assembleia Legislativa catarinense. Com a titularidade do mandato, passa a ser a primeira mulher negra deputada estadual a assumir um mandato popular no país, contribuindo para a política, comunicação social, educação e sociedade brasileira.

Somente em 2018, após 190 anos de parlamento brasileiro e 518 anos de invasão desse território, é eleita a primeira mulher indígena no poder legislativo. Joenia Wapichana é a primeira mulher indígena a ocupar uma vaga no legislativo, como Deputada Federal do estado de Roraima.

Antes de Joenia Wapichana, somente uma pessoa indígena havia ocupado uma vaga no legislativo, Mário Juruna do povo Xavante, entre os anos de 1983 e 1987, constituindo cerca de 30 anos de intervalo marcado pelo racismo e machismo. É um grave fato histórico a ausência de representatividades indígenas no sistema legislativo brasileiro, permeado pelo racismo direcionado às pessoas indígenas.

Muito impactante o apagamento das contribuições dos povos indígenas para a construção desse país, a partir da baixíssima representatividade indígena nos espaços de poder. Davi Kopenawa reflete sobre a presença indígena muito anterior à invasão da branquitude europeia nesse território, “somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Nossa memória é longa e forte” (KOPENAWA, 2015, p. 76).

Ressalta-se a importância desse fortalecimento étnico-racial e longevidade da memória, sobretudo nas culturas de tradições orais. Em suma, buscamos fortalecer a nossa memória, mantendo viva as nossas ancestralidades e construindo um futuro conectado com o passado.

3.2. Fortalecimento racial e resgate da consciência coletiva: futuro ancestral

Figura 16: Bonecas Abayomis



Fonte: PAPALÉO (2015)

Menina pretinha
Exótica não é linda
Você não é bonitinha
Você é uma rainha

Devolva minhas bonecas
Quero brincar com elas
Minhas bonecas pretas
O que fizeram com elas?

Mc Soffia
(Canção "Menina Pretinha", composta pela rapper Mc Soffia aos 11 anos, São Paulo - Brasil)

A partir de alguns projetos de resistências e de insurgências, conforme citados no curso da pesquisa, se evidenciam as diversas ações para fortalecimento racial. Esse fortalecimento resgata a consciência coletiva, trazendo aspectos da ancestralidade, como pontos de partida que apontam caminhos, para irmos tecendo futuros ancestrais.

O conceito de *amefricanidade* tem um caráter teórico-metodológico. Logo, se faz importante entrelaçar o conceito de *amefricanidade* como recurso teórico-metodológico de enfrentamento ao racismo, intimamente relacionado às práxis políticas afrocentradas.

Essas vivências se mostram de grande importância, para evidenciar as práticas de enfrentamento ao racismo. Pontuar o conceito de *amefricanidade* como recurso teórico-metodológico de enfrentamento ao racismo, se mostra como um caminho para a transformação da realidade. No ensaio "A categoria político-cultural de *amefricanidade*", Lélia Gonzalez debate a importância de olhares criativos no enfoque das reflexões sobre a formação histórico-cultural do Brasil e das Américas.

Pondera-se a importância de destacar a referência indígena e africana como elementos fundantes da estrutura desse território, nomeado por Lélia como *Améfrica Ladina*, para o fortalecimento racial dos diversos povos indígenas e afrodiaspóricos.

Ailton Krenak no livro intitulado "Futuro ancestral", reflete sobre os aspectos associados à constituição das cidades e sociedades antropocentradas, que seriam sociedades centradas no ser humano, desconsiderando os aprendizados do curso d'água, por exemplo. O autor traz o debate sobre a possibilidade de experimentar outras formas de existir, imersos tão profundamente nesses seres, que permite sair dos corpos, da mesmice da antropomorfa, experimentando ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diversos caminhos, ponderando que "a pedra e a água nos implicam de maneira tão maravilhosa que nos permitem conjugar o nós: nós-rio, nós-montanhas, nós-terra." (KRENAK, 2022, p. 09).

As reflexões de Krenak nos convidam para algumas mudanças de paradigmas, a partir do curso dos rios, que são também caminhos para transformação da realidade:

> Sempre estivemos perto da água, mas parece que aprendemos muito pouco com a fala dos rios. Esse exercício de escuta do que os cursos d'água comunicam foi produzindo em mim uma espécie de observação crítica das cidades, principalmente as grandes, se espalhando por cima dos corpos dos rios de maneira tão irreverente a ponto de não termos quase mais nenhum respeito por eles (KRENAK, 2022, p. 08 e 09).

Após o sequestro no continente africano, saque e demais brutalidades contra os diversos povos negros e indígenas, para escravização em território americano, os elementos envolvidos nas resistências vivenciadas nas Diásporas Africanas e Diásporas Indígenas, foram formando novas tramas, traçadas como resistência, estratégias de sobrevivências e produção de novas vivências.

Nessas tramas foram se inserindo diversos ingredientes, responsáveis por gerar as mais diversas receitas diaspóricas para resistência, sobrevivência, e fortalecimento das identidades negras.

Stuart Hall, no texto "Identidade Cultural e Diáspora", aponta que a experiência de diáspora é definida pelo reconhecimento de uma heterogeneidade e diversidades, destacando a importância da concepção de "identidade" constituída com e pela diferença:

> A experiência da diáspora como a entendo aqui é definida, não pela essência ou pureza, mas pelo reconhecimento de uma heterogeneidade e diversidade necessárias, por uma concepção de "identidade" que vive com e pela diferença, e não apesar dela, por hibridismo. As identidades da diáspora são aquelas que jamais deixam de se ir produzindo e reproduzindo pela transformação e pela diferença (HALL, 2006, p. 33).

Nessas heterogeneidades foram construídas diversas ações de enfrentamento ao racismo, que trazem uma perspectiva *amefricana*. O resgate da consciência coletiva tem o objetivo de construir um futuro ancestral, refletindo metodologias possíveis e trazendo sugestões prático-teórico-metodológicas para fortalecimento das pessoas negras.

3.3. Metodologias científicas *amefricanas*

Figura 17: Ilustração em fotografia de Lélia Gonzalez, intelectual negra, Rio de Janeiro – Brasil



Fonte: [s.d.]

A revisão bibliográfica é recomendada para colaborar na definição da linha limítrofe da pesquisa na perspectiva científica, refinar a hipótese e contribuir para o direcionamento de futuras pesquisas.

Foi utilizada a técnica dos *"múltiplos métodos"* (REINHARZ, 2008), adotando as seguintes etapas do processo metodológico 1. Levantamento bibliográfico da literatura, que ocorreu durante todo o processo de pesquisa; 2. Trabalho de coleta de dados a) Elaboração de instrumento de coleta de dados (questionário); b) Verificação de instrumentos de coleta de dados referendado pela orientadora e realização de pré-testes para validação; c) Aplicação do questionário; 3. Processamento e análise de dados; 4. Elaboração da Dissertação (trabalho escrito); 5. Apresentação da dissertação para a banca de avaliação.

Por meio de levantamento de dados científicos foram apontadas as bases do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, denunciando o projeto da branquitude, que desdobra no apagamento e esvaziamento das identidades raciais.

Neste trabalho foram realizadas análises sobre a potencialidade da categoria *amefricanidade*, fundamentadas nos estudos da teoria crítica racial e suas contribuições para

estratégias de fortalecimento racial. Analisando, além disso, a utilização de metodologias de enfrentamento para a construção de povos negros fortalecidos e de uma sociedade antirracista.

Evidencia-se a necessidade de colaborar para a produção do arcabouço teórico e metodológico, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das identidades negras. A vista disso, se faz necessário a compreensão do racismo estrutural, para debater acerca do colorismo no Brasil, analisar as especificidades raciais e territoriais, apresentando metodologias de fortalecimento das identidades raciais e enfrentamentos ao racismo, visando o fortalecimento das pessoas negras.

O enfrentamento ao racismo é desafiador, entretanto para além da dor é importante falarmos também na perspectiva de um encontro feliz com a nossa ancestralidade africana, conforme reflete Débora Alfaia da Cunha:

> Particularmente em um país como o Brasil, que se estruturou sobre o racismo e em relações baseadas na inferiorização de corpo negros, falar em outra perspectiva de vivenciar essas relações, como um encontro feliz com nossa ancestralidade africana e afrodiaspórica, é um ato de rebeldia e de quebra de paradigmas (CUNHA, 2002, p. 6).

Estão sendo analisados os dados étnico-raciais do último censo do IBGE, realizado em 2022, e a produção de discussões sobre esses indicadores, principalmente considerando o aumento das populações pretas e pardas. Essa análise de dados será apresentada no decorrer do próximo capítulo. Destaca-se, a recente inclusão da categoria quilombola, no levantamento censitário brasileiro. Essas mudanças têm gerando discussões intensas e que podem ser analisadas a partir do debate sobre racismo estrutural, branquitude, colorismo, racismo por denegação e *amefricanidade* aqui presentes. A atual pesquisa está dando enfoque ao aumento de pessoas se autodeclarando enquanto pretas e pardas.

Esta pesquisa teve entre seus objetivos compreender aspectos que contribuem para o apagamento das identidades raciais negras. E analisar os aspectos que contribuem para o fortalecimento da identidade negra, por conseguinte, gerando o aumento da autodeclaração de pessoas negras.

O presente estudo realizou uma abordagem qualitativa. Martins define a pesquisa qualitativa como aquela que realiza a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise (MARTINS, 2004).

A pesquisa qualitativa por meio das respostas do questionário, fornecem os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua

situação (GASKELL, 2004). O presente estudo teve uma abordagem qualitativa com a realização de pesquisa de campo a partir da utilização de questionário.

Para a realização da pesquisa foi elaborado um questionário estruturado, direcionado para pessoas negras (pretas ou pardas), com o objetivo de identificar as percepções destas, acerca das suas construções raciais e desses indicadores raciais produzidos pelo IBGE.

A categoria *amefricanidade* foi apresentada para as pessoas que responderam à pesquisa e posteriormente solicitadas sugestões de estratégias de enfrentamento ao racismo, a partir da perspectiva a*mefricana*. Essa proposta tem o intuito de identificar possibilidades de construções de soluções levando em consideração as interdisciplinaridades, uma vez que problemas complexos demandam soluções complexas.

A noção de interdisciplinaridade que estou trabalhando se ampara na perspectiva que amplia os diálogos entre os saberes produzidos, sejam nas lógicas de conhecimentos científicos ou produzidos no cotidiano, refletindo a importância de valorizar os diferentes campos de saberes, possibilitando a identificação, análise e posicionamento crítico, frente à realidade complexa.

Na perspectiva de Jantsch e Bianchetti (2011) a interdisciplinaridade não faz sentido se não considerar o processo histórico do conhecimento produzido. Essa historicidade marca os diversos lugares, assim, não é possível produzir conhecimento de maneira neutra. Os autores refletem que não é concebível "que uma instituição faça da transmissão do conhecimento sua principal função ou reduza o ensino a simples transmissão de conhecimento" (JANTSCH; BIANCHETTI 2011, p. 32), ampliando as potencialidades dos saberes. As noções de interdisciplinaridades que busco apresentar nas ações de resistências e insurgências se fundamentam nos processos constituídos nas relações interpessoais, produzidas a partir de diversos olhares, para as transformações da realidade.

O questionário estruturado virtual foi elaborado com questões abertas e fechadas, com o objetivo de avaliar o significado da construção das identidades raciais, avaliar os aspectos que contribuem para o apagamento das identidades raciais, analisar a *amefricanidade* como uma metodologia de fortalecimento das negritudes e as discussões geradas a partir do censo do IBGE de 2022, identificar práticas de resistência e insurgência, evidenciar a potencialidade do aspecto lúdico e sugerir estratégias de enfrentamento ao racismo utilizando metodologias *amefricanas*.

A presente pesquisa realizou a análise de dados a partir das informações obtidas pelas respostas do questionário virtual. Foi assegurado o anonimato de todas as pessoas que forneceram informações a partir dos questionários virtuais. As/Es/Os participantes da pesquisa, que fazem parte da sociedade civil, responderam à pesquisa como sujeitos autônomos e não

como representante de entidades e/ou instituições, assim não se fez necessária a carta de anuência institucional em nenhuma etapa da pesquisa.

As abordagens e divulgações dessa pesquisa se deram a partir de encaminhamentos direcionados individualmente ou para grupos das redes sociais que apresentassem interface com questões pertinentes ao tema da pesquisa.

Realizada a divulgação da pesquisa presencialmente em alguns eventos que apresentam a perspectiva de território político, tais como o evento realizado na primeira escola de samba do Distrito Federal, Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro-ARUC no dia 24 de janeiro de 2025, durante o evento "Samba Charme", que intercala momentos de roda de samba e Baile Charme; na 2ª Marsha Nacional pela visibilidade Trans", que aconteceu na Esplanada dos Ministérios, em Brasília no dia 26 de janeiro de 2025; e grupos de whatsapps, tais como: de estudantes de LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais, profissionais de Serviço Social, entre outros. Esses eventos foram selecionados por apresentar alguma representatividade negra e por serem ambientes vivenciados pela pesquisadora, com o objetivo de realizar a divulgação da pesquisa em espaços virtuais e locais com trocas presenciais.

Foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, uma vez que serão analisados os dados quantitativos produzidos pelo IBGE e também foram realizadas coleta de dados por meio de questionário, produzindo dados qualitativos.

A abordagem quali-quantitativa realiza a combinação de análise de dados e outras variáveis subjetivas. Em virtude disto, considero a abordagem mais indicada para análise deste tema de pesquisa.

A utilização do referencial teórico-metodológico *Pretagogia*, durante o percurso da pesquisa, elaboração do questionário e análise de dados ocupa um lugar muito importante, por essa pesquisa ter tido também uma proposta pedagógica, ao trazer uma perspectiva educativa de compartilhar informações científicas afrorreferenciadas.

A *Pretagogia* se desenvolve a partir da metodologia Sócio Poética das autoras Geranilde Costa e Silva e Sandra Haydée Petit (2015). Essa metodologia se dá por meio da tradição oral, literatura oral e produção didática da Pretagogia, sendo compreendida como referencial teórico-metodológico para a valorização das cosmovisões africanas e de combate aos racismos.

A *amefricanidade* dialoga com a discussão realizada pela categoria *pretagogia*, uma vez que esta questiona a branquitude e o eurocentrismo, ao refletir os processos de trocas de saberes, realizando a articulação entre a teoria e a prática, fundamentada nas perspectivas afrorreferenciadas. Essa pesquisa busca dialogar com a perspectiva de trocas de conhecimentos, ações de resistências e insurgências práticas, baseada em fundamentos teóricos

afrorreferenciados e trazendo a *amefricanidade* como uma metodologia de fortalecimento das negritudes.

A abordagem sociopoética, complementa essa perspectiva ao propor um deslocamento na produção de conhecimento científico, trazendo a construção de conhecimento coletivo, sem desconsiderar os suportes das tecnologias visuais e textuais. Trazendo a importância da integração entre corpo e mente, potencializando a capacidade poética de cada pessoa (PETIT, 2015, p.123). Durante o percurso da pesquisa buscou-se potencializar a construção dos conhecimentos coletivos e as perspectivas poéticas das pessoas negras.

Essa análise de dados a partir de perspectivas afrorreferenciadas tem o objetivo de enegrecer o olhar durante a apreciação dos dados apresentados. A intelectual caribenha Sandra Petit reflete que:

> O sentido do nome vem da nossa crítica ao eurocentrismo na Pedagogia, particularmente aqui no Brasil, onde um componente curricular de teoria da educação na universidade onde eu trabalho, por exemplo, o único brasileiro da bibliografia é Paulo Freire, e não se faz sequer menção a experiências educacionais africanas, afro-brasileiras ou afrodiaspóricas, o que denota que nem se cogita sua existência. Esse caso é típico das universidades brasileiras em geral (PETIT, 2015, p. 149).

Conforme pondera Leda Martins a linguagem, repertórios narrativos e poéticos, muitas vezes não ecoaram nas letras escritas, entretanto estão registradas de diversas maneiras, ampliando as percepções:

> [...] oralidade nos oferecem um amplo feixe de possibilidades de percepção, caligrafando a história e a memória dos afrodescendentes. Essa memória do conhecimento grafa-se, também, como aletria, nas pautas do papel e do corpo. Um saber que se borda pela fina lâmina da palavra ou no delicado gesto. Littera e litura. Gravuras da letra, do corpo e da voz (MARTINS, 2003, p. 80).

Para caligrafar as trocas produzidas a partir da oralidade, a aplicação do questionário e a análise de dados a partir da revisão bibliográfica e fundamentação na pretagogia, se mostraram as técnicas mais adequadas para a implementação desta pesquisa, considerando as complexidades supracitadas.

A revisão bibliográfica a partir de levantamento e análises das obras, entrevistas e trabalhos sobre as categorias estudadas nesta pesquisa, se mostra como uma perspectiva metodológica importante para assegurar o rigor científico:

> Cook et al. (1997) destaca que a revisão bibliográfica pode ser narrativa ou sistemática. O primeiro tipo é baseado em uma descrição simplificada de estudos e

> informações sobre um determinado assunto. O segundo tipo, apesar de também ter o caráter narrativo, é baseado na aplicação de métodos com maior rigor científico, podendo alcançar melhores resultados e reduzir erros e o viés do pesquisador responsável pela investigação. Esse processo permite ao pesquisador compilar dados, refinar hipóteses, estimar tamanho de amostras, definir melhor o método de pesquisa a ser adotado para aquele problema, e por fim definir direções para futuras pesquisas (COOK et al., 1997, apud CONFORTO, AMARAL, SILVA, 2011).

Foram adotados os cuidados éticos durante todo o processo de pesquisa. Para a coleta de dados dessa etapa da pesquisa, foi utilizado um questionário com perguntas previamente formuladas, possibilitando apreender uma maior subjetividade e ao mesmo tempo focar no tema do estudo durante toda a pesquisa.

Foram realizados dois pré-testes, sendo o primeiro com uma pessoa que se identifica enquanto preta e o outro questionário preliminar direcionado para uma pessoa que se identifica enquanto parda. Nesse momento, foram sugeridas algumas alterações nas questões, com o objetivo de melhorar a compreensão das perguntas da pesquisa, ponderados pontos positivos no instrumental de coleta de dados para produzir reflexões internas e promover um espaço de fortalecimento.

Inicialmente foi realizada uma aproximação para melhor definir o quantitativo de pessoas que responderiam o questionário para a pesquisa. O próprio campo de pesquisa apresentou a proporção necessária para alcançar expressiva representatividade e saturação do tema que está sendo pesquisado. Quando foi atingido o número de 71 questionários recebidos, a referida pesquisadora encerrou a possibilidade de inserir novas respostas, haja vista ter sido identificada a saturação, a partir da repetição de alguns temas apresentados e a presença de elementos suficientes para a análise dos dados coletados.

As pessoas que tiveram acesso ao questionário foram convidadas a participar da pesquisa respondendo às perguntas, mediante a apresentação da pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Informado-TCLI,[14] localizado ao início do questionário. O Termo de Consentimento Livre e Informado-TCLI é uma forma de assegurar que a pessoa entrevistada saiba os riscos da pesquisa, sendo expresso de forma escrita.

Antes de responder o questionário foi introduzido o TCLI, descrevendo os objetivos da pesquisa, respeitando os valores culturais, sociais e morais de todas as pessoas envolvidas. Conforme informado no Termo de Consentimento Livre e Informado, haverá a guarda dos

[14] Sabendo sobre o poder das palavras como construtora de realidades, opto por substituir "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE" por "Termo de Consentimento Livre e Informado-TCLI". Uma vez que a palavra "esclarecer", transmite a ideia de que a compreensão de algo só pode ocorrer sob as bênçãos da claridade, da branquitude, mantendo no campo da dúvida e do desconhecimento as coisas negras (Cartilha dia internacional de combate à discriminação racial "Expressões racistas: como evitá-las", 2023).

registros por parte da pesquisadora pelo período de cinco anos, ao término do qual, serão destruídos o material.

A pesquisa será enviada para as pessoas entrevistadas, após a apresentação da dissertação e possíveis sugestões da banca avaliativa. Será realizada a adequação do trabalho final para o formato de artigo, na perspectiva de que seja publicado em periódicos científicos indexados, ampliando o alcance do debate presente nesta pesquisa.

Essa pesquisa cumpriu seus objetivos de colaborar para a produção epistemológica decolonial; analisar o racismo estruturado no processo de colonialidade no Brasil e da América Latina; de compreender aspectos que colaboram para o apagamento das identidades raciais, sugerindo estratégias de enfretamento ao racismo, utilizando metodologias afrocentradas baseadas nas experiências brasileiras; e de analisar a categoria *amefricanidade* de Lélia Gonzalez, como metodologia de enfrentamento para a construção de uma sociedade antirracista e de fortalecimento da identidade negra.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1. Percurso censitário no Brasil

As informações produzidas a partir da ampla coleta de dados efetivada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para a realização do levantamento censitário, contribuem para identificar as características da população, para a formulação de políticas públicas, definição de prioridades em relação às políticas públicas, destinação de recursos, entre outros.

Conforme registros históricos do IBGE "somente a partir de 1750, visando a objetivos estritamente militares, a Coroa Portuguesa decidiu realizar levantamentos, de forma direta, da população livre e adulta, apta a ser convocada para a defesa do território" (IBGE, 2007, p. 1).

Em 1846 ocorreu o primeiro regulamento censitário, estipulando um intervalo de 08 anos para sua realização. Em 1850 durante os processos de formulação deste censo, o governo autorizou o direcionamento de recursos para realização do censo demográfico, planejando a coleta de dados para o ano de 1852.

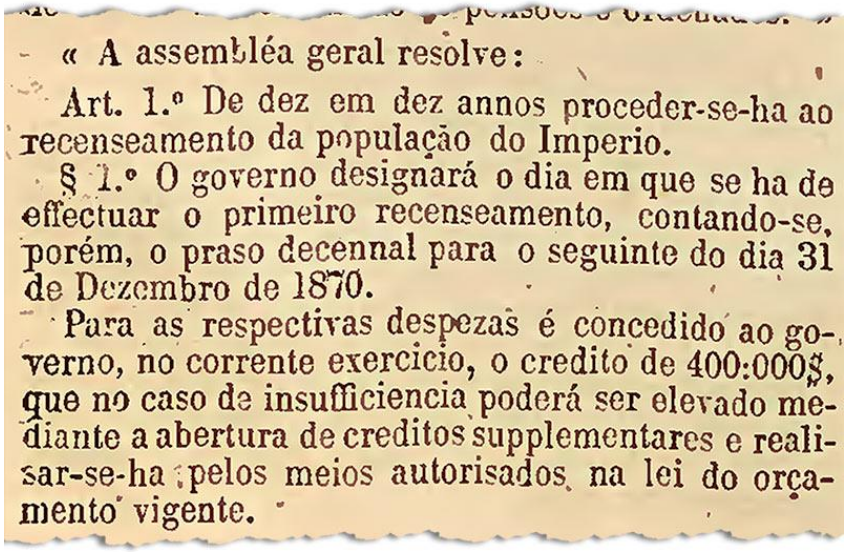
No entanto, após a publicação do Decreto nº 797, de junho de 1851, conhecido como a "lei do cativeiro", desencadeou-se a chamada Revolta do Ronco da Abelha. Nesse contexto, o primeiro levantamento censitário que aconteceria no Brasil no ano seguinte foi suspenso:

> a operação prevista para 1852 não foi realizada: a população revoltou-se e impediu o levantamento que já estava em pleno início de execução! Revoltou-se contra o Decreto nº 797, de junho de 1851, então conhecido como a "lei do cativeiro". Acreditava-se que o decreto era uma odiosa medida governamental visando à escravização dos homens de cor. Este episódio foi suficiente para adiar por 20 anos a realização do primeiro censo (IBGE, 2007, p.1).

O primeiro censo demográfico brasileiro foi realizado então em 1872 pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), visando trazer dados estatísticos sobre a realidade do país, produzindo mapas estatísticos. Nesse levantamento foram coletadas informações como "sexo", "cor", "estado de livres" ou "estado de escravos", "nacionalidade", "estado civil", "ocupação" e "religião".

Este censo esteve motivado também por interesses econômicos, políticos e bélicos, tendo em vista que "em 1870, logo depois do fim da Guerra do Paraguai[15], D. Pedro II entendeu que um novo momento para o Censo havia finalmente chegado. O imperador em pessoa pediu aos senadores e deputados que aprovassem o projeto de lei que tratava do tema" (WESTIN, 2022). Essa solicitação desencadeou na aprovação de Projeto de Lei pela Câmara e pelo Senado em 1870:

Figura 18 - Projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado em 1870 determinando a realização do Censo (imagem: Arquivo do Senado)



« A assembléa geral resolve:

Art. 1.º De dez em dez annos proceder-se-ha ao recenseamento da população do Imperio.

§ 1.º O governo designará o dia em que se ha de effectuar o primeiro recenseamento, contando-se, porém, o praso decennal para o seguinte do dia 31 de Dezembro de 1870.

Para as respectivas despezas é concedido ao governo, no corrente exercicio, o credito de 400:000$, que no caso de insufficiencia poderá ser elevado mediante a abertura de creditos supplementares e realisar-se-ha pelos meios autorisados na lei do orçamento vigente.

Fonte: (WESTIN, 2022).

Destaca-se que a o censo realizado em 1872 ocorreu em um regime imperial, sendo realizado em alguns anos antes de dita abolição da escravização de pessoas negras no Brasil:

> Realizado 16 anos antes da abolição definitiva da escravidão, sistema que serviu de combustível para a formação do país por mais de três séculos, o censo apresenta um Brasil de um ponto de vista temporal importante. Sob pressão externa e interna, o Império dava sinais de um processo gradual de desmonte do chamado "elemento servil". O recenseamento cumpriu, assim, também, o importante papel de determinar o tamanho da população escravizada e o tempo para tirá-la dessa condição. Segundo relatório da Diretoria Geral de Estatística, espécie de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dos tempos do Império, era importante se saber a "diminuição anual" do número de escravos para "conseguir-se aproximadamente calcular o número de anos precisos para a completa extinção dos escravos no Império" (MARIANI et. al., 2017, p. 1).

[15] Essa guerra foi um dos maiores conflitos armados ocorrido na América Latina. É também chamada de "guerra da tríplice fronteira", "guerra grande", "guerra contra a tríplice aliança" e "guerra-guaçu", devendo ser questionado a nomenclatura e narrativas repassadas para descrever esse confronto bélico, que envolveu Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O censo de 1872 contribuiu para o entrelaçamento da implementação da política de embranquecimento no Brasil, tendo em vista a estruturação da migração europeia, com o objetivo de substituir a mão de obra das pessoas negras e produzir o embranquecimento da população brasileira. Considerando, as condições de pessoas livre e pessoas escravizadas, os registros censitários apresentavam esses marcadores:

> As condições de "livre" e "escravo" eram marcadores importantes na configuração do país naquele momento histórico e, nesse sentido, os dados extraídos do censo e apresentados a seguir contrastam, sempre que possível, a população segmentada por essas condições. (...) A religião era um aspecto sempre presente nas políticas adotadas pelo Estado (que só se autodenominaria laico na República, com a Constituição de 1891) (MARIANI et. al., 2017, p. 1).

Durante este período o Estado ainda não era considerado laico. Nesse contexto, o levantamento censitário foi realizado a partir da referência paroquial sendo contabilizada como unidade mínima de contagem do território, haja vista que "para fins do censo, o território era dividido em 1.473 paróquias – regiões que tinham como elemento central uma igreja, comandada por um pároco" (MARIANI et. al., 2017, p. 1).

Foram identificadas no decorrer da história, mudanças no princípio da autodeclaração, tais como: quais pessoas eram responsáveis por declararem as informações, quais categorias foram utilizadas para descrever as identidades raciais entre outros elementos que impactaram nos dados produzidos:

> Os censos de 1950 e 1960 foram os primeiros em que o princípio da autodeclaração orientou a coleta de dados. No século 19, não era assim. A classificação era feita pelo senhor ou agente do censo. (...) As categorias de cor ou raça nem sempre estiveram presentes nos censos posteriores ao de 1872. Da mesma forma, os termos utilizados também variaram (em 1890, "pardo" foi substituído por "mestiço", por exemplo). A definição pelo IBGE de cor ou raça dentre as cinco categorias atuais ("branco", "preto", "pardo", "amarelo" ou "indígena") passou a valer em 1991, sendo mantida em 2000 e 2010 (MARIANI et. al., 2017, p. 1).

Na década de 1990 diversas campanhas foram realizadas pelos Movimentos Negros, com o objetivo de refletir com as pessoas negras a importância do orgulho da negritude, da autodeclaração correta para a elaboração de políticas públicas e para conhecermos as características da população brasileira.

Na pesquisa de campo foi uma apresentada uma fala que destaca outra complexidade da categoria parda: "o problema com a categoria parda que precisamos encarar: o apagamento indígena", sendo um debate desafiador, mas necessário, que deve ser dialogado conjuntamente

entre todas as pessoas envolvidas nessa diluição das identidades raciais de não-lugar, marcando os territórios envolvidos nessa miríade complexa, conforme refletem Daniel Mariani, Murilo Roncolato, Rodolfo Almeida e Ariel Tonglet:

> Outro caso é o dos indígenas que, pela classificação problemática, acabam misturados ao "pardo" (por determinação da cor). "É muito fácil de imaginar que a maioria dos indígenas passou batida por essa contagem. Houve caso de aldeias que não foram contadas porque, segundo um relatório, houve dificuldade de se chegar", diz Bissigo (BISSIGO in MARIANI et. al., 2017, p. 1).

Esse ponto é extremamente relevante, sendo necessário denunciar esse apagamento sistemático dos povos indígenas, durante os censos realizados no Brasil. Destaca-se que "os indígenas ficaram durante 101 anos sem aparecer como categoria separada nos levantamentos populacionais, só retornando em 1991" (CENSO, 2023, p. 01). E a previsão de realização do levantamento censitário decenalmente, também não foi efetivada, conforme refletem os autores:

> O plano original de repetir o censo a cada 10 anos, falhou vez ou outra – foram feitos 12 dos 15 possíveis entre 1872 e 2010. Os que "furaram" a programação foram os de 1880 (quando, sem recursos, a DGE foi desmontada), 1910 (na época, estourou a Revolta da Chibata no Rio de Janeiro) e, em 1930 (ano do golpe liderado por Getúlio Vargas, que tomou o governo) (MARIANI et. al., 2017, p. 1).

A partir de 1940 o censo – que até o momento era de responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística-DGE – passou a ser realizado pelo IBGE, que segue realizando o recenseamento a cada 10 anos até os dias de hoje. O levantamento censitário é responsável por coletar informações demográficas, econômicas, sociais, educacionais, entre outras variáveis, que contribuem para compreensão das características da população brasileira.

O censo que seria realizado em 2020 e será analisado na presente pesquisa foi aplicado com quase três anos de atraso, considerando a pandemia de COVID-19 e problemas orçamentários do governo federal (MARTINS, 2023 p. 01), sendo denunciada uma outra tentativa de desmonte, haja vista que o orçamento sancionado pelo então presidente da república Jair Bolsonaro, não previa recursos para a realização do censo.

O Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE atualmente é a principal fonte de referência sobre as condições de vida da população, demonstrando as diversidades presentes em todos os municípios do Brasil e os fundamentos territoriais vivenciados em cada realidade local.

O levando censitário realizado em 2022 pelo “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE apontou que os pardos são 45,3% da população e superaram a quantidade de brancos pela primeira vez desde 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento do país” (S.N., 2023, p.01). Atualmente a população brasileira está estimada em cerca de 203 milhões de pessoas, isto posto, esse percentual de 45,3% corresponde a cerca de 92,1 milhões de brasileiras, brasileires e brasileiros se autodeclarando pardas/es/os.

Pela primeira vez na história do Brasil o IBGE investigou informações acerca das características socioeconômicas, geográficas e demográficas da população quilombola, produzindo dados a partir do levantamento censitário. Para tanto, foram realizadas parcerias entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e as populações quilombolas, em todas as fases da pesquisa censitária, perpassando por tais etapas: “desenho de questionário, cartografia censitária, atualização cadastral nacional para fins de endereçamento, treinamento diferenciado, metodologia de abordagem e coleta censitária nas localidades quilombolas, sensibilização e divulgação” (BRASIL, 2022, p. 04).

Aponta-se a importância de aprofundar o conhecimento acerca de integrantes dos povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de dimensionar a população, investigar as iniquidades sociais existentes, qualificar debates públicos, orientar a elaboração de políticas públicas, entre outros.

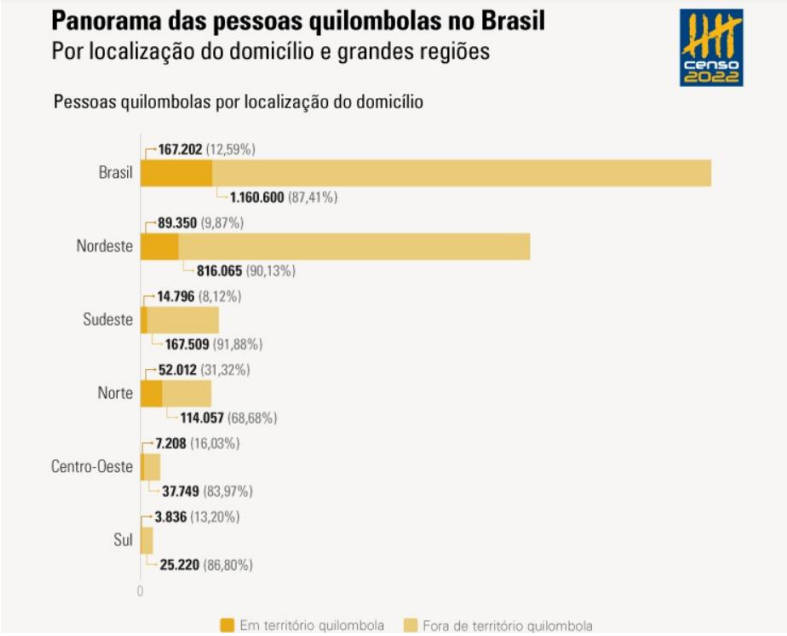
A coordenadora do Censo de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE, Marta Antunes, reflete sobre os impactos do levantamento censitário “O censo demográfico é a única pesquisa que nos permite olhar todas as categorias de cor ou raça e a sua evolução ao longo das décadas. O censo mostra a diversidade da nossa população” (ANTUNES, 2023, p. 01), destacando-se o caráter longitudinal, na perspectiva de acompanhar as mudanças da população no que tange às categorias de raça ou cor.

Os critérios para definição de uma pessoa quilombola se baseiam na autodeclaração, presunção de ancestralidade negra relacionadas à opressão histórica sofrida, trajetória histórica própria que apresentem relações territoriais específicas, entre outras dimensões. Essa definição está fundamentada em alguns aspectos consolidados a partir do acúmulo de debates realizados pelos povos e comunidades tradicionais e pela Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (BRASIL, 2023).

O levantamento censitário de 2022 identificou 1.327.802 pessoas quilombolas no país. A população quilombola atualmente está distribuída em 1.696 municípios de 24 estados e no Distrito Federal, não havendo registro da presença de pessoas quilombolas somente no estado do Acre e Roraima.

No Brasil somente 12,59% dessas pessoas estão localizadas em território quilombola e 87,41% residem fora dos Territórios Quilombolas titulados, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Panorama das pessoas quilombolas no Brasil



Fonte: (IBGE, 2023)

Dialogando com esses dados, destaca-se que somente 4,33% de pessoas quilombolas possuem os títulos definitivos de suas terras na esfera do processo formal de regularização fundiária (BRASIL, 2022, p. 08). Ainda foram apresentados no gráfico supracitado a distribuição do percentual em cada região do país, considerando a presença de pessoas quilombolas em domicílios localizados em territórios quilombolas ou residindo fora desses territórios.

O censo de 2022 apresentou outro ineditismo, associado ao número elevado da autodeclaração de pessoas indígenas no Brasil, apresentando um aumento de 88,8% em relação ao censo de 2010. Entre os fatores que colaboraram para esse aumento estão relacionados a autodeclaração, valorização da cultura indígena, mudança na metodologia de pesquisa, melhoria de captação das informações, entre outros aspectos.

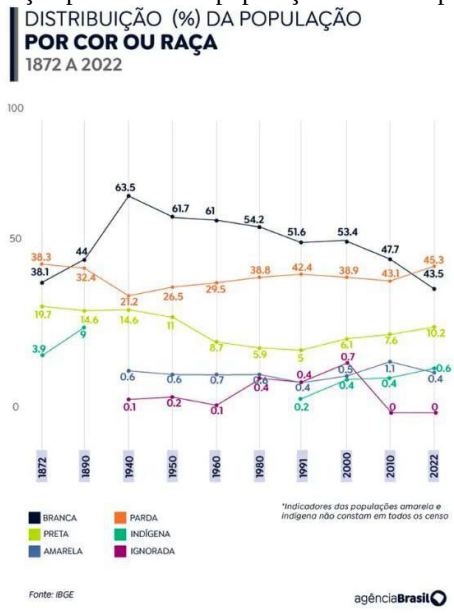
No levantamento censitário de 2010 cerca de 896,9 mil pessoas se autodeclararam indígenas, representando 0,47% da população do país. O censo de 2022 apresentou um aumento significativo, em que 1,69 milhão de pessoas de autodeclararam indígenas, equivalente a 0,83% da população brasileira. A cidade com a maior presença de indígenas é Uiramutã, localizada em Roraima, apresentando 96,6% de população indígena.

A identificação de indígenas no levantamento censitário está associada à pergunta sobre "raça/cor", tendo como opções "branca", "preta", "parda", "amarela" e indígena". Nesse momento diversas pessoas com ascendência indígena respondiam cor "parda". No entanto, a partir do censo de 2022 foi inserida a pergunta "você se considera indígena?", mesmo em locais que não são consideradas oficialmente Territórios Indígenas-TI, com o objetivo de deixar mais explicita e compreensível as questões, ampliando o reconhecimento da sua ancestralidade e identidade indígena.

Ainda que a pergunta "qual sua cor", possa gerar compreensões difusas em relação aos dados dos povos indígenas, os especialistas mantêm essa pergunta, com vistas a possibilitar a comparação histórica entre os censos anteriores que utilizavam esses critérios nas coletas de dados (MOREIRA, 2023).

Em relação aumento da população autodeclarada enquanto pardas e pretas, é importante realizar comparações com os últimos censos para verificar como esse dado populacional se comporta, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Gráfico de distribuição percentual da população brasileira por raça cor entre 1872 e 2022.



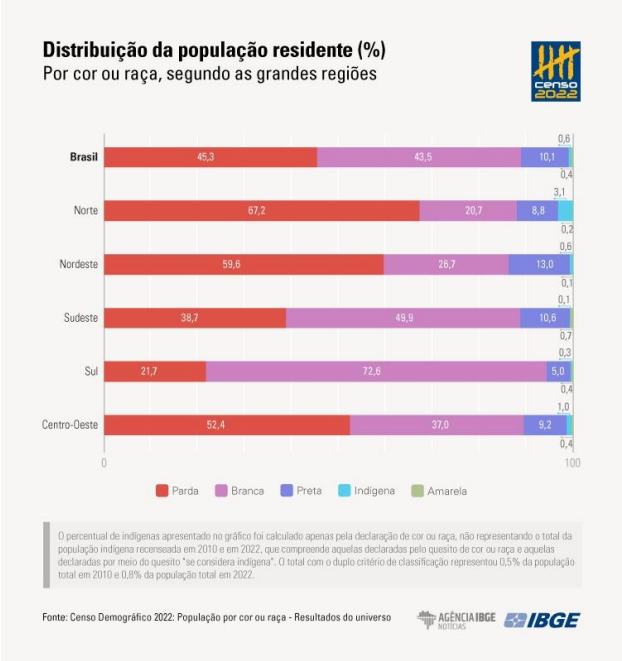
Fonte: (IBGE, 2023)

Em 2022 pela primeira vez na história do Brasil, durante o levantamento censitário realizado pelo IBGE, a autodeclaração de pessoas pardas superou o percentual de pessoas que se autodeclaram brancas. Anterior a esse fato histórico a única vez em que a população parda superou a população branca foi no ano de 1872, em um levantamento censitário realizado pelo

Diretório Geral de Estatística-DGE, conforme ilustrado no gráfico acima. No entanto, nos anos seguintes o quantitativo de pessoas brancas sempre foi superior às outras identidades raciais.

Ainda que as categorias de pessoas pretas e pardas fossem unidas, somente em 2010 a somatória dessas duas categorias pretas (7,6%) e pardas (43,1%), que configuram a identidade negra (50,7%), superaram o percentual de pessoas autodeclaradas brancas (47,7%). Importante analisar os múltiplos fatores envolvidos nessas mudanças, tais como contextos históricos, consciência racial, acesso a informação, mudanças metodológicas, entre outros aspectos.

Gráfico 4: Gráfico de distribuição da população residente, por cor ou raça, segundo as grandes regiões.



Fonte: (IBGE, 2023)

Em relação a distribuição de pessoas pretas e pardas por região do país, no comparativo entre o censo de 2010 e 2022, identifica-se algumas mudanças em relação a esses dois levantamentos censitários. A região Norte apresentou um aumento de pessoas que se autodeclararam pretas, sendo 7% no censo de 2010 e 8,8% de pessoas pretas no levantamento censitário seguinte. Na região Nordeste também acompanhamos um aumento de 12% para 13,04% de pessoas autodeclaradas pretas. Na região Centro-Oeste houve um aumento de 6,6% para 9,2%. Na região Sudeste vimos o percentual subir de 9% para 10,6%. E somente na região Sul uma redução de 5,03% para 5% de pessoas que se autodeclaram pretas.

Em relação às pessoas que se autodeclararam pardas, no levantamento censitário de 2010 a região Norte apresentou uma diminuição de autodeclaração parda, caindo de 72,3% para 67,2% em 2022. A região Nordeste apresentou um pequeno aumento de pessoas se autodeclarando pardas, sendo o equivalente a 59,57% no censo de 2010 e 59,6% no ano de

2022. Na região Centro-Oeste identificamos um aumento percentual de 49,08% para 52,4%. A região Sudeste também acompanhou o aumento, em que cerca de 37,6% das pessoas se autodeclaravam pardas e no levantamento censitário de 2022 esse percentual elevou para 38,7%. O Sul não apresentou grandes diferenças, saindo de 21,71% para 21,7%.

Destaca-se que essa diminuição de 5,1% da autodeclaração de pessoas pardas na região Norte, dialoga com o aumento da autodeclaração de pessoas indígenas nesta região do país. Este dado está relacionado a diversos fatores, entre eles à mudança metodológica realizada no levantamento censitário de 2022, que inseriu a pergunta "Você se considera indígena?" no momento da pergunta sobre o quesito raça/cor, fazendo com que pessoas que se autodeclaravam pardas, muitas vezes associado ao aspecto da cor, ao responder o próximo questionamento alteravam a autodeclaração para indígena. Segundo o censo realizado pelo IBGE de 2022 a região Norte concentra 44,48% da população indígena do país.

Tendo em vista esse fato histórico em que pela primeira vez na história do Brasil a população branca não ocupou o maior quantitativo de pessoas autodeclaradas em um levantamento censitário, chama-se a atenção para o aumento do debate sobre o racismo, ampliando o reconhecimento do pertencimento racial de pessoas negras. Atualmente as pessoas que se autodeclaram pardas ocupam o maior percentual do povo brasileiro, o equivalente a 45,3%, conforme citado anteriormente. Destaca-se a importância de construir políticas públicas que assegurem também as demandas e especificidades dessa população.

Pondera-se que a população negra permanece como o maior quantitativo ao unir as duas categorias pretos e pardos no Brasil, desde o levantamento censitário de 2010, em que a pessoas negras ocuparam 50,7% da população, sendo 43,1% das pessoas autodeclaradas pardas e 7,6% de pessoas se autodeclarando pretas. Desta forma, esse lugar de reivindicação sobre o direito às diversidades, reconhecendo as diferenças e semelhanças que compõe as negritudes, devem ser refletidos com o cuidado e a honestidade necessária. Nesse contexto, quando estamos dialogando entre as negritudes, chamo pessoas pardas para refletirem a importância de respeitarmos as trajetórias pretas, assim como chamo as pessoas pretas para respeitarem as trajetórias pardas, para construirmos uma luta que reconheça as convergências e divergências, em busca de uma sociedade que combata as desigualdades raciais e valorize as pluralidades de vivências.

Abdias do Nascimento realiza algumas reflexões no livro “O Quilombismo” sobre esses processos de assimilação racial, sinalizando as complexidades envolvidas nas nuances da internalização da ideologia do embranquecimento como positiva, fazendo com que as pessoas se submetam a determinadas situações, ilusionadas de uma possível humanização:

> A citação dos capitães-do-mato é importante: via de regras eram mulatos, isto é, negros de pele clara assimilados pela classe dominante. Em nossos ainda podemos encontrar centenas, milhares desses negros que vivem na existência ambígua. Não pelo fato de possuírem o sangue do branco opressor, mas porque internalizando como positiva a ideologia do embranquecimento (o branco é superior e o negro é inferior) se distanciam das realidades do seu povo e se prestam ao papel de auxiliares das forças repressivas do supremacismo branco. E tanto ontem quanto hoje, os serviços que se prestem à repressão se traduzem em lucro social e lucro pecuniário (NASCIMENTO, 2020, p. 267).

Importante refletirmos sobre as estruturas desse sistema racista que busca induzir pessoas negras de pele cara a desempenharem funções que a branquitude se recusa a ocupar, construindo narrativas de serem ofertadas supostas vantagens. A citação sobre a localização do capitão-do-mato, por exemplo, coloca pessoas em um lugar para reduzir as chances de ser chicoteado – destaco apenas reduzir, considerando que no lugar de negro essa possibilidade nunca se extingue completamente, mesmo que seja visto como negro de pele clara –, em contrapartida seria necessário executar a função de chicotear familiares, amigas/es/os, pessoas conhecidas ou desconhecidas, para salvar sua pele de ser dilacerada pelos chicotes e demais torturas praticada pelas/es/os brancas/es/os nesse período histórico.

Ou ocupar o lugar de mucama, por exemplo, sem ter que desempenhar as extensas jornadas nas lavouras, embaixo do sol. Entretanto, essa suposta vantagem, produzida pelo colorismo que oferta um tratamento diferenciado por parte da branquitude para pessoas negras, aparentemente visto como um "privilégio" ou uma vantagem, proporcionando o direito de ficar dentro da casa grande, realizando o preparo de todas as refeições, todo o serviço de limpeza da casa, cuidado das crianças, estando sujeita à violência sexual sistemática por parte dos homens brancos e demais torturas por parte das mulheres brancas, incitada pelas diferenciações raciais competição feminina, estimulada pelos sistemas racista, misógino, patriarcal, sexista e machista.

Esses exemplos buscam realizar um convite para um debate honesto, tendo em vista que a branquitude por vezes tenta colocar essas armadilhas do racismo, baseados em tratamentos diferenciados, como a oferta de uma suposta hierarquia, colocando pessoas negras em situações violentas tão difíceis de serem mensuradas. Todavia, quando analisamos para além do aparente, identificamos uma complexidade, que caminha em direção à compreensão das especificidades dessas violências, ao invés de cair na armadilha de hierarquizar violências, direcionando a responsabilidade para as pessoas negras que são alvo do racismo e desse sofisticado sistema do colorismo, mantendo intacta a branquitude, que é a verdadeira responsável por essa opressão.

A branquitude constrói um engendramento tão eficaz, que vende a ideia de que as pessoas negras são produtoras dessa dominação, ao passo que tentam se eximir da responsabilização e do trabalho sujo nesse sistema perversamente estruturado. No entanto, é necessário localizar e denunciar a branquitude como a devida responsável desse sistema (MOREIRA, 2020).

Nesse sentido, tem que se diferenciar o processo de assimilação racial que as pessoas negras sofrem ao vivenciarem apagamentos da sua negritude, das pessoas brancas que tentam fraudar as políticas afirmativas de reparação históricas ao se autodeclararem negras somente nessa situação, impedindo a correção das desigualdades raciais. Um exemplo explícito de fraude foi o caso do Antônio Carlos Magalhães Neto que concorreu a uma reserva de recursos destinado para políticos que se autodeclarassem negros (pretos ou pardos).

Em 2020 o Tribunal Superior Eleitoral-TSE direcionou recursos do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) e determinou que o tempo de propaganda eleitoral gratuita deveriam ser proporcionais à quantidade de candidatos autodeclarados negros (pretos ou pardos) de cada partido político.

Destaca-se que o referido político realizou o Requerimento de Registro de Candidatura (RCC), junto ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) e nesse momento o "documento constava a declaração do candidato indicando 'raça branca'". (CARVALHO e SOUZA, 2022, p. 01)

Portanto, em relação ao documento de requerimento de Registro da Candidatura, esse político se identificou como branco. Em situações como a autodeclaração junto a outros órgãos, tais como, IBGE, requerimentos de candidatura e outros espaços que perpassam somente pela autodeclaração a branquitude se autodeclara branca. Entretanto, quando se trata de políticas específicas de enfrentamento às desigualdades raciais, destinação de recursos financeiros ou vagas para corrigir as desigualdades raciais e/ou reparar as discriminações raciais, essas pessoas alteram sua autodeclaração, objetivando a permanência de retirada de direitos das pessoas negras, perpetuando o privilégio da branquitude.

4.2. Análise de dados: Categorias escolhidas

Algumas categorias foram selecionadas para serem inseridas no questionário na etapa de levantamento de dados, com o objetivo de apontar as bases do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira, denunciar o projeto da branquitude a partir do subproduto do racismo

intitulado colorismo, promover o fortalecimento das identidades raciais fundamentado na *amefricanidade* e nas práticas de resistências e insurgências, entre outras variáveis para serem analisadas, baseado no levantamento de dados científicos realizados durante a pesquisa de campo.

Também estão sendo analisados na presente pesquisa o aumento dos indicadores de pessoas se autodeclarando pretas e pardas no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2022. Sendo verificadas as correlações que as pessoas que responderam à pesquisa estabelecem para o aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas) nesse levantamento censitário.

Na aplicação do questionário foi proposta uma ferramenta que busca estimular reflexões internas, em uma tentativa de gerar um encontro com a memória das brincadeiras de criança, práticas de insurgência, sonhos, entre outros aspectos lúdicos e amenos. Esta abordagem foi realizada com o intuito de que esse momento para responder a pesquisa fosse também poético, fortalecedor e de inspiração, objetivando contribuir para a identificação das vivências positivas das negritudes.

Nesse sentido, a cantora Linniker de Barros Ferreira Carmo em uma entrevista realizada para o programa "Entrevista com Bial" reflete sobre essa vivência positiva da negritude a partir do "Baile do Carmo", ao descrever sobre a construção da sua identificação enquanto uma pessoa negra a partir de um encontro feliz, sendo possível se identificar como negra/e/o também pelas coisas boas e pelas potências da negritude, quando diz: "aprendi a me reconhecer enquanto uma pessoa preta por conta desse baile, e por conta dessa representação toda numa cidade do interior de São Paulo, isso é muito importante" (CARMO, 2024).

E Liniker continua a reflexão ressaltando o momento das mulheres negras da família se arrumarem com vestidos longos, trançando os cabelos para esse local de resistência, sem pautar a vivência negra exclusivamente pelo racismo, mas dando ênfase também nas potencialidades:

> o baile foi feito para que a comunidade preta da cidade tivesse um lugar de resistência de acontecer também dentro da nossa pluralidade, dessas diversidades. E eu cresci vendo minha mãe, minha tia, as amigas da minha mãe se arrumando para esse baile, e o dia que eu mais gostava era o baile de gala, que estava todo mundo com vestido bufante. Minha mãe e minha tia começavam a pensar o baile em janeiro, sendo que o baile é só em julho, então eu cresci com essa memória, assim o cheiro de laquê, minha mãe trançando o cabelo, minha tia arrumando o cabelo, aquela gritaiada. E eu e minha primas esperando elas chegarem de madrugada pra ouvir o que tinha acontecido no baile, e fora isso tinha uma relação da música especificamente (CAMPOS, 2024).

Ainda que ao responder o questionário gerasse também um encontro com as dores, ao refletirmos sobre o racismo e essa estruturação do colorismo como mais uma estratégia da branquitude, tanto nas vivências de pessoas pretas, quanto nas vivências de pessoas pardas, busquei trazer esse debate em uma perspectiva que trouxesse visibilidade para as potencialidades, com o objetivo de nos inspirarmos para as ações conjuntas, reconhecendo as diferenças e divergências e valorizando as semelhanças e convergências das negritudes.

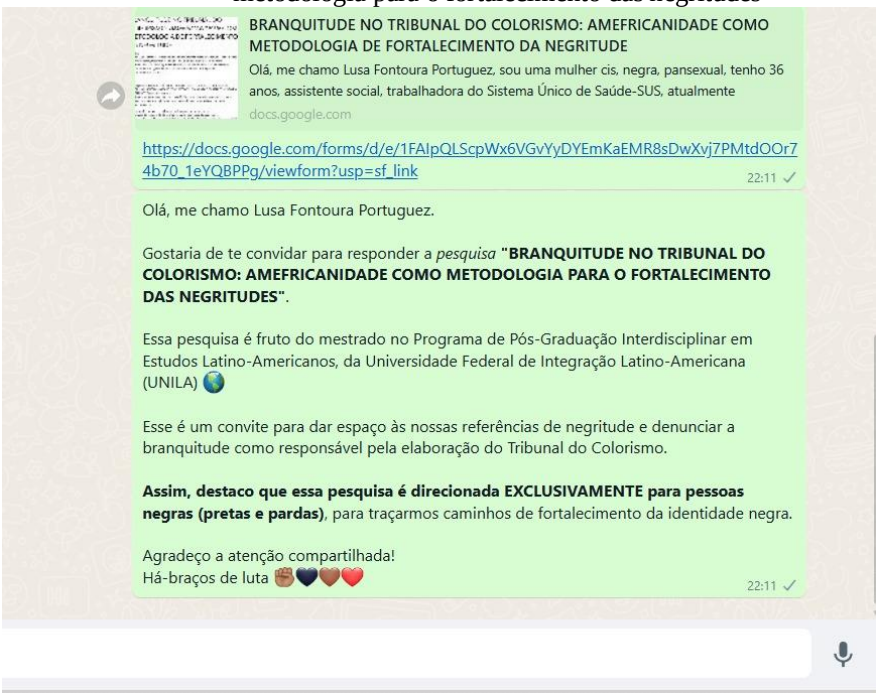
Sendo desafiador tocar nesse assunto espinhoso e doloroso para nós, pessoas negras, busquei trazer esse debate também em uma perspectiva que denunciasse a branquitude pela criação desse sistema racista e por se beneficiar dele, separando as pessoas negras, com o objetivo de nos distrair da verdadeira resistência e insurgência que devemos realizar em relação a branquitude.

Ao solicitar que as pessoas apresentassem exemplos de práticas de resistência e insurgência em uma pergunta apresentada no questionário virtual, buscou-se trazer visibilidade para a potencialidade de recursos internos de resistências e insurgências já existentes e vivenciadas por cada pessoa que respondeu a pesquisa. Importante valorizar os recursos internos como ferramentas importantes para a transformação da realidade.

Busquei que esse momento de reflexão para responder a pesquisa, também desempenhasse um papel de compartilhamento de informações. Contribuindo, ainda, para ampliar o acesso às citações de autoras/us/es negras/es/os, compartilhar informações científicas produzidas por pessoas negras, propondo um espaço para elaborar algumas questões, sendo um momento de fortalecimento para reconhecimento das diferenças e potencialidades das convergências negras na caminhada, entre outras possibilidades de resistências e insurgências.

Esta pesquisa foi respondida exclusivamente por pessoas negras (pretas e pardas), visando identificar as especificidades dessas vivências. A pesquisa foi apresentada para as pessoas a partir de contatos estabelecidos via conversas individuais presenciais, conversas virtuais individuais e/ou em grupos de whatsapps. Ao realizar o convite para participar da pesquisa, era enviado o link do questionário, acompanhado da seguinte mensagem:

Figura 19 - Convite para responder a pesquisa “Branquitude no Tribunal do Colorismo: Amefricanidade como metodologia para o fortalecimento das negritudes”



Fonte: (PORTUGUEZ, 2025)

Para buscar uma representatividade da realidade continental do país, estabeleci contato com pessoas de pelo menos dois estados de cada região do Brasil, solicitando apoio para divulgar a pesquisa para pessoas negras de sua rede, objetivando obter respostas das diversidades territoriais. Foram assegurados os direcionados dos questionários, solicitando a capilarização da divulgação para pessoas oriundas de Rondônia e Amazonas na região Norte, de Pernambuco e Bahia na região Nordeste, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste e Santa Catarina e Paraná, na região Sul.

Pondero que os questionários foram enviados para pessoas dos demais estados de diversas regiões do país, no entanto assegurei o contato de no mínimo dois estados por região do Brasil, com o objetivo de aplicar a técnica bola de neve, em que algumas pessoas são selecionadas para convidar novas pessoas para participar da pesquisa, com o intuito de ampliar o alcance da pesquisa.

O público dessa pesquisa foi muito heterogêneo, buscou-se abarcar diversidades em muitos âmbitos, tais como diversidades etária, das diversas regiões do Brasil, de gênero, de orientações afetivo-sexuais, de classe, de escolaridade, entre outras possibilidades que apresentassem as pluralidades das vivências negras.

As/Es/Os participantes da pesquisa foram contactadas/es/os através de mensagens, encontros presenciais, eventos de relevância para a comunidade negra e espaços em que fazem

parte das minhas escrevivências. Esses locais selecionados para divulgação presencial, foram escolhidos por fazerem parte das minhas vivências negras.

A referida pesquisa obteve a resposta de 71 pessoas. Inicialmente foi estabelecida uma aproximação com o campo de pesquisa para a definição da quantidade de participantes. Foi utilizada a técnica da saturação para definir o tamanho final do campo amostral, demarcando a proporção necessária para alcançar a representatividade do tema pesquisado. Tendo em vista a identificação da saturação a partir da repetição das temáticas apresentadas nas repostas e a presença de elementos necessários para a análise dos dados coletados, encerrou-se a inserção de novas respostas ao chegarmos nesse quantitativo citado acima.

A partir dos dados coletados essa pesquisa analisou como a categoria *amefricanidade* de Lélia Gonzalez apresenta um potencial metodológico para enfrentar o racismo, trilhando um caminho para positivar a negritude. Essa categoria apresenta um papel importante para o fortalecimento da identidade negra, colaborando para o aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas), contribuindo também para o aumento de pessoas na luta pela igualdade racial, a partir de políticas afirmativas e outras possibilidades de reparação histórica. Para tal finalidade, foram coletadas informações através do questionário virtual, para a produção de dados dessa pesquisa, que serão apresentados a seguir.

Em relação a identidade de gênero das pessoas que responderam à pesquisa foram inseridas as categorias “mulher cis”, “homem cis”, “travesti”, “mulher trans”, “homem trans” “trans não-binárie” e “outros”. Existem diversas variáveis que constituem a construção das identidades de gênero, inclusive a partir da autonomia dos corpos, costumes, educação, entre outros elementos que constroem as identidades de gênero.

Quando se trata da categoria gênero, é necessário compreender a diferença entre pessoas trans[16] e pessoas cis[17]. Cisgeneridade diz respeito às pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.

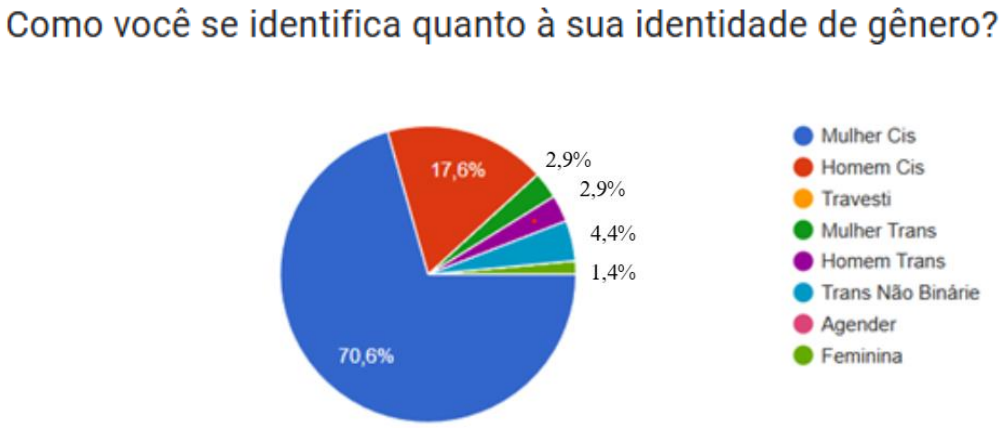
A Transgeneridade está relacionada às pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascimento, uma pessoa pode ter a identidade de gênero masculina, feminina, não binária ou ainda outras identidades de gêneros possíveis, independente do que foi atribuído ao nascimento pelo controle biologizante da medicina que fundamenta essas estruturas de controle dos corpos, a partir de dispositivos de gênero. Importante trazer à tona a perspectiva de diversos

[16] Trans é um termo guarda-chuva utilizado para descrever uma ampla gama de identidades – incluindo pessoas transexuais, travestis, transgêneras, pessoas que se identificam como terceiro gênero ou outros termos não binários.

[17] Cis se refere a uma abreviação do termo cisgeneridade.

gêneros, para além da perspectiva científica de feminino e masculino, dando visibilidade para a identidade de gênero enquanto uma construção social, e não um signo físico ou biológico. Sendo também uma construção científica.

Gráfico 5: Como você se identifica quanto a sua identidade de gênero?



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em relação à identidade de gênero 70,6% das pessoas que responderam essa questão se identificam como mulher cis, 17,6% como homem cis, 4,4% como Trans Não Binárie, 2,9% como mulher Trans e 2,9% como homem Trans. Necessário informar que uma pessoa inseriu a categoria “feminina”, trazendo a reflexão acerca do desconhecimento das categorias de identidade de gênero, tendo em vista a escassez desse debate no cotidiano da sociedade, ficando muitas vezes restrito a determinados locais.

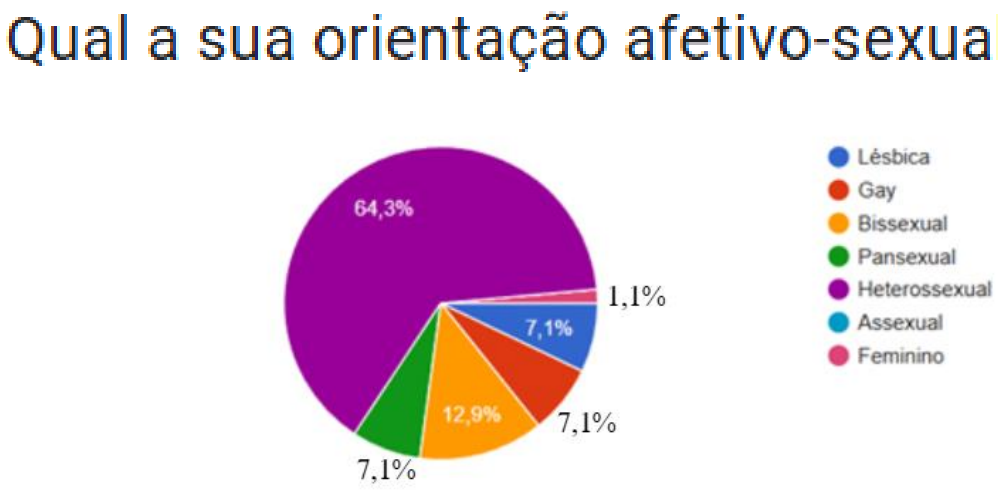
Outro aspecto importante é que seja diferenciada a identidade de gênero - que perpassa pela expressão de gênero - e a orientação afetivo-sexual, que se trata dos desejos afetivos e sexuais.

Em relação às orientações afetivo-sexuais foram colocadas nas questões para coleta de dados as categorias “lésbica”, “gay”, “bissexual”, “pansexual”, “heterossexual”, “assexual” e “outra”.

As pessoas lésbicas orientam sua atração para pessoas do gênero feminino (sejam mulheres cis, mulheres trans ou travestis); gays orientam sua atração para pessoas do gênero masculino (sejam homens cis, homens trans ou pessoas transmasculinas); a bissexualidade está relacionada à atração para o gênero masculino e feminino; a pansexualidade por sua vez é a orientação afetiva e/ou sexual para pessoas, sejam do gênero feminino, masculino, independente de serem cisgêneras, travestis, transexuais, trangêneras ou trans não-binárias,

buscando dar visibilidade para o direcionamento de afeto também para pessoas Trans; heterossexuais orientam sua atração para as pessoas de outro gênero (sejam pessoas cis ou trans de outro gênero); e pessoas assexuais apresentam pouca ou nenhuma atração sexual para outras pessoas.

Gráfico 6: “Qual a sua orientação afetivo-sexual?



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que tange as orientações afetivo-sexuais cerca de 64,3% se identificam enquanto heterossexuais, 12,9% informam serem bissexuais, 7,1% pansexuais, 7,1% se identificam como lésbicas e 7,1% gays. A categoria “outros” foi inserida nessa pergunta, haja vista a importância de visibilizar outras possibilidades de orientações afetivo-sexuais dissidentes, com nomenclaturas que podem não estar tão presentes no cotidiano, entretanto podem compor a diversidade sexual presente na humanidade. Nesse contexto, o “conceito da diversidade sexual é problematizado como uma categoria que engloba todas as sexualidades, incluindo a heterossexualidade. Entretanto dissidência sexual, evidencia o processo de hierarquização entre as sexualidades” (PORTUGUEZ, 2019, p. 14). Os Movimentos Negros ainda apresentam resistência ao debater as interseccionalidades entre raça, gênero e sexualidade, principalmente quando se trata do debate das dissidências sexuais.

Em relação à idade das pessoas que responderam a essa pesquisa, cerca de 31,4% das pessoas possuem entre 40 a 49 anos, 21,4% tem entre 30 e 39 anos, 20% entre 50 e 59 anos, 7,1% entre 60 e 69 anos e 4,3% acima de 70 anos, conforme descrito no gráfico abaixo:

Gráfico 7: “Qual a sua idade?

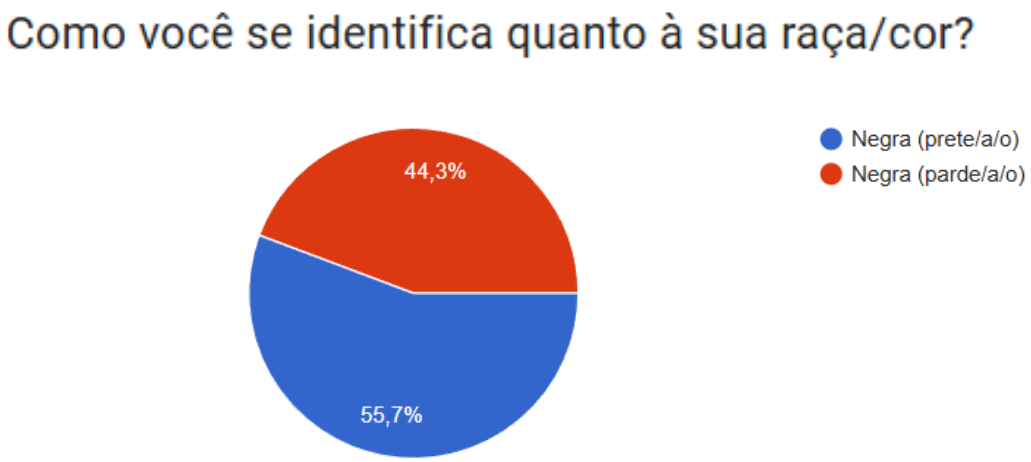


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em relação a identificação racial, essa pesquisa foi direcionada exclusivamente para pessoas que se autodeclaram negras (pretas ou pardas), com o objetivo de traçarmos caminhos de fortalecimento da identidade negra a partir do protagonismo das negritudes e da *amefricanidade*. Dessa forma, 55,7% se autodeclaram pretas e 44,3% informaram se identificarem enquanto pardas.

No questionário foram inseridas as opções “negra (prete/a/o)” e “negra (parde/a/o)”, com o objetivo de trazer visibilidade que as categorias “parda” e “preta” conformam o grupo de pessoas negras.

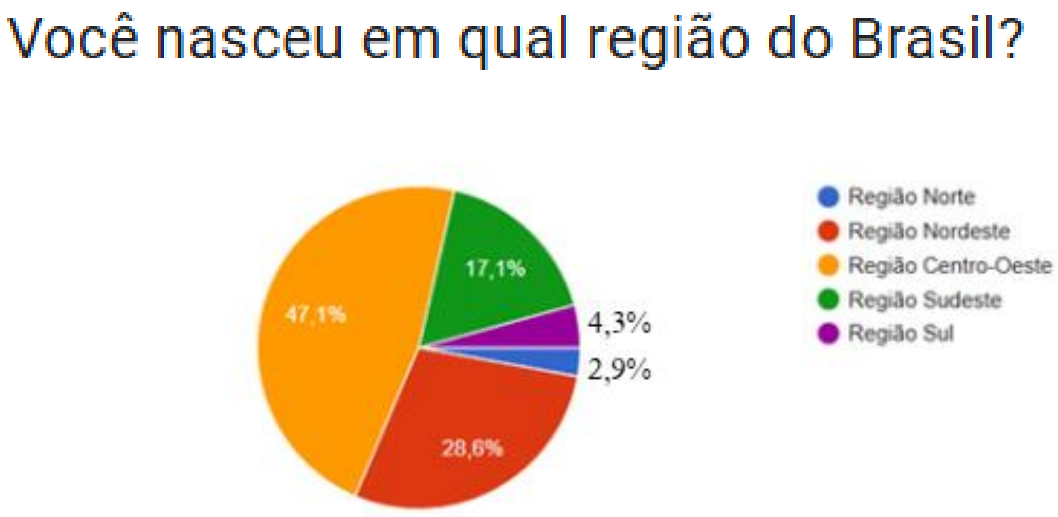
Gráfico 8: “Como você se identifica quanto à sua raça/cor?”



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em relação à representação regional, trazendo as perspectivas das vivências de cada uma das 05 regiões do país, cerca de 47,1% nasceram na região Centro-Oeste, 28,6% no Nordeste, 17,1% das pessoas que responderam nasceram no Sudeste, 4,3% são do Sul e 2,9% são do Norte.

Gráfico 9: “Você nasceu em qual região do Brasil?

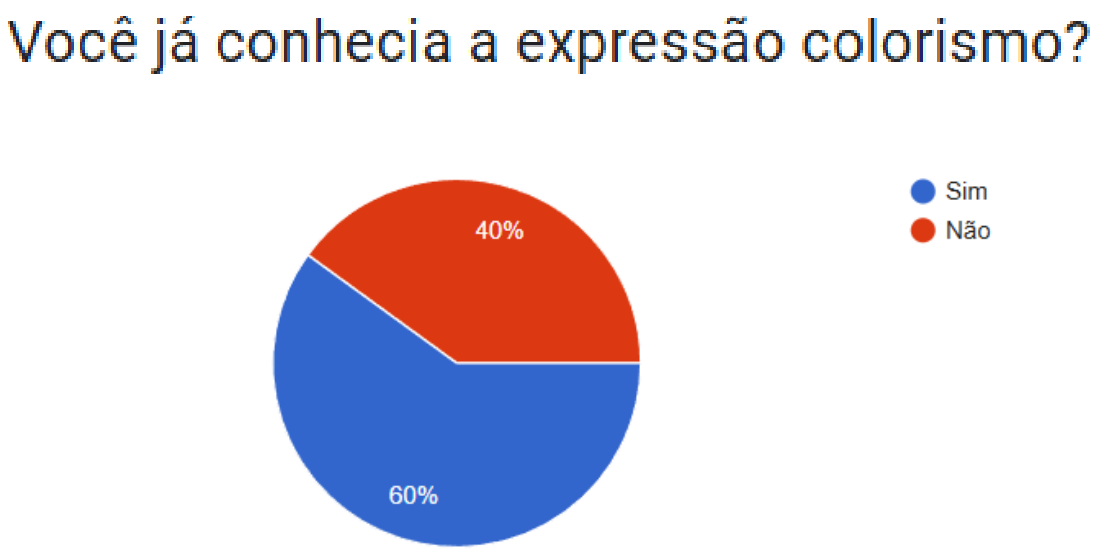


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que tange a religião e crença cerca de 29% das pessoas se declararam católicas, 20% sem religião, 13,8% mencionaram a umbanda, 12,3% afirmaram serem evangélicas, 10,8% informaram candomblé, 9,2% espíritas, 6,2% relataram serem agnósticas e 1,5% informa ser budista. Outras opções que representaram cerca de 1,5% também foram apresentadas, tais como, “práticas de meditação e autoconhecimento”, “doutrina do vale do amanhecer”, “omnista”, “não sei ao certo, em processo de conhecimento”, entre outras possibilidades.

Em relação ao colorismo cerca de 60% das pessoas conheciam a expressão colorismo e 40% desconheciam essa categoria. Durante as reflexões acerca desse conceito foram apresentadas algumas percepções sobre o colorismo:

Gráfico 10: “Você já conhecia a expressão colorismo?”



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Algumas falas destacam o impacto das estratégias utilizadas pela branquitude na desagregação, apontando o êxito dessa estrutura racista que foi fundamentada nessa perspectiva de gerar desunião, para distrair o povo negro (pretas/es/os e pardas/es/os) da luta contra a branquitude, fragilizando as estratégias de enfrentamento ao racismo e ao seu subproduto, intitulado colorismo. E por consequência enfraquecendo o fortalecimento das negritudes:

> Na minha visão é uma estratégia da **branquitude** para dividir e separar pessoas negras, mitigando suas lutas as **dividindo e separando.**
>
> Eu entendo que o colorismo **desagrega** à população negra e enfraquece nossas lutas coletivas.

Algumas pessoas negras refletem as contradições envolvidas nessa categoria colorismo, ponderando que esse termo pode demonstrar as diversidades dentro das negritudes, no entanto se sobressaem as vantagens oferecidas e/ou retiradas de um mesmo grupo de pessoas negras, criando uma hierarquização entre pessoas negras que possuam características mais próximas da referência branca europeia, para ter acesso a esses supostos “privilégios”. Conforme debatido anteriormente, salienta-se a diferença entre o privilégio, vivenciado pela branquitude, e as vantagens também oferecidas por esta para pessoas negras que se aproximem de suas características, com o intuito de dividir para conquistar, sendo importante

identificarmos essas estratégias e nos unirmos para desmantelar essas tentativas de fragmentação.

Essa reflexão me rememora o fato de tentarem diluir os povos africanos, utilizando a categoria negro para homogeneizar e produzir apagamentos. Entretanto os Movimentos Negros, passam a utilizar a expressão “negros” como um conceito que gera união das vivências para reivindicar direitos:

> Ao mesmo tempo que ele demonstra uma **diversidade dentro da negritude** na qual nós poderíamos nos apoiar e aprender umas com as outras, também percebo que essa diversidade de tons de pele mexe conosco pelas possíveis **vantagens e desvantagens** vividas a partir da pele mais clara ou mais preta. **Eu sinto necessidade de estudar sobre colorismo para fazer dele um conceito de união entre nosso povo**.
>
> Outro ponto importante é como o colorismo afeta a autoestima e a identidade das pessoas negras. Muitas vezes, nós acabamos internalizando padrões de beleza eurocêntricos e acreditando que esses traços mais próximos da branquitude têm mais valor. Isso é algo que precisa ser desconstruído, e a mídia tem um papel enorme aqui, promovendo narrativas que valorizem a **diversidade de tons de pele** e enalteçam a beleza negra em todas as suas formas. Também acredito que é importante não tratar o colorismo como uma divisão dentro da luta racial, mas **como parte do racismo que opera de maneira ainda mais complexa.** Enfrentá-lo significa entender essas nuances e agir para mudar as estruturas que perpetuam essas desigualdades. Isso passa por reforçar políticas públicas, trazer mais representatividade à mídia e garantir que **o debate não seja apenas acadêmico**, mas acessível e persuasivo para todos. Combater o colorismo é lutar por uma sociedade mais justa, onde raça, classe e gênero deixem de ser fatores que limitam o potencial e a liberdade das pessoas. Essa luta precisa ser coletiva e parte de uma transformação maior.
>
> Percebo em muitos espaços de militância que as pessoas negras têm abandonado o "negro" e afirmado o "preto" - no processo de diferenciação do negro-pardo, ou seja, do **apagamento da existência parda-negra**. Daí é comum ver pessoas negras-pardas dizendo que são pretas. Eu acho que estamos vivendo um momento delicado no processo de identificação e aceitação da **pluralidade negra**, entendendo que o racismo vai criar condições de subalternização e desumanização, sim, a partir da cor da pele, mas também a partir do território, do gênero, da classe, do acesso aos equipamentos públicos e privados, às condições melhores ou piores de condição de trabalho etc.
>
> Acredito que exista uma questão de fenótipo e uma questão de contexto, experiência social que faz com que me identifique enquanto negra. Hoje vemos o movimento de parditude e a questão do "negra de mais pra ser branca, branca de mais pra ser negra" que me incomoda bastante porque **apesar dos negres de pele clara sofrerem um outro processo de identificação** e algumas questões com a galera retinta **não é justo comparar o racismo dos brancos**.
>
> Por muito tempo se combateu a autodeclaração parda. Não tenho um conhecimento sólido, mas confesso simpatizar e até sentir certo conforto nessa nomenclatura, que parece deixar nítido **minhas raízes difusas**, **mas não deixa dúvida da minha consciência de sua existência.**
>
> Existem diferentes tons de negro. Mas infelizmente no Brasil essa **diferenciação** aconteceu em diversos aspectos, seja nos de quem cuidaria das crianças ou plantações a quem ficaria na casa grande e devido a miscigenação quanto mais clara

> a pessoa for, mais próxima a "pureza branca" estão. Logo, mesmo após a escravidão, as pessoas negras ainda são **diferenciadas** e vistas assim.
>
> Acredito que seja uma categoria contraditória, pois, ao mesmo tempo que se expressa como uma armadilha no processo que vai **contra a uma unidade negra**, também expressa uma condição real do **racismo** no qual as pessoas negras, em sua **pluralidade**, sofrem a partir de sua realidade fenotípica, em especial, da cor da pele. Nesse sentido, evidencia-se uma das **faces do racismo** ao desumanizar mais as pessoas que se aproximam mais do retinto ou são mais retintas.
>
> Acredito que **acaba afastando as pessoas negras**. Embora seja **importante a percepção de pessoas negras de pele clara que o racismo que passam é diferente das pessoas retinas.** Mas que **no final é tudo racismo mas atingem as pessoas de acordo com a cor de pele**.

Assim como o termo "negro" surgiu para diluir as identidades e estratégia de dominação e subjugar diversos povos do continente africano, o colorismo foi estruturado para engendrar um aprimoramento do racismo.

Esse sistema diz para as pessoas negras que quanto mais próximo estivermos da branquitude, que detém o poder de dar migalhas de vantagens, com uma suposta possibilidade de produzir tanto embranquecimento, que talvez nas próximas gerações fosse possível produzir famílias embranquecidas, dotadas de privilégios. Mas para que tal feito fosse concretizado as pessoas negras deveriam se afastar de todas as possibilidades de encontro com as negritudes, como traços, texturas de cabelos, práticas religiosas, altura da voz, velocidade dos movimentos, referências culturais, entre outros fundamentos que produza conexão com a ancestralidade negra.

Entretanto, mesmo após o sequestro do continente africano, diáspora africana produzida pelo trânsito forçado de pessoas negras, nós conseguimos ressignificar o termo "negro" como uma identidade racial e reivindicarmos direitos.

Ao identificarmos as tentativas de discriminação, a partir do racismo e seu subproduto colorismo, podemos prosseguir para o próximo passo, buscando construir fissuras para o desmantelamento desse sistema fundamentado no colorismo, construído para criar hierarquias, produzindo vantagens e desvantagens para um mesmo grupo de pessoas, no caso negras.

A branquitude constrói esse sistema baseado na hierarquia, com o objetivo de categorizar racialmente funções específicas, mas assegurando a permanência do lugar do negro, mantendo a subordinação, exploração e dominação (NASCIMENTO, 2020). As pessoas que responderam à pesquisa dão continuidade a alguns apontamentos em relação ao colorismo:

> É uma forma velada de praticar **racismo**, criando termos convenientes à raça branca.
>
> Para mim, o colorismo é uma manifestação direta do **racismo,** que reforça **hierarquias** dentro da própria comunidade negra e reflete estruturas coloniais que ainda operam hoje. **Ele privilegia** pessoas negras de pele mais clara, enquanto as de pele mais escura enfrentam formas mais intensas de discriminação e exclusão.
>
> Não à toa, as pessoas em situação de rua são pretas retintas e as vítimas da "guerra contra às drogas" também. A existência majoritária nos presídios e periferias é a negra mostrando que existe uma condição muito similar entre pretos e pardos, em comparação aos brancos - quem realmente goza dos privilégios raciais no Brasil. Esses são exemplos de fenômenos sociais que devem ser analisando com maior profundidade, nos ajudando a **compreender melhor como o racismo, e o seu subproduto, o colorismo, operam.** Pois o colorismo não pode ser apreendido isoladamente. A cor da pele e/ou fenótipo estão sempre em relação, portanto, se aproximar de um processo de entendimento das relações sociais raciais brasileiras é se atentar também as relações de gênero, classe social, capacitismo etc. O colorismo pode ser uma forma de mostrar que existem **maneiras distintas do racismo operar**, mas tem sido usado como uma forma de, muitas vezes, colocar as pessoas negras contra as pessoas negras, num movimento de hierarquizar sofrimentos.
>
> O colorismo é um fenômeno social que envolve a **discriminação** e a **valorização diferenciada de indivíduos** com base na tonalidade de sua pele, **mesmo dentro de um mesmo grupo étnico ou racial**. Essa prática, muitas vezes enraizada em contextos históricos e culturais, atribui características, oportunidades e até mesmo padrões de beleza de maneira desigual, favorecendo geralmente pessoas com pele mais clara em detrimento das com pele mais escura. Historicamente, o colorismo tem raízes em processos de colonização e escravidão, onde a **hierarquia** de cores foi construída para justificar a exploração e a opressão.
>
> O colorismo prejudica as populações negras como um todo. Gera conflitos e dificuldade de união, alianças. Pessoas negras de pele clara sofrem altos índices de **violência**, mas ainda tem sua **identidade e ancestralidade negadas**, o que **gera conflitos internos e externos**. Ainda assim, em muitos casos **reproduzem racismo** contra pessoas mais escuras e retintas, que sofrem com o racismo de forma mais explícita, agressiva e fatal; assim como com a falta de oportunidades em esferas que podem incluir pessoas de pele clara, mas excluem pessoas de pele escura.
>
> O colorismo reforça desigualdades, mas não elimina a experiência de racismo enfrentada por pessoas pardas.

Algumas pessoas que responderam à pesquisa apontam a possibilidade de compreender o colorismo como um lugar que tenta produzir tratamento diferenciado, pautado nas diversidades negras, no entanto assinalam a possibilidade de ao identificarmos essa tentativa de oferecer vantagens, denunciarmos a branquitude, e nós pessoas pardas olharmos para as trajetórias das pessoas pretas e construirmos formas de seguirmos juntas/es/os enfrentando esse sistema racista e fortalecendo as negritudes de acordo com as suas especificidades.

Pontuado, também, a importância de reconhecer o colorismo como parte do racismo sendo operado de maneira mais complexa, sendo questionada a perspectiva do colorismo como uma divisão da luta racial. Ressalta-se, a necessidade de entendermos as nuances, entre

o colorismo ser um subproduto do racismo, ou seja, uma ação da branquitude de tentar nos dividir, atacando nossas subjetividades com racismos distintos, entretanto será direcionado o racismo para todas as pessoas negras, no entanto de maneiras diferentes para tentar nos confundir.

O questionamento do colorismo não ser uma divisão da luta racial, se dá no sentido de que o colorismo é uma ação racista da branquitude, que tentará nos fragmentar, mas ela não é uma arma das negritudes, mas sim uma arma da branquitude. Em que precisamos aprender novas formas de defesa, tendo em vista a capacidade do colorismo adotar diversas roupagens.

Dessa forma, enquanto pessoas negras ao identificarmos essa tentativa de nos fragmentar, devemos denunciar a branquitude, para que ela vá para o banco dos réus e seja responsabilizada, por tentar oferecer migalhas causando conflitos internos e externos entre as pessoas negras. Necessário destacar que o colorismo produz diferenciação entre pessoas pretas e pardas, criando uma suposta dicotomia entre esses dois grupos. Mas também entre duas pessoas pretas, por exemplo, buscando qualquer detalhe fenotípico que aproxime da branquitude para diferenciar o racismo direcionado para cada uma dessas pessoas pretas. Ou realizando a diferenciação entre duas pessoas ditas pardas, produzindo conflitos constantemente entre as negritudes como estratégia de desmobilização, desgaste e para enfraquecimento da nossa luta.

Ao identificarmos essa estrutura de opressão, ao invés de cairmos na armadilha da fragmentação, podemos potencializar a nossa unidade, para traçarmos estratégias para transformação da realidade. Algumas pessoas refletem sobre as complexidades envolvidas no colorismo:

> O colorismo, **na minha percepção** enquanto mulher negra de pele clara, dificulta o reconhecimento da minha própria identidade, uma vez que pessoas pardas enfrentam o **racismo e a vulnerabilidade social** historicamente imposta às pessoas negras, todavia, por conta da maior passabilidade e outros fatores que, não deveriam, mas são vistos como **"privilégios"** de ter uma pele não retinta, muitas vezes acabamos tendo nossa identidade e ancestralidade contestadas e/ou invisibilizadas tanto por pessoas brancas quanto pretas.
>
> No meu caso, mesmo **sendo uma pessoa parda, eu vivo o racismo de várias formas**, porque, para a sociedade, eu ainda sou uma pessoa negra, e isso marca minha experiência. Pessoas pardas vivenciam o racismo por serem reconhecidas como pessoas negras em uma sociedade estruturada pelo racismo. Elas enfrentam discriminação no mercado de trabalho, no acesso a oportunidades e no tratamento diário, além de serem alvo de estereótipos e exclusão.
>
> Acredito ser um ponto importante de discussão, considerando a experiência dos negres em contexto de diásporas e as diversas experiências dos mesmes. Eu sou nascida e criada no interior do Pr, venho de uma família miscigenada e até os 20 anos **me considerava uma negra escura**, pela minha família miscigenada e por

> pertencer a um círculo social majoritariamente branco e também pelas muitas e muitas violências que sofria. Mas hoje **percebo** que tenho o tom de pele claro e entendo que existe uma **passabilidade** entre espaços da **branquitude**. Mas isso não me torna menos negra.
>
> Eu fiz uma escolha pessoal em não tocar nesse assunto. Acho que ele é **pertinente**, mas **não sinto que temos maturidade** o suficiente para falar sobre o tema **sem pessoalizar** e **sem apagar contextos de dor**. Do ponto de vista teórico, acho que temos que avançar. Do ponto de vista pessoal, não posso afirmar que eu tenha leituras o suficiente para dialogar sobre.
>
> Acredito que as discussões relacionadas ao colorismo **divide as opiniões** dentro do movimento negro. E o crescimento do "pardismo" pode representar a negação da negritude. Acho que o projeto do pardismo na sociedade brasileira pode representar o sólido projeto colonial de aproximar o povo brasileiro ao ideal europeu.
>
> **Havia mais escutado a palavra colorismo** do que conhecido o conceito, o significado e o uso da palavra.
>
> **Não conhecia** até então.

O colorismo é uma ideologia que constitui um processo social complexo, baseado na hierarquia racial fundamentada primordialmente na ideia de superioridade branca. O colorismo foi construído como uma arma indispensável para subjugação das pessoas que vivenciaram os processos de colonização e escravização.

As pessoas que se constituíram em um dado espaço geográfico, étnico e político, foram categorizados a partir do distanciamento ou proximidade das características fenotípicas e culturais com as/es/os colonizadoras/us/es brancas/es/os. O colonizador é a regra e a régua para definir os padrões ideais, o branco se coloca como parâmetro etnocêntrico. Ser branca/e/o é colocado como a norma, estando livre de qualquer parâmetro avaliativo do colorismo (DEVULSKY, 2021).

Conforme continua refletindo Alessandra Devulsky, a negritude por sua vez traz a perspectiva colonial de um espaço a ser invadido, é colocada como algo negativo, devendo ser expurgado para dar lugar ao que é considerado “civilizado”, com a tentativa de forjar uma suposta superioridade da Europa. A gradação racial enquanto um modelo de opressão é utilizado até os dias de hoje como estratégia de manutenção das pessoas negras de pele clara e escura apartadas umas das outras, fragmentando a luta coletiva de pessoas negras contra o racismo e a favor do fortalecimento das negritudes.

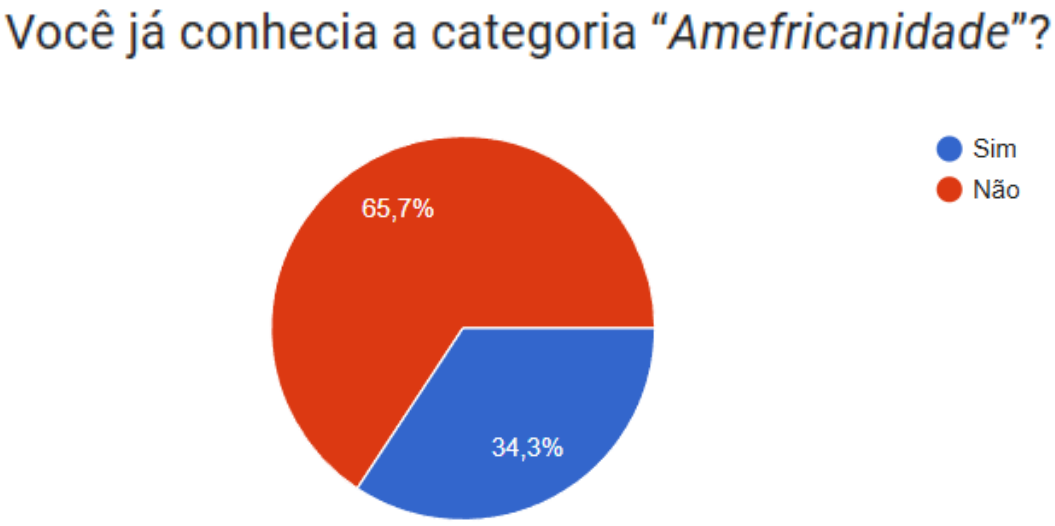
Necessário reconhecer as diferenças de tratamentos oferecidos para pessoas negras de pele clara ou escura, para traçarmos estratégias para desconstruir essa estrutura racista orquestrada pela branquitude. E ao mesmo tempo sinceridade para compreender a reprodução das violências racistas entre pessoas negras, visando romper com esse ciclo de violência.

No Brasil o colorismo constrói as linhas que dividem as relações étnico-raciais, determinada pela branquitude. Nesse contexto as pessoas negras de pele clara podem viver um trânsito social determinado pela branquitude a depender dos interesses do momento. No entanto essas fronteiras para as pessoas negras de pele escura são praticamente inamovíveis (DEVULSKY, 2021).

Nesse sentido, essa pesquisa buscou potencializar essa unidade negra, trazendo visibilidade também para essa unicidade produzida pela *amefricanidade*.

No que se refere ao conceito de *amefricanidade*, 34,3% das pessoas conheciam a categoria *amefricanidade* e 65,7% não tiveram proximidade com essa expressão. Essa pesquisa também teve o objetivo de colaborar com a divulgação desses conceitos, trazendo citações de Lélia Gonzalez, difundindo o legado de Lélia, para as pessoas que acessarem essa pesquisa.

Gráfico 11: "Você já conhecia a categoria "Amefricanidade"?"



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A *amefricanidade* foi refletida pelas pessoas que responderam à pesquisa como um caminho para a transformação da realidade:

> A *Amefricanidade*, para mim, é uma chave poderosa **para compreendermos e valorizarmos nossa identidade coletiva** enquanto **povos negros das Américas**. O conceito, trazido por Lélia Gonzalez, reforça como nossas vivências e histórias foram moldadas por uma unidade que **transcende fronteiras** nacionais, **conectando-nos a uma ancestralidade africana ressignificada neste continente**. Vejo a *Amefricanidade* como uma ferramenta para fortalecer a autoestima negra, criar pontes entre culturas e construir narrativas que rompam com as imposições

> coloniais. É um chamado para enxergarmos nossa singularidade e potência como herdeiras dessa rica história.
>
> Uma **necessidade política e epistemológica** de resgate, valorização e afirmação de nossas origens afro e diaspóricas.
>
> O conceito resgata a herança africana da diáspora negra e a conexão dela com suas raízes mas ressalta uma **identidade específica** das pessoas que nasceram no continente americano, que vivem processos de construção de identidade, auto percepção e ancestralidade em geral muito diferentes daquelas que nasceram no continente africano.
>
> Nesse exato momento, estou com a nova música do Baiana System na cabeça "*Améfrica, Latinoaméfrica*… a primavera chegou. *Améfrica, Latinoaméfrica*… quilombo, quilombola, quilombo, quilombola". Somos Latino-americanos-africanos do outro lado do mundo. **Complexos, cheios de identidades fragmentadas, mas como dito: potentes.**
>
> Me **lembrou o termo *afrolatinidade***.
>
> Na minha visão é uma **retomada de povos negros espalhados nas américas** de sua ancestralidade Africana.
>
> Li muito muito não recordo agora, mas **irei ler. Tenho interesse**.

Ao propor que a categoria *amefricanidade* resgate uma unidade específica, historicamente criada no interior de diferentes sociedades em uma determinada parte do mundo, Lélia Gonzalez valoriza o legado dos nossos antepassados. Para além desse reconhecimento, o valor metodológico dessa categoria *amefricanidade* produz a criação de um sistema etnográfico de referência, fundamentado em modelos africanos.

No decorrer da pesquisa foram apontados pelas pessoas que responderam à pesquisa a importância política, epistemológicas, cultural, social, conexão com as raízes, entre outros aspectos, como elementos presentes no conceito de *amefricanidade*. Trazendo vivências a partir dessa trama etnográfica, presente em diversas dimensões da vida.

Destaca-se o fato dessa categoria ser responsável por unir e criar uma nova vivência, após a fragmentação produzida pela diáspora africana, baseada no sequestro e trânsito forçado de pessoas negras do continente africano. Nesse sentido, foram identificados projetos de resistências e insurgências fundamentados nesse sistema etnográfico que ultrapassa fronteiras geográficas de estados ou regiões de um país, mas que estão emaranhados em uma referência marcada pela diáspora africana.

Cerca de 65,7% das pessoas responderam não terem tido acesso à expressão *amefricanidade*. No entanto, foi mencionado a importância dessa pesquisa oportunizar o acesso a informações produzidas no espaço acadêmico, fazendo menção à necessidade de

transpor os muros da universidade, tornando esse debate acessível a todas as pessoas. Foram sinalizadas, ainda, as complexidades envolvidas nessa construção identitária:

> Estou conhecendo agora essa expressão, **antes eu não sabia disto. Algo novo para que eu possa conhecer.**
>
> Li algo sobre resgatar quem somos, de onde viemos e o que posso fazer sobre resistir esse sistema segregatório. Nas américas **a busca da identidade racial é bem complexa.** Aqui na América do Sul e em toda a latina, ainda se influencia muito em relação aos negros norte-americanos como fonte de inspiração mas vejo que se pode pensar além do norte, mas voltado a origem no continente africano, onde as respostas sobre nós estão escancaradas.
>
> A "*amefricanidade*" é um conceito que se refere à identidade cultural e social dos africanos e afrodescendentes, enfatizando a **conexão entre a cultura africana e as experiências na América**. Esse termo busca reconhecer e valorizar as influências africanas nas culturas americanas, como a música, a dança, a religião e as tradições, ao mesmo tempo em que aborda as questões de opressão, resistência e identidade racial. Em essência, a ***amefricanidade* celebra a diversidade e a riqueza** das culturas afro-americanas, promovendo um entendimento mais profundo das suas raízes e impactos na sociedade contemporânea.
>
> É uma **proposta contra a hegemonia do modelo racista colonialista**. Além disso, trata da experiência de pessoas negras na diáspora contra as ideias de dominação racial impostas historicamente, no qual deram origem às desigualdades sociais no Brasil.

O conceito de *amefricanidade* evidencia a presença africana na construção histórica, política, cultural, econômica, entre outros marcadores, no continente americano. Conforme reflete uma das pessoas que responderam à pesquisa, a *amefricanidade* proporciona um melhor entendimento sobre as nossas raízes, colaborando para compreendermos nosso passado. Ao aprendermos com o nosso passado, podemos construir com sabedoria o presente e o futuro.

Foi ressaltado por outra pessoa que respondeu o questionário a importância da *amefricanidade* no contraponto à hegemonia desse modelo racista e colonialista. Essa perspectiva questiona as tentativas de fragmentação, propondo a noção de unidade que essa categoria constitui ao elaborar um sistema etnográfico de referência.

Os processos diaspóricos produziram essa fragmentação, entretanto a união se tornou necessária para lutar contra as ideias de dominação racial impostas historicamente, conforme reflexões citadas acima. A percepção de que condições de opressão entre pessoas negras de diversas tonalidades de assemelhavam, as realidades vivenciadas nesse território, entre outros elementos, constituem a unidade específica que a consolida o surgimento da *amefricanidade*.

Essa categoria criada por Lélia Gonzalez também está associada a valorização das diversidades e riquezas produzidas por pessoas negras nesses contextos adversos das

diásporas africanas. Sendo construídas estratégias de resistências e insurgências para lidar com as consequências do racismo e colonialismo, buscando fortalecer as identidades negras individuais e coletivas.

Considerando a “máxima de dividir para conquistar”, as pessoas informaram/denunciaram que a branquitude se beneficia da diferença de tratamento entre pessoas negras de pele escura e negras de pele clara, a partir de algumas tentativas de separação visando a dominação, tais como:

> Ao **criar divisões internas** dentro da comunidade negra, a **branquitude** enfraquece a possibilidade de resistência coletiva.
>
> Essa divisão gera competições internas e, muitas vezes, **desloca o foco do verdadeiro problema: o sistema racista que privilegia os brancos e mantém as desigualdades raciais.** Além disso, ao dar pequenos privilégios para pessoas negras de pele mais clara, a branquitude reforça a ideia de que o "ideal" é se aproximar dos padrões brancos, perpetuando valores eurocêntricos de beleza, comportamento e status. Isso desvia a atenção das estruturas de poder que realmente precisam ser questionadas e combatidas, mantendo as **pessoas negras ocupadas com disputas internas** enquanto o racismo estrutural permanece intacto. Essa dinâmica é uma ferramenta poderosa para preservar os privilégios raciais da branquitude.
>
> Separando o povo negro, causando a **falsa impressão de que pessoas negras de pele escura e negras de pele clara tem lutas diferentes**, criando grupos separados onde separados são mais fracos para conquistar direitos.
>
> A branquitude se beneficia da diferença de tratamento entre pessoas negras de pele escura e de pele clara ao reforçar a lógica de hierarquização racial. **Esse sistema cria uma falsa sensação de proximidade ao poder para pessoas negras de pele clara**, enquanto **mantém pessoas negras de pele escura mais distantes de oportunidades e direitos**. Essa dinâmica fragmenta a unidade coletiva, dificultando a mobilização conjunta contra as estruturas de opressão racial. Além disso, ao tratar pessoas negras de pele clara com menor hostilidade, a **branquitude estabelece um modelo de aceitação condicional**, no qual o reconhecimento está atrelado à proximidade dos padrões de aparência e comportamento definidos pelo ideal branco. Essa estratégia não apenas legitima a exclusão de pessoas negras de pele escura, mas também reforça estereótipos que as colocam em posições de maior vulnerabilidade social e econômica. Mesmo nos raros casos em que pessoas negras de pele escura são incluídas, há uma exigência implícita de que possuam traços considerados mais finos ou próximos ao padrão eurocêntrico, o que evidencia como o racismo opera de maneira seletiva para perpetuar a supremacia branca.
>
> A **branquitude na verdade "se uniu para conquistar"**, e após isso, os brancos que se separaram para subjugar.
>
> No fundo, essa diferença de tratamento serve para **manter os padrões brancos como modelo de beleza, sucesso e valor**. Outro ponto é que, **ao dar certas "oportunidades" para pessoas negras de pele clara, a sociedade pode dizer que está sendo inclusiva**, mas, na prática, continua excluindo pessoas negras de pele escura e escondendo o racismo estrutural. Isso acontece em áreas como trabalho, mídia e até na política, onde muitas vezes só vemos representatividade parcial. Essa divisão é **uma forma de a branquitude manter o controle e garantir que as estruturas de poder não mudem.** Enquanto isso, as pessoas negras acabam sendo colocadas umas contra as outras, perdendo força na luta por igualdade. Para mudar

> isso, é importante reconhecer essas divisões e **trabalhar para que todos estejam unidos contra o racismo, sem deixar ninguém para trás.**
>
> Como a discriminação racial, **o racismo forma nossas subjetividades**, nos **traumatiza**, cresci não vendo nenhuma vantagem em ser parda. Nenhuma. Então a não identificação de ser parda (negra) era a realidade. Fugir da negritude. **Negar, apagar tudo que dizia que eu era parda.** Sonhar com uma plástica no nariz para parecer branca. E claro, se eu não me tornei parda, a questão da negritude não era comigo, não me dizia respeito como mulher e não enxergava o racismo, era naturalizado a discriminação (a ideia que infelizmente nasci meio preta). Então, construir minha identidade e saber que é politicamente uma questão de cidadania se posicionar sobre o racismo e colaborar para construir uma sociedade antirracista.
>
> A **branquitude** sempre **se beneficia com a ideia da diversidade quando inclui em alguns espaços relevantes apenas pessoas pardas**, pois "são mais bem aceitas". E quando pessoas lidas como pardas aceitam o oportunismo dos brancos e não prosseguem na luta contra o racismo, após terem destaque em alguma área visivelmente relevante.
>
> **Trazendo as negras de pele clara para perto da branquitude, fazendo-as crer pertencentes** - mas obviamente sem serem tratadas como pertencentes de fato, elas ajudam a **subalternizar ainda mais as pessoas negras de pele mais escura e se embranquecem cada vez mais**, buscando essa aceitação total que nunca chega, chega às migalhas e pedaços.
>
> Penso que ela se beneficia de uma necessidade humana que temos de nos sentir pertencentes a um grupo no sentido em que consegue **manter alguns de nós do seu lado** em alguns momentos, **quando lhe convém, mesmo que em outros possa nos excluir alegando que somos diferentes e assim menos humanos**.
>
> Essa máxima é realmente valiosa. Infelizmente facilita a continuidade do opressor. A **branquitude segue intocada**, ou mesmo que obrigada a compartilhar alguns espaços, quase nunca é apontada de forma objetiva como problema ou responsabilizada para pensar estratégias e soluções.

Diversas pessoas apontaram que a branquitude tenta fragilizar a união das pessoas negras, refletindo a importância de denunciarmos a branquitude, que segue intocada. Balizaram que a branquitude se uniu para a dominação, criando uma unidade entre as pessoas brancas. Entretanto, separou o povo negro, produzindo uma falsa sensação de poder para pessoas negras não retintas, com o objetivo de fragilizar a mobilização para uma luta coletiva contra a supremacia branca.

As reflexões também sinalizam questões muito profundas conforme apontamentos realizados nas respostas a seguir:

> Essa pergunta me fez refletir, nunca tinha questionado isso. Acredito que seja pra influenciar e acabar tendo mais poder. Colocam uma ideia de que pessoas negras de pele clara têm uma pequena porção dos benefícios dos brancos e **enfraquecem a união entre pessoas negras.**
>
> A branquitude se beneficia quando não há a unidade entre os povos melaninados porque fica difícil de nós construímos estratégias de combate a esse inimigo comum enquanto a gente está se **digladiando entre nós**.

> O tratamento na sociedade é um **pacto silencioso** que funciona **de acordo com a escala de cores de pele.**
>
> Para a **branquitude** não tem distinção de pele mais escura ou mais clara, eles **têm mais privilégio que nenhum outro Negro tem**.
>
> A branquitude se conserva em posições de poder e privilégios devido à forma como a sociedade se estrutura. **É conveniente para eles que pessoas negras se mantenham em discordância sobre o próprio conceito de negritude**, uma vez que unidos e fortalecidos contra a hierarquização da sociedade com base em um recorte de raça/cor, essas estruturas se abalariam devido às fragilidades que as embasam.
>
> **Construindo espaços ditos especiais que não possuem a menor segurança ou dignidade,** pelo simples prazer de, hoje, após as ações afirmativas, dizerem que estão aplicando políticas de equidade, mas estão apenas causando distúrbios em nossas comunidades. Construindo os entraves do **preto único/da preta única, sobrecarregando todo o nosso sistema corporal e mental.**
>
> A branquitude historicamente se beneficiou da divisão de pessoas negras com diferentes tons de pele. Incentivada pelos sistemas de escravidão e segregação racial, isto serve para **manter a supremacia branca predominante**, privilegiando os de pele mais clara em detrimento das pessoas negras com pele mais escura, bem como justificam os sistemas de opressão e marginalização.
>
> Muitas **pessoas negras negam sua identidade**, entram em conflitos com seu povo e **fazem o trabalho que os brancos não querem fazer para continuar exterminando pessoas negras**. Pessoas brancas tem, dessa forma, mais facilidade para continuar atacando pessoas negras.

Foi apontado, ainda, a dificuldade de construirmos estratégias de combate a esse inimigo comum, tendo em vista o êxito da branquitude em nos dividir e gerar conflito entre os nossos, fazendo menção às/ès/aos gladidoras/us/es, que eram pessoas que ocupavam a posição mais baixa na hierarquia da sociedade romana, colocadas em uma arena para brigarem entre si até a morte, gerando entretenimento para a elite romana. Posteriormente foram construídos anfiteatros maiores, com o intuito de ser exibido para todas as classes presentes no império romano, vendendo a ideia de entretenimento fundamentado na violência entre pares. Essa prática ficou conhecida como política de “pão e circo”, por distribuir alimento e realizar espetáculos públicos.

Nesse sentido, devemos refletir se não estamos nos digladiando entre nós, produzindo um espetáculo para a branquitude e nos distraindo do verdadeiro foco de mobilização para mudar as estruturas de poder, conforme sinalizado uma das pessoas que respondeu a pesquisa, chamando a atenção para a importância de construirmos estratégias coletivas, sem deixar ninguém para trás e fortalecendo as negritudes e nossos sistema corporais, mentais e sociais.

Em relação as nomenclaturas para descrever as pessoas negras de pele clara cerca de 31,9% se identificaram mais com a categoria “parda”, 23,2% com “negra não retinta”, 20%

das pessoas que responderam à pesquisa descrevem se identificar com “negra de pele clara”, 15,9% com a expressão “negra-parda” e 2, 9% das pessoas com a expressão “negra”. Ainda não foi possível identificar outras palavras que possam descrever essa identidade racial a contento. Entretanto essas expressões são utilizadas para descrever as diversidades presentes nas vivências negras.

Em relação a pergunta “Você sugere alguma(s) nomenclatura(s) que possa(m) descrever as pessoas negras de pele clara?”, as pessoas mencionaram:

> Depende, **negra de pele clara** ou **pessoa não branca**.
>
> Claro que não, **não se identifica o negro pelo tom da pele somente**. É muito mais que isso.
>
> Acho que **parda** já é um termo que descreve bem as **pessoas que não são retinas**.
>
> Hoje uso **pardo**. Entendo que há dilemas, mas **não saberia sugerir outra proposta**.
>
> **Não faço diferenciações assim**, sou preto, quando vou falar de outras pessoas negras **digo apenas se são mais escuras ou mais claras que eu em tom, se for necessário especificar**. Acho todas as nomenclaturas estranhas. **Retinto acho estranhíssimo**, como se tivesse repintado, colocado mais tinta, eu não gostaria de ser chamado assim.
>
> Não, acredito que **negro seja lá de pele clara ou não**.
>
> **Afrodescendente** ou ***amefricana***.
>
> **Negro mais claro**.
>
> Não, **negro é negro**!

As falas acima trazem reflexões sobre a escassez de palavras que contemplem as diversidades entre pessoas negras. Sendo apontado por algumas pessoas a palavra “pardo” para descrever pessoas negras de pele clara, na ausência de outras nomenclaturas que possibilitem uma melhor descrição. Questiona-se o quanto a palavra “retinto” pode não dialogar com as vivências de pessoas negras.

São refletidas, ainda, as perspectivas que estabelecem diálogos pelas tonalidades da pele, em que as próprias pessoas são as referências para a definição. Ao trazer a noção “não-branca”, o marcador se pauta pela branquitude, destacando a ausência desta. É ponderado também as categorias “afrodescendente” ou “*amefricana*”, trazendo a perspectiva da descendência africana e da unidade produzida pela categoria *Améfrica*, que se baseia em aspectos etnográficos de referências. Por fim, sinaliza-se a perspectiva de que “negro” seria suficiente para descrever as negritudes. As noções sobre esse lugar da diversidade das

negritudes inúmeras vezes está permeada pelas ausências, dificultando o fortalecimento das negritudes.

Na perspectiva de fortalecimento das negritudes a partir da ancestralidade relacionada às práticas de resistências e insurgências, cerca de 57,1% responderam que as vivências de terreiro são práticas de fortalecimento da identidade negra, 21,4% apontaram terem tido contato com os afoxés e 17,1% fizeram referência às irmandades enquanto uma ação de resistência e insurgência.

A irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte é um exemplo de tradição cultural afro religiosa, que une fundamentos de matrizes africanas e elementos do cristianismo católico. Essa prática é um símbolo de resistência contra a opressão colonial e sistema escravista. Evidencia, ainda, o poder e emancipação de mulheres negras, haja vista ser formado exclusivamente por mulheres do candomblé há cerca de 203 anos na cidade de Cachoeira, localizada na Bahia (RÉGIS, 2024).

Figura 20: Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, em Cahoeira-BA.



Fonte: (SOUZA, 2023)

Outro símbolo de resistência que foi sugerido no questionário da pesquisa que contribui para o fortalecimento das negritudes é o Ballroom. A trajetória de construção da cultura Ballroom demonstrou a necessidade de somar a perspectiva racial, para além das questões que já estavam colocadas no que tange a identidade de gênero, sexualidade e classe, nesse espaço tão potente de insurgência.

A cultura Ballroom é um símbolo de resistência, celebração e acolhimento, que enaltece pessoas negras e latinas da comunidade LGBTQIAPN+. A partir da arte fundamentada na performance, movimentos dos corpos reproduzindo poses de capas de revistas e hieróglifos egípcios, por exemplo, as pessoas resistem como uma maneira de demonstrar que esses corpos possuem seu valor (LOURENÇO, 2021, p. 1).

Inicialmente a cultura ballroom não contemplava as questões de raça, utilizando uma lente racista da segregação. Ao identificarem que somente pessoas brancas ganhavam as competições, algumas pessoas negras questionavam e chegavam a branquear o rosto com maquiagem. Entretanto, essa indignação adota novas estratégias para o enfrentamento do racismo e o Ballroom toma uma nova proporção, desenvolvendo uma estrutura de fortalecimento das negritudes:

> Tudo muda com o surgimento e a indignação de **Crystal Labeija**, uma **mulher trans e negra**, que performa em Balls e escancara o racismo questionando as premiações sempre brancas. (...) Em 1972, junto de Lottie LaBeija, outra drag queen negra, Crystal promove **o primeiro Ball somente para pessoas negras e latinas:** Este o **evento pioneiro** que desencadeou todo o sistema da **cultura Ballroom** como conhecemos hoje (LOURENÇO, 2021, p. 01).[18]

Para além dessa mudança, Crystal destaca a necessidade de ressignificar não a estrutura familiar, mas o conceito de família. A partir dessa perspectiva constrói-se a lógica das casas - conhecidas como *houses* - compostas por uma estrutura familiar, que ultrapassa as perspectivas consanguíneas, trazendo outros laços de acolhimento e apoio nas vivencias e batalhas. Nesse contexto, Crystal constrói a primeira *house* da cultura Ballroom, o lar "*House of Labeija*", dando início a essa estrutura revolucionária de *house*, não somente como indicativo de casa, mas também de contexto familiar e de lar (LOURENÇO, 2021).

Dialogando com os dados da pesquisa, cerca de 12,9% das pessoas que responderam o questionário citaram o Ballroom como práticas de resistências e insurgências. Cerca de 52,9% sinalizaram a capoeira, 68,6% mencionaram a roda de samba, 58,6% trouxeram o samba de roda, 17,1% apontam o carimbó como ações de fortalecimento das identidades negras.

Algumas outras práticas de resistência e insurgência também apresentaram respostas expressivas como bumba meu boi (40%), maracatu (27,1%), tambor de crioula (25,7%), jongo (14,3%) e congada (14,3%), evidenciando a importância do papel das manifestações político-culturais da cultura afro-brasileira na resistência e valorização das negritudes.

Mais de 67% das pessoas responderam identificarem a culinária como uma prática de resistência e insurgência. E 54,3% apontaram os espaços de feiras pretas como locais de fortalecimento das identidades negras.

Em relação ao quilombo 25,7% das pessoas responderam terem vivenciado esse território como um espaço de resistência e insurgência. Nesse sentido, a historiadora e poeta

[18] Grifo do autor.

Beatriz Nascimento reflete a importância dos quilombos enquanto processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida:

> A importância dos "quilombos" para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo (NASCIMENTO, 2021, p. 104).

Beatriz Nascimento questiona o apagamento do passado e das ancestralidades, que desempenham um papel fundamental na afirmação racial e cultural dos povos negros. É necessário conhecermos o nosso passado, para entendermos o nosso presente e trilharmos o nosso futuro:

> Esse é um lapso que se coloca no conhecimento dos brasileiros acerca do seu passado, é uma incógnita na história do Brasil. Ninguém conseguiu ainda esclarecer esse hiato histórico que vem a provocar uma ruptura dos negros com o seu passado, agravando o desconhecimento da sua condição hodierna (NASCIMENTO, 2021, p. 117).

Durante o processo de coleta de dados foram apresentadas opções intituladas como práticas de resistências e insurgências, para exemplificar algumas alternativas. E foi inserida a opção "outras", com o objetivo de que as opções citadas inspirassem as pessoas a rememorarem práticas vivenciadas e pudessem compartilhar as suas vivências.

Então para além das opções sugeridas como práticas de resistências e insurgências na pergunta "Quais dessas práticas de resistências e insurgências para fortalecimento da identidade negra você já vivenciou?", foram sugeridas por parte das pessoas que responderam o questionário outras práticas, tais como: "ciranda", "cavalo marinho", "coco de roda", "samba reggae", "roça", "casa cheia", "porta de casa", "contação de história", "tocar pandeiro e cavaquinho", "fazer dreads e tranças nos outros" e "leituras afrocentradas".

Essa pesquisa nos convida a refletir sobre as metodologias possíveis, trazendo sugestões práticas, apresentando alguns exemplos para nos inspirarmos para a construção de projetos de resistências e insurgências, fundamentados nas vivências *Amefricanas* para o fortalecimento das pessoas negras. Quando questionadas explicitamente sobre outras propostas de metodologias possíveis na pergunta "Você conhece outros exemplos de resistências e insurgências negras?", as pessoas ampliaram as respostas, sugerindo:

> **Ocupações** para retomada territoriais, **protestos** e **marcha de mulheres negras**, **indígenas** e **agricultoras camponesas**.

O **cinema**, a **literatura na escola**.

No Distrito Federal, o **Instituto Maria do Barro**, em Planaltina, fortalece a ancestralidade e a autonomia de mulheres negras por meio da cerâmica, conectando-as às suas raízes culturais.

Blocos como o **Ilê Aiyê**, **Olodum** e **Filhos de Gandhy** são exemplos de resistência cultural.

Conheci há pouco tempo um **projeto chamado Retratistas do Morro** que reúne imagens pertencentes à história recente da fotografia brasileira produzidas pelos **fotógrafos João Mendes** e **Afonso Pimenta**, que trabalham, desde o fim da década de 1960, registrando o cotidiano dos moradores da comunidade do Aglomerado da Serra, segunda maior favela do país, localizada na cidade de Belo Horizonte.

Coletivo **Ilú Obá De Min**, em São Paulo, que utiliza a arte e a música para celebrar a cultura afro-brasileira e empoderar mulheres negras.

O **coletivo Afrobixas** do Distrito Federal que foi um coletivo de resistência negra e LGBTQIAPN+.

O **coletivo Capoeira para Todes** onde junto da **capoeirista Puma Camillê** traz um grande trabalho de resistência.

Valido muito o **aquilombando** através das **relações afetivas**, **conscientização da irmandade negra**.

Atualmente me dedico a fortalecer a ideia de **quilombos urbanos** como pontos de cultura.

AQUILOMBA MACONHA - Movimento de **desobediência civil pacífica pró Canábis.**

Sendo preto, **viver já é insurgência** suficiente. Quando eu digo viver, eu digo viver mesmo, não apenas suportar dia após dia as violências que são atiradas contra nós.

Ayomide Odara - **Projeto**; **Feira Preta**; **Tapuiada** (Paracatu MG); **Sociedade Operária Paracatuense**.

Sim, as **benzedeiras**, as **crochezeiras**.

Ao realizar uma pergunta específica para tratar dessas práticas de resistências e insurgências, após a apresentação de alguns exemplos, foram apresentadas diversas práticas, sendo estabelecido um espaço maior para aprofundar as reflexões, buscando oportunizar essas reflexões por parte de cada pessoa que estivesse respondendo o questionário, promovendo um reencontro com essas práticas e uma possibilidade de conhecermos novos projetos fundamentos nas negritudes.

Essa é uma busca para dar espaço às nossas referências de negritudes, rompendo com as referências exclusivamente brancas privilegiadas na nossa sociedade, resgatando, assim, nossas histórias e recriando nossas potências negras.

Com o intuito de ampliarmos nossos repertórios, foram sugeridas as seguintes referências para contribuir no fortalecimento das identidades negras:

> Para fortalecer as identidades negras, destaco **referências ligadas ao Pan-africanismo**, que têm sido fundamentais na luta pela unidade e emancipação de pessoas negras globalmente. Nomes como **Kwame Nkrumah**, que **liderou a independência de Gana** e promoveu a **ideia de uma África unida**, e **Marcus Garvey**, com seu movimento **"Back to Africa"**, são indispensáveis. **Frantz Fanon**, com sua análise sobre o colonialismo em **"Pele Negra, Máscaras Brancas"**, também é essencial. No Brasil, **Abdias do Nascimento** e seus esforços pela **valorização da cultura afro-brasileira** conectam-se a esse **espírito pan-africanista**.
>
> Vou começar com as **mulheres da nossa comunidade**, as minhas maiores referências e inspirações de fortalecimento das identidades negras, e abranjo para **Conceição Evaristo** uma escritora negra latina que traz suas vivências com muita sensibilidade e força, **Bell Hooks** divona, **Elza Soares** um exemplo incrível de força e uma absurda resiliência, **Lélia Gonzalez**, **Sueli Carneiro**, **Thanisia Cruz**, **Wemmia Anita**, **Aline Dandara**, **Dona Ivone Lara**, **Zeze Motta**, **Lia de Itamaracá** entre outras referências.
>
> Alguns nomes são: o assistente social e pesquisador **Kayodê da Silva Silvério**, a assistente social e pesquisadora **Lusa Fontoura Portuguez**, a professora doutora **Jaqueline Gomes de Jesus**, o pesquisador **Bruno Santana**, a deputada **Erika Hilton**, a vereadora **Amanda Paschoal**, o vereador e fundador do **Movimento VAT - Vida Além do Trabalho Rick Azevedo**, a cantora **Monna Brutal**. E humildemente **sou uma autorreferência** e acredito que possa ser para outros também.
>
> A **formação de coletivos, especialmente de mulheres**, é essencial para o desenvolvimento de projetos que **promovem capacitação profissional**, **rodas de conversa** e outras **ações formativas** e **educacionais**. Além disso, o **trabalho em coletivo** possibilita **trocas de saberes** e **experiências**, **criando espaços de acolhimento** que **fortalecem vínculos** e **contribuem para a formação** e o **empoderamento de novas gerações**.
>
> Gosto sempre de sugerir as **vivências de pessoas do meio de nossas convivências** como o **meio mais potente para construção e manutenção do fortalecimento da nossa negritude**. **Utilizando da linguagem simples** no intuito de **acessar as realidades** e trazendo clareza de maneira real.
>
> Recentemente conheci mulheres negras que mercam, mulheres potentes, mas que precisam de mais oportunidades, como a **Lorena Moraes** da **Estilo da Preta** que é pioneira em Brasília com a **colorimetria específica para a pele negra**.
>
> Eu tive uma professora na graduação que me marcou (e me marca!) muito. Ela se chama **Zelma Madeira**. Hoje, ela continua na docência (ainda bem!) e é **Secretária Estadual de Igualdade Racial do Ceará**.
>
> Na área da garantia da **segurança alimentar e nutricional** gosto muito da **Fran Paula**. O **Nêgo Bispo** tmb é maravilhoso! **Renísia Garcia Nelson Inocêncio** São muitos que admiro...
>
> **Colunas memorial de Mulheres Negras** do **Jornal A União Paraíba** 2024 e 2025.
>
> **Patrícia Collins**, **Angela Davis**, **Sueli Carneiro**, **Cida Bento**, **Beatriz Nascimento**, **Conceição Evaristo**.

> **Tatiane Cerqueira** o livro a **A Bahia não sai de mim: racismo e xenofobia no sul do Brasil**.
>
> **Literatura infanto-juvenil** com **personagens negras** com **histórias de poder e vitórias**.
>
> **Alessandra Ramas Makkeda**, **Keila Simpson**, **Guilherme Silva de Almeida**, **Tiely Santos**.
>
> **Moda** é uma forma de criar umas dessas referências.
>
> **Cristiane Sobral**, **MV Bill**, **Eliane Dias**.
>
> **Instituto e Universidade Afrolatinas**.
>
> **Renata Coutinho** - médica sanitarista.
>
> **Itamar Vieira Junior**.
>
> **São Braz** – Bahia

Nessa questão foram apontadas diversas pessoas, ativistas, escritoras/us/es, cantoras/us/es, também foram mencionadas algumas profissões, instituições, organizações, posturas, obras literárias, colunas de jornal, entre outras possibilidades.

Muito importante refletirmos sobre as referências que contribuem para o fortalecimento das identidades negras. Destaca-se a fala de uma das pessoas que responderam à pesquisa ao enfatizar que devemos identificar a potência das pessoas que fazem parte do nosso convívio, enquanto referências para a construção e manutenção do fortalecimento das nossas negritudes.

Ressalto, ainda, a fala que pondera a autorreferência como um trajeto para a construção da caminhada. Diversas vezes temos que ser nossas próprias referências, sendo um desafio fortalecer a nossa autoestima, para reconhecer o nosso valor e potência, enquanto pessoas negras. Essa fala é muito potente e inspiradora.

O direito a sonhar é um outro aspecto que considero muito importante, haja vista que muitas vezes a vida é tão dura, que por vezes essa dimensão da vida nos é retirada. Então considerei relevante realizar uma pergunta sobre o campo dos sonhos, para darmos vazão aos nossos sentimentos que muitas vezes são atropelados no turbilhão da vida. Conforme reflete Lélia Gonzalez:

> é justamente a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado "inferior". A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista (GONZALEZ, 1988, 74).

O conceito de *amefricanidade* como perspectiva metodológica, possibilita a construção dessa unidade específica das comunidades negras, que se formaram nesse território, conforme debatido extensamente no curso deste trabalho. A elaboração desse conceito reconhece inevitavelmente que a experiência *amefricana* se diferencia da vivência de pessoas africanas que permaneceram em seu próprio continente.

No que tange o aspecto histórico e cultural foram elaboradas estratégias de sobrevivência, resistências e insurgências. Espraiando para além das durezas impostas, manifestando desenvolvimento, tecnologias sociais, elaboração de caminhos que vão ao encontro da felicidade. Nesse contexto, floresce a categoria *amefricanidade*, responsável por propiciar uma realidade única, estruturada no decorrer dos séculos que marcaram a nossa presença nesse continente (GONZALEZ, 1988).

No questionário virtual foi perguntado então: "Quais caminhos podemos sonhar e trilhar para construirmos um futuro que valorize também nossas origens, a ancestralidade e o passado?". Acerca dos sonhos para um futuro conectados com a ancestralidade foram refletidos os seguintes aspectos:

> Sonho com um **futuro onde nossa ancestralidade seja reconhecida** como base para **inovação**, **transformação** e **justiça social**, e onde **possamos nos enxergar como protagonistas de nossas histórias**.
>
> Continuar **sendo** e **promovendo referências**, **ações**, **comunidades** e **projetos pretos**, de **promoção da equidade racial**, de cuidados voltados aos mais pobres e aos mais vulneráveis na sociedade, por que muitas vezes já está mais do que comprovado são as pessoas, especialmente as mulheres pretas, as mais penalizadas no Brasil.
>
> Criação de **plataformas digitais** ou **encontros presenciais** em que **especialistas comunitários**, como **mestres de cultura**, **curandeiros** e **artesãos**, possam **compartilhar seus saberes**, gerando intercâmbio intergeracional e garantindo que essas práticas sejam transmitidas às futuras gerações.
>
> **Comunidades Tradicionais e Quilombolas**, garantir **recursos e políticas públicas específicas** que ofereçam **infraestrutura básica** (**educação, saúde, transporte**) **sem interferir nas práticas culturais dessas comunidades**. Incentivar a permanência e o fortalecimento da comunidade, ao mesmo tempo que se oferecem condições de **autonomia econômica** e de **preservação do território** (Alô Governo Federal bora reagir e colocar um cropped).
>
> Prioritariamente a **educação** é o caminho. A **sistematização do estudo das nossas raízes** com certeza oportunizará a queda de mitos e tabus e fornecerá subsídios pata a criação de novos paradigmas.
>
> **Colocar nos livros de histórias sobre a história negra, africana e afro-brasileira**, além de produção de **literaturas para todos as faixas etária voltada para etnia negra** e produzir **livros didáticos de língua africana e/ou língua afro brasileira.**

Para construir um futuro que valorize as origens, a ancestralidade e o passado, podemos desenvolver algumas ações que promovam o reconhecimento e celebração das origens e ancestralidade, fortalecendo a diversidade, como: 1. Educação Inclusiva: **Integrar a história e cultura afro-brasileira nos currículos**. 2. Fortalecimento de Comunidades: **Apoiar iniciativas que celebrem a cultura negra**. 3. Valorização da Arte: **Incentivar a produção artística que reflita a história da comunidade negra**. 4. Políticas de Preservação Cultural: **Proteger patrimônios e tradições culturais**. 5. Relações Intergeracionais: **Fomentar a troca de saberes entre gerações**. 6. Empoderamento Econômico: **Incentivar empreendimentos que valorizem a cultura negra**. 7. Ações de Memória: **Documentar e preservar histórias pessoais e coletivas**. 8. Diálogo e Intercâmbio: **Criar redes de solidariedade entre diferentes culturas**.

Implementação de centros culturais nos bairros periféricos que ofereçam oficinas de arte, música, dança, culinária e outras **práticas culturais diretamente ligadas à ancestralidade de cada povo**.

Pergunta difícil.... Mas as **respostas fáceis não abrem caminhos**. Penso cada vez mais na **micropolítica** como caminho para as grandes conquistas e também as pequenas. Não sei se por cicatrizes da militância ou por amadurecimento, hoje não consigo vislumbrar uma busca por viver de forma integral dentro de organizações políticas. E não falo em micropolítica para deixar o campo da política ou do poder institucional, mas toda conquista partidária, de organização social e etc parte de pessoas e escolhas, então por isso dialogar e disputar nos espaços sociais é construir outros futuros possíveis.... **Ousar pensar em outro mundo já é transgressor**, e como diz Ailton Krenak, o futuro é ancestral, então mudar pode ser uma forma de resgate. Dar alguns passos fora da trilha feita acredito que seja fantástico.

Há um "gep", um "limbo" entre uma **minoria negra que informada e consciente** coletivamente e uma **grande maioria, sem educação, desinformada e inconsciente de suas origens, de seus direitos e acesso as políticas públicas**.

Fazer este **debate nas instituições científicas e acadêmicas**. Aumentar a **participação de pessoas negras na produção da literatura, música, cinema, teatro e artes** podem contribuir na **construção de outras ideologias emancipatórios**.

Um passo importante é **cumprir a legislação** sobre o **conteúdo sobre história e cultura afro-brasileira e indígena.** E mais **políticas públicas para diminuir a desigualdades sócio culturais para pessoas pardas e pretas**.

Nós valorizamos aquilo que conhecemos. Por isso é tão importante nos reconhecer, **conhecer nossa ancestralidade** e **nos unir a pessoas semelhantes**, com vivências semelhantes, para nos sentirmos parte de um todo.

Construir um **futuro que valorize as nossas origens, a ancestralidade e o passado** envolve múltiplas frentes e requer **ações integradas** em diferentes setores da sociedade.

Aquilombar e **aldear**. O futuro é ancestral, ou não será.

Penso sempre na **educação como uma potência** nesse sentido (e em tantos outros!) Já pensou cada Estado com pelo menos uma **escola como a Maria Felipa**? Já pensou a **implementação da lei nº 10.639** em nossas escolas e a **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em vigor** em todos os estabelecimentos de saúde?

É necessário saber de onde viemos para planejar para onde vamos, e precisamos fazer isso em **unidade**, então o sonho é um **movimento negro unido**, **entendendo**

> **que há sim uma diferença de pautas e necessidades**, e que tudo isso é por conta de uma diversidade de negritudes.

Chama a atenção as reflexões acerca da importância da inovação, tecnologia, justiça social, protagonismo, referências, equidade racial, acesso à saúde, educação, cultura, arte, memória, preservação da história, micropolítica, acesso às políticas públicas, legislação, conhecimento, coletividade, união, aquilombamento, entre outros sonhos de futuro. Ponderado, ademais, a importância de reconhecimento das diferenças e necessidades específicas, presentes na diversidade das negritudes.

Esse momento de refletirmos sobre esse futuro em conexão com a ancestralidade, busca trazer uma memória do que vivemos no passado, identificação do que temos no presente para construirmos uma esperança no futuro. Essas questões nos apresentou uma série de possibilidades para trilharmos a nossa trajetória na luta por uma comunidade negra fortalecida.

4.3. Memória e troca de saberes: Ludicidade como um caminho para florescer a valorização das raízes

O debate acerca da ludicidade como um caminho para o fortalecimento das negritudes é fundamental. Considerando a importância da valorização das raízes, conectando o passado, presente e futuro, pode-se realizar a troca de saberes entre gerações, a partir da potência do aspecto lúdico.

Lélia Gonzalez reflete sobre os efeitos do racismo nos grupos que são alvo da discriminação, ponderando a diferença existente entre as sociedades estruturadas no racismo por denegação e o racismo de segregação explícita, destacando que nessa última realidade a própria identidade racial "é facilmente percebida por qualquer criança desses grupos. No caso das crianças negras, elas crescem sabendo que o são e sem se envergonharem disso, o que lhes permite desenvolver outras formas de percepção no interior da sociedade onde vivem" (GONZALEZ, 1988, p. 74).

A autora destaca que nas sociedades que vivenciam o racismo por denegação, que é o caso do Brasil, ocorre o contrário, uma vez que tenta-se camuflar a existência do racismo, por conseguinte reduz a possibilidade de construir um orgulho da negritude vivenciada. Destarte, identifiquei a necessidade de trabalhar o aspecto da ludicidade, dialogando com a discussão da *amefricanidade*.

Durante a pesquisa de campo foi abordado, através do questionário, a relação entre a ludicidade das brincadeiras e as práticas de insurgências. A pensadora Débora Alfaia da Cunha reflete no livro contemplado pelo Edital Equidade Racial do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) em 2020 intitulado "Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras" a importância do fenômeno lúdico na construção sócio-histórica-cultural, trazendo no prefácio o impacto do aprendizado coletivo a partir de uma práxis lúdica. Nesse catálogo são apresentados diversos jogos e brincadeiras que:

> envolvem diferentes habilidades e permitem diálogos e comparações sobre as práticas e culturas infantis, no Brasil e no continente africano. Ao trazer esse repertório, o livro demonstra a complexidade e a riqueza do fenômeno lúdico. Permite compreender a brincadeira e o jogo como inseridos em um processo histórico e socialmente situado, logo, como uma prática cultural. (...) o brincar é um aprendizado coletivo. Aprendizado que não se baseia no domínio de teorias, mas em uma práxis lúdica (CUNHA, 2002, p. 7).

Pondera, ainda, que os aspectos da ludicidade promovem trocas de saberes, aprendizados e habilidades, sem divisão do pensar, sentir e fazer, contribuindo para o resgate cultural, histórico, corporal e da ancestralidade, sendo também um enfrentamento ao epistemicídio:

> Assim, ter como horizonte a ludicidade não significa falta de enfrentamento sério das desigualdades sociais. Focar na ludicidade africana e afro-brasileira é afirmar a urgência de valorização da corporeidade, da cultura, da história e da ancestralidade negras. É um posicionamento consciente contra o epistemicídio realizado pelas políticas e guerras para colonização da África e das Américas (CUNHA, 2002, p. 6).

Serão apresentadas a seguir algumas brincadeiras inseridas no questionário da pesquisa, que possuem raízes africanas, conforme identificado na literatura. Esse contexto complexo de Diáspora Africana dificulta a precisão histórica, entretanto a ludicidade africana e afro-brasileira se coloca como um aspecto importante nos estudos culturais em que "evidencia a capacidade de resistência, criação e recriação dos negros, no Brasil e no mundo. Capacidade de, no contexto perverso da escravidão, colonização, miséria e violência, continuar a insistir na beleza, no sorriso e na esperança" (CUNHA, 2019, p. 16-17). Apresentar a perspectiva da cultura africana pelo percurso lúdico, não tem o intuito de minimizar as dores da Diáspora, mas dar visibilidade ao protagonismo e à sensibilidade artística dos povos negros.

As brincadeiras foram inseridas com o intuito de trazer familiaridade, ilustrando e inspirando as pessoas que estão respondendo à pesquisa, para poderem revisitar as referências

negras, relembrando que determinadas vivências conectadas à ancestralidade negra estão presentes no dia-a-dia e são práticas de resistências e insurgências cotidianas.

Inicialmente apresento a brincadeira “morto-vivo”, que consiste em uma pessoa falar “morto”, nesse momento todas as crianças, ou adultos e idosos que estiverem na brincadeira, deverão se abaixar, quem ficar de pé está fora, quando falar “vivo” todas as pessoas deverão ficar de pé, quem permanecer abaixada/e/o também estará fora, até que reste somente uma pessoa que será ganhadora da brincadeira.

Em seguida trago a brincadeira “terra-mar” de raízes africanas com origem em Moçambique, a mesma não é tão comum no Brasil com essa nomenclatura, no entanto é muito semelhante ao “morto-vivo”. Inseri essa opção com o objetivo de trazer visibilidade, apresentar para quem não conhece, propondo um aumento de repertório e fortalecendo as nossas ancestralidades africanas (HERMÓGENES, 2023). Possibilitando para quem já vivencia essa brincadeira que se sinta representada/e/o e se reconectando às origens africanas. Na brincadeira “terra-mar” de origem moçambicana é realizado um risco no chão em que um lado é denominado “terra” e o outro “mar”, quando a pessoa responsável por dizer se os participantes deverão estar na terra ou no mar, falar “terra” todas as pessoas deverão ficar do lado “terra”, quem ficar no “mar” sairá da brincadeira. Quando for dito “mar”, quem permanecer na “terra” também sairá, até que reste somente uma pessoa que será ganhadora da brincadeira.

For fim, apresento o elástico que também esteve muito presente no cotidiano das crianças dos anos 1980 no Brasil. Essa brincadeira surgiu na Idade Média, com origem na cultura africana. Necessário destacar que essa brincadeira apresenta um marcador de gênero, em que as crianças são expostas desde uma tenra idade. Sendo necessário analisar as intersecções raciais, de gênero, sexualidade, geracionais, entre outros aspectos que impactam as vivências da ludicidade. Conforme reflete a professora Mércia o elástico é uma “brincadeira tradicional africana ‘ono um’ – ‘pular elástico’” ([s.n.], 2020, s/n). Pondera, ainda, que pular elástico é uma brincadeira que exige muita concentração, atenção, equilíbrio, movimentando todos os membros do corpo, podendo apresentar variações em cada região. É de suma importância transformações cotidianas das relações étnico-raciais, visando a valorização das negritudes e compromisso com a práxis antirracista, conforme reflete a autora no trecho abaixo:

> Urge ampliar os acervos de práticas lúdicas socialmente comprometidas com uma pedagogia antirracista, para fazer da escola, em especial a de educação infantil, um espaço de valorização da negritude, da diferença e do diverso. (...) para contribuir

> para a transformação das complexas relações raciais vivenciadas no Brasil, vale lembrar um ensinamento ancestral presente em um provérbio africano: “um pouco de chuva a cada dia encherá os rios até transbordarem” (CUNHA, 2002, p. 7).

Foram citados exemplos de brincadeiras com o intuito de trazer visibilidade para as nossas práticas de resistências insurgências que perpassam por caminhos lúdicos também. Desta forma, cerca de 68,6% das pessoas que responderam à pesquisa informaram terem brincado de elástico 65,7% relataram terem brincado de “morto-vivo” e 12,9% mencionaram terem brincado de “terra-mar” em algum momento da vida.

Algumas pessoas ponderaram, dialogando presencialmente ou respondendo virtualmente em mensagem direcionada no whastapp, que ao responder à pesquisa foram mobilizados muitos sentimentos sobre a importância da valorização das nossas ancestralidades, destacaram a surpresa ao identificar que a brincadeira “morto-vivo” tem referências africanas. Relataram estarem ansiosas pelos resultados, mencionaram o questionário como um bom instrumento de reflexão, agradeceram a lembrança ao encaminhar a pesquisa e salientaram que o momento de responder o questionário foi um espaço de fortalecimento, reconhecendo as divergências e convergências das negritudes na caminhada.

Considerei importante finalizar o questionário assegurando um espaço para demais comentários de maneira mais ampla. Assim, ao finalizar as perguntas do questionário foi aberto um espaço para considerações finais, possibilitando outros comentários, dúvidas e/ou sugestões. Em relação as considerações finais as pessoas que responderam à pesquisa, ponderaram que:

> A gente tá num momento crucial, onde o silêncio e a passividade não têm mais espaço. O futuro, aquele futuro que a gente quer construir, não pode ser só sobre "sobreviver" a esse sistema opressor, mas sim sobre VIVER de forma digna, potente e ancestral. O que falta não é mais informação, mas sim ação real, nos nossos territórios, na nossa juventude, nas nossas raízes. Não podemos esperar que o sistema, esse mesmo que nos marginaliza, traga as soluções. A resistência precisa ser feita nas ruas, nas escolas, nas mídias, nas casas, em todos os cantos onde conseguimos gritar por nossa gente, nossa história e nossas necessidades. Além disso, é fundamental que a gente pare de pedir para ser incluído num sistema que, historicamente, só nos excluiu. A inclusão precisa ser no nosso próprio modelo, baseado nas nossas necessidades reais, no reconhecimento do nosso potencial, no respeito às nossas raízes.

> Parabéns pela pesquisa!! Acredito que iniciativas como essa são fundamentais, pois reforçam a importância de resgatar e valorizar nossas origens, ancestralidade e passado, criando um alicerce forte para o presente e o futuro. Ao promover espaços de reflexão, capacitação e troca de saberes, estamos não só celebrando nossas histórias, mas também criando um futuro em que as novas gerações possam se orgulhar de sua identidade e cultura. Essas ações nos permitem sonhar com um mundo mais justo e igualitário, onde a diversidade seja respeitada e a memória de nossos antepassados seja sempre honrada.

> "Não sou a primeira a falar sobre o racismo e a discriminação, mas me junto a eles". Evaristo Conceição, para dizer que eu você nos juntamos a inúmeras vozes e toda a ancestralidade para combater o racismo e toda forma de discriminação, sucesso em sua jornada.
>
> Muito bom haver debates sobre essas novas palavras desconhecidas por muitos que são as descrições delas. Acho de suma importância seu trabalho que beneficiará e levará conhecimento a todos.
>
> Sua pesquisa me trouxe reflexões importantes. Obrigada! Axé!
>
> Vou ler mais sobre esse assunto que pouco sei para aumentar o meu conhecimento.
>
> Gostaria de registrar meu orgulho e meu voto de confiança em trabalhos como este, bem como a importância de participar desta pesquisa.

As diversas falas demonstram a necessidade de mais espaço para falarmos as nossas inquietudes. As pessoas refletiram que iniciativas como essa pesquisa são fundamentais para a valorização do nosso passado, das nossas raízes, ancestralidade e origens para traçarmos a construção de um presente e um futuro dignos. Florescendo também o desejo de que as novas gerações possam se orgulhar da nossa identidade racial negra, nossa cultura, para que as diversidades sejam respeitadas e a memória de nossos antepassados sejam honrados.

Trouxeram que precisamos de ações práticas para combater o racismo, refletindo que promover espaços de reflexões e essas trocas de saberes são espaços potentes, que nos permitem sonhar com um mundo mais justo e igualitário. Conforme falas acima, compartilharam, além disso, ter sido uma oportunidade para conhecer novas palavras e ter acesso ao conhecimento.

Após finalização da pesquisa de campo, a partir das respostas obtidas foram identificados alguns aspectos que poderiam indicar variáveis envolvidas no aumento da autodeclaração de pessoas negras.

Essa pesquisa de campo cumpriu seus objetivos ao promover um espaço de reflexão, troca de saberes, colaborando para a construção de um futuro que respeite as diversidades, produzindo dados para compreendermos o aumento da autodeclaração de pessoas negra no censo do IBGE de 2022, falando com o devido respeito sobre as diferentes trajetórias e proporcionando o fortalecimento das negritudes.

4.4. Entrelaçamento de dados: Resultados da pesquisa de campo relacionado ao aumento da autodeclaração de pessoas negras no censo do IBGE de 2022

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022, apresentou um aumento de pessoas se autodeclarando pretas, pardas e indígenas. Foram levantados na pesquisa de campo, realizada pela referida discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos-PPG-IELA, alguns aspectos que poderiam estar correlacionados a esse aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas), no levantamento censitário do IBGE em 2022.

A partir das respostas obtidas no questionário, foram apontados alguns aspectos, tais como: Maior conscientização e valorização da identidade negra; Políticas afirmativas e reconhecimento institucional das desigualdades raciais; Reconfiguração dos conceitos e das categorias raciais; Impacto dos debates midiáticos, acadêmicos e das redes sociais; Mudanças na abordagem do IBGE e no questionário; A atuação dos Movimentos Negros; Legislação das últimas décadas: estatuto da igualdade racial e a lei 10.639; Denúncia de fraudes de pessoas brancas se autodeclarando negras, entre outras possibilidades.

Esses pontos destacados acima serão abordados a seguir, com o objetivo de refletir as correlações entres esses aspectos e o aumento da autodeclaração de pessoas negras no levantamento censitário realizado no Brasil em 2022.

A maior conscientização e valorização da identidade negra, possui um elemento significativo para que as pessoas com fenótipos negros tenham orgulho da sua identidade racial. A perspectiva do orgulho da negritude e por conseguinte realização de pessoas se autodeclarando negras, contribui para a ampliação da consciência racial, rompendo com o distanciamento da palavra “negro”, a partir das tentativas de substituição por “moreno”, “chocolate”, “marrom bombom”, entre outras nomenclaturas que fragmentam a negritude, trazendo, assim, a perspectiva do orgulho da negritude e, por conseguinte, o aumento de pessoas se autodeclarando negras.

O reconhecimento institucional das desigualdades raciais, impulsiona a realização de ações para reparação histórica, de populações historicamente discriminadas. As políticas afirmativas são ferramentas utilizadas para trilhar essa reparação, proporcionando acesso, valorização, e redução das desigualdades raciais. De acordo com o documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no Brasil, entre os objetos das políticas afirmativas estão:

> eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (SANTOS apud MOEHLECKE, 1999, p.25).

Em relação ao impacto dos debates midiáticos, acadêmicos e das redes sociais, a mídia desempenha um papel importante no apagamento ou na difusão de informação, trazendo após muita pressão dos Movimentos Negros em diversos espaços, inclusive nas redes sociais, maior visibilidade para as referências negras e representatividade de pessoas negras. Os impactos acadêmicos, produzidos a partir de pesquisas realizadas com o devido rigor científico, contribuem para mudanças de paradigmas, responsáveis por gerar dados e impactar para além da pesquisa, alcançando também a dimensão do ensino e da extensão. E a partir do diálogo com a popularização da ciência as produções acadêmicas podem ultrapassar cada vez mais os muros das universidades, reverberando na sociedade como um todo.

As redes sociais, ocupam um capítulo muito específico, haja vista essa recente Revolução da Informação[19] que estamos vivendo na atualidade, em que compreenderemos muitos dos impactos somente no futuro. As redes sociais compartilham as mais diversas informações, gerando uma fissura no monopólio dos grandes meios de comunicação, proporcionando democratização das informações em um alcance e velocidade nunca antes visto. No entanto, não garantem uma segurança ou confiabilidade das informações repassadas, apresentando um risco para as relações interpessoais.

A mudança na abordagem do IBGE também gerou impactos. A partir do censo de 1991 o IBGE trabalha com as seguintes categorias de raça ou cor: preta, parda, indígena, amarela e branca. Atualmente após uma pessoa entrevistada se autodeclarar amarela, a/e/o entrevistadora/e responsável pela coleta de dados é orientada/e/o a explicar, a partir da mensagem automática que diz: “Considera-se como cor ou raça amarela a pessoa de origem oriental, por exemplo: Japonesa, Chinesa, Coreana. Você confirma sua escolha?”, gerando a mudança de autodeclaração de diversas pessoas, ao acessarem as informações corretas acerca da categoria utilizada para o levantamento censitário. Produzindo uma diminuição na autodeclaração “amarela” e por suposto o aumento em outras categorias de raça ou cor, tais como parda, por exemplo.

O questionário sofreu outras alterações, tendo em vista que no ano de 1940, durante o primeiro censo realizado pelo IBGE as classificações de cor/etnia se resumiam a “branco” “preto” e “amarelo”. Desde 1991 que se consolidou as opções “branco”, “preto”, “pardo”,

[19] A Revolução da Informação, também conhecida como Terceira Revolução Industrial, é um período histórico que começou no século XX e que se estende até a atualidade. É caracterizada por uma rápida mudança tecnológica que transformou a forma como as pessoas se comunicam e processam informações (Resposta criada por Inteligência Artificial-IA) (GOOGLE, 2025, p. [s. n.]).

“amarelo” e “indígena”, trazendo as categorias de pessoas pretas e pardas separadas, com o objetivo de preservar o reconhecimento das diferentes vivências dentro das negritudes. Para posteriormente serem analisadas como um grupo de pessoas negras, identificando também as semelhanças.

Se por um lado visualizamos a distância dos indicadores entre as pessoas pardas e pessoas brancas, destaca-se a proximidade dos dados referentes a pardas/es/os e pretas/es/os. E ao identificarem a similitude entre os indicadores sociais das pessoas pretas e pardas, se unem essas duas categorias supracitadas, constituindo a categoria negra.

A atuação dos Movimentos Negros também desempenhou um papel relevante no debate sobre a autodeclaração racial. Durante o censo de 1991 destaca-se a campanha promovida pelos Movimentos Negros “Não deixe sua cor passar em branco: Responda com bom C/senso”, com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância de as pessoas declararem sua raça/cor a partir do seu referencial étnico-racial. Essa campanha dava ênfase à necessidade de termos bom senso no momento da autodeclaração, refletindo acerca de diversas pessoas acabarem deixando sua cor passar como branca. Muitas pessoas se distanciavam da autodeclaração negra, buscando alguma proximidade com a branquitude, gerando elevação da autodeclaração branca e desdobrando no apagamento de pessoas pardas. Conforme revela o levantamento censitário anterior à essa campanha, realizado em 1980, apenas 44,7% da população brasileira se autodeclarava negra (preta ou parda) (COALIZÃO NEGRA, 2022).

Dando continuidade a essa mobilização sobre a importância das pessoas negras se autodeclararem corretamente, em 2022 a Coalizão Negra por Direitos lançou a campanha “Responda para ter respeito”. Essa campanha tinha o intuito de estimular a participação de pessoas negras no censo demográfico, ressalta-se a importância de responder sobre a identidade racial, visando adotar estratégias para o enfrentamento ao racismo e para a formulação de políticas públicas de promoção de igualdade étnico-racial.

Outro ponto que deve ser destacado é o impacto do movimento hip-hop e funk para o fortalecimento das negritudes:

> A gente não pode esquecer o impacto que o hip-hop e o funk estão produzindo na população jovem e não tão jovem também. Esse debate fala de raça, racismo e cor de pele. Isso informa as pessoas. As pessoas não estão sendo informadas apenas pela branquitude (SANT'ANNA, 2023, p. 1).

O rapper Mano Brow dos Racionais MC’s reflete em seu podcast “mano a mano” que discorda da afirmação de hierarquização de sofrimento e/ou racismo direcionado para pessoas

pretas e pardas, refletindo ser uma estratégia de dividir o povo negro, continuando o encarceramento em massa e as internações psiquiátricas compulsórias.

O reggae é um outro movimento político-cultural que desempenhou um papel muito importante no fortalecimento das negritudes. Esse gênero musical surge na Jamaica, durante a década de 1960, apresentando fortes conexões com as origens africanas e sendo influenciado pelo movimento rastafári, que apresenta uma perspectiva político-religiosa pautada na resistência ao colonialismo e racismo. É caracterizado, ainda, pelas críticas sociais, denúncias contra o racismo e desigualdades, destacando-se também pelas potencialidades das mensagens de amor, resistência, paz, liberdade e igualdade.

O reggae é um fenômeno que está para além da música somente, exercendo também uma influência na postura das pessoas no mundo. É revolucionária a construção de uma expressão musical criada em uma ilha caribenha e difundida mundialmente, fundamentada em uma religião em que a divindade é representada por um Deus negro, chamado Jah. Durante a pesquisa cerca de 60% das pessoas identificaram o reggae como vivência de práticas de resistência e insurgências em suas vidas.

Os dreadlocks, black power e as tranças são formas de resistir e valorizar o legado dos nossos antepassados africanos, baseado no orgulho das nossas raízes. No que tange esses aspectos 65,7% das pessoas responderam fazer uso de tranças como fortalecimento da identidade negra, 37,1% mencionaram vivenciarem Black Power e 18,6% informam usar dreadlocks como resistência, responsáveis por trazerem um significado ancestral.

A nossa sociedade marcada pelos dispositivos de gênero, intersecciona as violências racistas e de gênero. No entanto, é necessário refletir os cabelos para além das perspectivas reducionistas de gênero, como se fosse um aspecto direcionado apenas para o feminino. Ressalta-se o estímulo compulsório para que as masculinidades negras raspem os cabelos para não deixarem vestígios dos cabelos crespos e/ou cacheados.

E quando se intersecciona as perspectivas etárias, de raça e gênero, o racismo impacta a curto, médio e/ou longo prazo no que tange os cabelos de pessoas negras, seja pelo uso intenso de químicas, queda de cabelo pela tração constante que impossibilitam o crescimento posteriormente ou pela imposição de um padrão estético que apague as negritudes. A socióloga Anita Pequeno reflete no artigo “História Sociopolítica do Cabelo Crespo” que “o alisamento capilar também era uma maneira de ascender. Ou seja, a busca por uma inserção social passava pela estética, ainda que isso custasse uma profunda manipulação de seu corpo” (PEQUENO, 2022, p. 01). Essa realidade atravessada pelo racismo traz uma série de traumas e sequelas, que não podem ser minimizadas.

Durante o período de escravização de pessoas negras sequestradas do continente africano, as tranças eram utilizadas para traçar mapas, guardar sementes, objetos, entre outras estratégias de resistência, sobrevivência e insurgência. Esse entrelaçamento dos cabelos para a realização das tranças produzia e produz liberdade, sendo responsável por contar histórias, contribuir para a autoestima, geração de renda e valorização das identidades negras também na atualidade.

As legislações das últimas décadas, tais como, estatuto da igualdade racial e a lei 10.639, também foram apontadas na pesquisa de campo como um aspecto que impactou na valorização das negritudes. Salienta-se as contribuições da lei 10.639, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, colaborando para o reconhecimento das contribuições das pessoas negras para a formação da sociedade brasileira. Essas legislações apresentam um importante avanço para a promoção da igualdade racial, luta antirracista e para a valorização das negritudes.

Uma das pessoas que respondeu a pesquisa pontuou “Tem muito branco querendo ser pardo e muita gente também descobrindo e assumindo sua própria cor”, trazendo para o centro do debate a diferenciação entre pessoas negras que estão assumindo sua cor e pessoas brancas que querem se autodeclarar negras, para acessar as políticas de reparação histórica, se recusando a quitar essa dívida, demonstrando que continuarão com a tentativa de saquear tudo que for possível, inclusive, na contemporaneidade.

Destaca-se a tentativa da branquitude em fraudar um sistema de reparação histórica, em situações que pessoas que se autodeclaravam brancas alteram sua autodeclaração racial, com o objetivo de tentar acessar uma política direcionada para pessoas negras (pretas e pardas), conforme exemplificado anteriormente na situação de repasse de verba eleitoral. Um outro exemplo, são as pessoas brancas, se autodeclarando negras em políticas afirmativas de reservas de vagas para pessoas negras (pretas e pardas) nas universidades, dificultando a aplicação de ações para a promoção da igualdade racial no país.

Entre os anos 2020 e 2022 as universidades federais do Brasil receberam 1.670 denúncias relacionadas ao uso indevido de cotas raciais. Algumas reclamações foram indeferidas, considerando que as pessoas denunciadas se enquadravam nos critérios para pleitear as reservas de vagas para pessoas pretas ou pardas. Cerca de 16,2% das denúncias apuraram que se tratavam de fraudes, realizadas por parte de pessoas brancas. E 6% das investigações ficaram inconclusas, considerando que as/es/os estudantes haviam abandonado a universidade ou realizado a colação de grau antes da finalização da averiguação (BARROS,

2023, p. 01). Ressalta-se que esse problema está longe de ser resolvido. Sendo necessário aprofundar o debate racial no Brasil, para buscarmos resolver os dilemas que envolvem a identidade racial parda, compreendendo que esse enfrentamento perpassa por complexidades que envolvem diversos fatores.

Por outro lado, ao ponderar "muita gente também descobrindo e assumindo sua própria cor", essa fala evidencia o racismo por denegação, em que pessoas negras são levadas a apagar sua identidade racial, buscando se aproximar ao máximo de possíveis traços da branquitude que permitam a tentativa de autodeclaração branca em vários momentos da vida, ou de outras nomenclaturas que distanciem as pessoas da identidade racial negra. Lélia Gonzalez reflete no texto "A categoria político-cultural de amefricanidade" acerca dos impactos da categoria freudiana *denegação*, quando se trata da análise sobre o racismo na nossa sociedade *ladinoamefricana*:

> no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação . Aqui, prevalecem as "teorias" da miscigenação, da assimilação e da "democracia racial" (GONZALEZ, 1988, p. 72).

O princípio da denegação está baseado na ideologia construída pela branquitude, em que a hegemonia branca define em que lugar uma pessoa é branca ou negra. Haja vista que o racismo por denegação está fundamentado nas teorias de "assimilação", "integração", "mestiçagem" e "democracia racial", evidenciando a sofisticação desse sistema de dominação muito bem estruturado pela hegemonia branca (GONZALEZ, 2018). Essa é uma tentativa de retirar das pessoas pretas e pardas essa conquista de tornar-se negra, sendo colocado como negação de uma raça que representa inferioridade, ou sendo posto como desnecessária a reivindicação da identidade negra, acusando as pessoas negras de divisão racial.

O recurso da denegação é responsável por construir uma sociedade racialmente estratificada, dispensando a segregação institucionalizada, uma vez que essa forma de dominação se torna muito eficaz. A denegação é utilizada também como uma tentativa de fuga da opressão, em uma busca por negar o pertencimento à uma raça que é alvo de ódio e sempre inferiorizada, entretanto não cabe somente às pessoas negras de pele clara ou escura essa rotulação racial, sendo atribuído a branquitude esse poder de definição (SILVA e LIMA, 2021).

Dialogando com esse debate, durante o texto "A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social" de Lélia Gonzalez (1988), a autora reflete sobre tornar-se negra, destacando que nascemos, preta, parda, mulata, roxinha, marrom, entre outras nomenclaturas utilizadas para descrever as pessoas negras, no entanto pondera que tornar-se

negra é uma conquista. Esse apagamento gera uma diluição das identidades raciais, produzindo uma segregação disfarçada, que busca camuflar as estruturas racistas.

Ressalta-se que há muito a aprender e refletir, com as mulheres negras que tem demonstrado provas eloquentes de sabedoria, ainda, que permaneçam no abismo do anonimato (GONZALEZ, 2020). Assim, devemos dar visibilidade para a potência das reflexões, vivência e legado de Lélia Gonzalez e de muitas outras mulheres negras que tem a negação de suas existências a partir da invisibilidade sistemática.

Em contraponto a esse sistema de opressão os Movimentos Negros propõem o orgulho e a valorização das negritudes, denunciando essa tentativa de apagamento, assimilação e suposta integração racial.

O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022, apresentou um aumento de pessoas se autodeclarando pretas, pardas e indígenas. Ao perguntar quais aspectos as pessoas que responderam à pesquisa correlacionam ao aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas) no IBGE de 2022, foram apontados múltiplos fatores, tais como:

> 1. Visibilidade da Identidade Negra - Movimentos sociais têm promovido a valorização da identidade negra. 2. Educação e Conscientização - Aumentou a discussão sobre racismo e a importância da autodeclaração. 3. Políticas de Ação Afirmativa - Cotas raciais têm incentivado a identificação como forma de acesso a oportunidades. 4. Mudança na Percepção Social - A promoção de imagens positivas de negros na mídia tem encorajado a autodeclaração. 5. Aumento da Autoestima - Campanhas que celebram a beleza negra têm fortalecido a identidade. 6. Influência das Redes Sociais - Plataformas digitais têm facilitado a afirmação e conexão entre pessoas negras.
>
> Destaco **vários fatores**, dentre eles valorização da Negritude e Consciência Racial, com toda certeza as políticas públicas implementadas nos últimos anos com os governos de esquerda, o crescente debate desta questão nas escolas, com os movimentos sociais e culturais nas periferias brasileiras, este de grande destaque porque levou mais este debate para os lares e comunidades que estavam longe das universidades onde se concentra este saber e não distribui para os lugares que realmente necessitam de tão preciosas informações.
>
> O aumento na autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas) no censo de 2022 pode ser correlacionado a **diversos aspectos históricos, sociais e políticos**, entre os quais se destacam: Maior Conscientização e Valorização da Identidade Negra: Nos últimos anos, movimentos sociais e iniciativas de valorização da identidade negra ganharam força no Brasil. Essa conscientização sobre a importância do reconhecimento e da afirmação da identidade racial pode ter levado mais pessoas a se autodeclararem pretas ou pardas, como uma forma de resistência e afirmação contra a invisibilidade histórica. Políticas Afirmativas e Reconhecimento Institucional: A expansão de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, como ações afirmativas em universidades, concursos públicos e programas de inclusão, tem contribuído para que indivíduos se identifiquem de maneira mais aberta com sua ancestralidade e cor. O reconhecimento institucional das desigualdades raciais também pode incentivar essa autodeclaração.

> Reconfiguração dos Conceitos e das Categorias Raciais: A compreensão de raça e identidade no Brasil vem se transformando, com debates que questionam as categorias tradicionais e enfatizam a fluidez e a complexidade dos processos de racialização. Esse movimento de ressignificação pode levar a uma maior identificação com termos historicamente marginalizados, como "preto" e "pardo". Impacto dos Debates Midiáticos e Acadêmicos: A disseminação de discussões sobre racismo estrutural, colorismo e desigualdades históricas em espaços midiáticos e acadêmicos tem aumentado a visibilidade dos temas relacionados à identidade negra. Esse ambiente de debate pode encorajar as pessoas a refletirem sobre sua identidade e a se posicionarem de maneira mais assertiva na hora de se autodeclararem. Mudanças na Abordagem do IBGE e no Questionário: É possível que revisões metodológicas ou na forma de apresentar as categorias de cor/raça no questionário tenham contribuído para que mais pessoas se identificassem com as categorias "preta" e "parda". Alterações na forma de coleta de dados podem facilitar a expressão de identidades que antes eram subnotificadas ou mal capturadas pelas categorias anteriores.

Conforme reflete a historiadora, conselheira do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Raciais (Cedra), presidenta de governança do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e integrante da Coalizão Negra por Direitos, Wania Sant'Anna, o aumento do debate público sobre racismo, preconceito e desigualdades raciais contribuíram para o encontro das pessoas com as suas negritudes, identificando que também são alvos desses preconceitos, reconhecendo esse território das negritudes (SANT'ANNA, 2023, p. 01).

A advogada, ativista e professora universitária Alessandra Devulsky (2021) reflete sobre as diferentes percepções do racismo vivenciado entre pessoas negras de pele clara e pele escura. Pondera que as dinâmicas de relações étnico-raciais marcam as pessoas para sempre, desde crianças, com repercussões que serão sentidas na vida adulta, trazendo aspectos da subalternização de pessoas negras de pele clara e desconsideração absoluta ou estranhamento em relação às pessoas negras de pele escura:

> O que vemos nas escolas e nas ruas quando negros de pele clara se beneficiam de um tratamento mais acolhedor em comparação àqueles de tom mais escuro e traços associados à africanidade não pode ser considerado um tratamento "menos racista", dada a permanência da condição não branca e, infelizmente, subalterna aos olhos racializados. (DEVULSKY, 2021, p. 78)

Alguns pontos levantados pelas pessoas que responderam à pesquisa dialogam com as ponderações sinalizadas por especialistas. Ainda no tópico acerca dos aspectos que podem estar correlacionados ao aumento da autodeclaração de pessoas negras, diversas falas perpassam pela perspectiva de que esse aumento reflete o fortalecimento das discussões sobre identidade racial no Brasil, conforme sinalizado nas falas abaixo:

> A conscientização, informação e **educação** se atualizando. O brasileiro passou a entender melhor como foi a história do país e também passou a existir mais visibilidade e educação voltadas para questões raciais, o que faz com que as pessoas passem a ter menos vergonha de expor a própria identidade, de se reconhecer como pretas e pardas. Passamos a ter referências que há 20, 30 anos atrás não existiam ainda. Referências pretas no poder público, referências estéticas, de cuidado, de história!
>
> Campanhas de **educação** sobre identidade racial, maior **diversidade no perfil e na formação dos recenseadores**. Muitos recenseadores pertencentes a comunidades indígenas e quilombolas puderam aplicar o censo em seus territórios, onde mobilizaram a participação popular.
>
> Muito importante. Algumas políticas de **acesso a instituições públicas** em decorrência das lutas dos **movimentos negros(as)** foram fundamentais. Poucas, mas já fez diferença. Me aproximar de **grupos, coletivos que valorizam a negritude** me ajudou e ajuda muito a me perceber e me fortalecer como mulher parda. A me construir.
>
> A atuação dos **movimentos negros** nas últimas décadas a **conquista das políticas afirmativas** e a **lei 10.639**.
>
> A **Marcha de Mulheres Negras**; As **falsas auto declarações**; O aumento de pessoas nas universidades; ((Movimentos Negros))
>
> A luta indenitária é uma crescente, gerando **consciência étnico-racial** em novas gerações; contudo o risco do pensamento neoliberal capturar ideias antirracista existe. A **luta** por direitos, justiça e igualdade racial pode ser reduzida no seu propósito político de emancipação humana e virar matéria de consumo pelo mercado: roupas, cosméticos, cinema, carros, etc.
>
> Tem muito **branco querendo ser pardo** e **muita gente também descobrindo e assumindo sua própria cor.**
>
> Os **jovens de hoje NÃO se calam** mais quando o assunto é Racismo.
>
> **Assumindo** sua cor de pele sem medo de críticas.
>
> Existe um **problema com a categoria parda** que precisamos encarar: o apagamento indígena. E os dados do último censo mostram isso: nem todo pardo é negro, mas muitos pardos são. Se considerarmos que toda pessoa parda é negra estaríamos afirmando que depois da Bahia, o Amazonas e o Pará são os estados mais negros do país, o que é uma inverdade, pois sabemos que a predominância desses dois estados é indígena. Portanto, afirmar que mais de 110 milhões de pessoas no Brasil se declararam negras, o que corresponde a 55,5% da população, é **apagar e invisibilizar** as existências indígenas.
>
> Penso que esse aumento reflete o **fortalecimento das discussões sobre identidade racial no Brasil**, impulsionado por movimentos negros, **políticas afirmativas** e maior visibilidade das questões raciais. Esses fatores têm ajudado pessoas a reconhecerem e afirmarem sua negritude ou sua parditude, rompendo com o estigma histórico do embranquecimento. Além disso, o **resgate da ancestralidade** e a **valorização da identidade negra** têm contribuído para a autoestima coletiva e o senso de pertencimento racial.

Essas reflexões ressaltaram para além do fortalecimento das identidades raciais, diversos fatores, tais como, o acesso à informação, educação, conscientização, referências negras, perfil de recenseadoras/us/es, atuação dos Movimentos Negros, resgate da

ancestralidade, valorização das identidades negras, entre outros aspectos que podem estar relacionados ao aumento da autodeclaração de pessoas pretas e pardas no Brasil.

As pessoas que são fruto de relações inter-raciais, em diversas situações ao não conseguirem definir exatamente sua identidade racial, se autodeclaram pardas. E essa definição parda inúmeras vezes é vista como uma ausência de lugar racial, sendo necessário ampliarmos esse debate e realizarmos a localização racial.

Foi salientada a dificuldade para demarcar o lugar da categoria parda. Necessário ponderar que muitas vezes há a ausência do entendimento de que, durante o levantamento censitário realizado pelo IBGE, as pessoas pardas também compõem a categoria negra/e/o. Uma vez que, para fins de políticas públicas, a partir da organização e reivindicação dos Movimentos Negros as pessoas pretas e pardas são classificadas como negras.

Ainda que seja estabelecida uma unidade a partir da categoria negra, importante debatermos com honestidade as diferenças das vivências das negritudes. A escritora Octavia Butler reflete, no livro "Kindred – Laços de Sangue", sobre uma história narrada em primeira pessoa por Dana, uma mulher negra que vivencia um relacionamento inter-racial, perpassando por uma viagem no tempo repetidas vezes entre sua casa em Los Angeles no ano de 1976 e uma fazenda em Maryland, ao Sul dos Estados Unidos em 1816.

Ao ser transportada para um período em que as pessoas negras eram escravizadas, encontra seus ancestrais, compreendendo aspectos que construíram as relações inter-raciais dos seus antepassados e sua vida no presente. O encontro em 1816 com o atual companheiro desta relação inter-racial, durante essa viagem no tempo, apresenta nuances significativas compreendendo as diferenças de tratamentos direcionado para ela e ele durante o século XIX, trazendo reflexões postas também no seu presente durante o século XX e as desigualdades raciais. Reflete, ainda, as relações de poder, racismo, relacionamento inter-racial, laços de sangue, gênero, entre outros aspectos para compreender a historicidade dessa estrutura racista.

As vivências de pessoas negras escravizadas, ocupando o lugar de amas de leite, mucamas, capitão-do-mato ou trabalhadoras/us/es das lavouras, foram possibilidades de diferenciar o tratamento direcionado para pessoas negras pautado no colorismo, a partir da estrutura diferenciada durante esse período histórico. Não cabe hierarquizar se estar exposta ao estupro sistemático na casa grande ocupando o lugar de mucama ou no lugar de colheita na lavoura com chibatadas de rasgar a carne seria mais violento, produzindo um conflito entre as pessoas negras que são alvo dessas atrocidades do racismo, que segue beneficiando a branquitude.

Neste sentido, ao refletirmos com sinceridade se formos transportados em uma viagem no tempo, qual local ocuparemos nessa estrutura racial? E ao voltarmos para os dias de hoje, devemos reconhecer que vivenciaremos novas violências racistas, que adquirem estrategicamente outros posicionamentos. Nesse contexto, após a viagem no tempo como será que se dariam as autodeclarações raciais?

Acredito que devemos elaborar estratégias para identificar e lutar contra a estruturação do racismo na atualidade e criar caminhos para promover o fortalecimento das negritudes na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 21: Fotografia no Ilê Aiyê – Curuzu – Bairro Liberdade, Salvador-Bahia



Fonte: SILVÉRIO (2023)[20]

Espero que ao final dessa trajetória, na busca de evidências construídas ao longo dessas escrevivências, esta produção científica colabore para o fortalecimento racial de pessoas negras, nos impulsionando para a transformação da realidade.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a categoria *amefricanidade*, de Lélia Gonzalez (1988), trabalhando esse conceito em uma perspectiva interdisciplinar como metodologia de análise e metodologia de transformação da realidade. Buscou-se realizar uma discussão afrorreferenciada ao refletir as relações étnico-raciais instituídas na sociedade brasileira.

Este trabalho traça, ainda, o debate sobre o colorismo, denunciando ser um subproduto do racismo, produzido pela branquitude.

Importante também realizarmos uma reflexão entre nós pessoas negras de pele clara e pele escura, para realizarmos um diálogo honesto, sem a postura bélica da branquitude, porque conforme reflete Audre Lorde “as ferramentas do senhor nunca vão desmantelar a casa-grande” (LORD, 2015, p. 3), diferenciando e aprofundando o que seria a produção e reprodução do racismo.

Acredito que não devemos cair na armadilha da branquitude, que nos coloca em posição de disputas internas entre pessoas negras. Considero, que devemos utilizar ferramentas negras e refletir que a branquitude produziu o racismo e seu subproduto intitulado colorismo, com o objetivo de construir diferenciação na exploração da força de trabalho e no

[20] Fotografia de arquivo pessoal com imagem da autora Lusa Fontoura Portuguez - Registro fotográfico realizado por Kayodê da Silva Silvério, na sede do Ilê Aiyê, localizada no Curuzu – Bairro da Liberdade em Salvador-Bahia, no dia 06/07/2023.

tratamento direcionados para pessoas de um mesmo grupo racial, marcadas por serem identificadas enquanto não-brancas.

Identificar a responsabilidade da branquitude por ter criado o racismo e por se beneficiar até os dias de hoje, é o primeiro passo para reparar essa opressão/injustiça secular. O próximo passo é apontar que essa opressão racial deixou heranças subjetivas e objetivas para pessoas brancas, que usufruem desses privilégios no presente. Esses benefícios que perduram até os dias de hoje para as pessoas brancas, trazem referenciais positivos para manutenção da autoestima desse grupo racial, acumulação de bens materiais produzidos a partir de séculos de apropriação de trabalho negro, sendo repassados para as próximas gerações, entre outras vantagens que o legado da escravização deixou para as pessoas brancas.

Considero, também, que devemos reconhecer com honestidade as vantagens oferecidas por esse sistema racista, para pessoas negras que tiverem maior proximidade de traços, texturas de cabelos, posturas, tons de voz, entre outras características da branquitude. Necessário identificar essa diferenciação para reconhecer as desvantagens que também são direcionadas para as pessoas negras, que se distanciem dessas características impostas pela branquitude.

Para além de identificar essas vantagens e desvantagens direcionadas para pessoas negras, com o objetivo de beneficiar a branquitude, devemos traçar estratégias para denunciar essas diferenciações. Tomando o devido cuidado para não reproduzir o racismo entre pessoas negras, se fundamentando nessa hierarquização racial, correndo o risco de nos perdermos dos nossos valores de união e caindo nas armadilhas do racismo.

Destaco que as vantagens concedidas para as pessoas negras de pele clara, não são suficientes para trazer pertencimento aos espaços de poder tradicionalmente ocupados pela branquitude. Entretanto, possibilita outra vivência dentro do racismo direcionado para essas mesmas pessoas. Essa diferenciação produzida pela branquitude, estimulou uma espécie de competição entre as pessoas negras, desde o período em que pessoas brancas escravizavam pessoas negras, perdurando até os dias de hoje, trazendo efeitos deletérios no campo afetivo e político de pessoas pretas e pardas (DEVULSKY, 2021).

A tentativa de simplificar esse debate e resumir as diferenças como se as identidades pretas e pardas fossem opostas, buscando estabelecer uma dicotomia, fortalecem o racismo, a branquitude e as estruturas de dominação, fragilizando as negritudes e lutas contra o racismo e colorismo.

Avalio que devemos reconhecer as diferenças existentes dentro das negritudes, não somente diferenciando pretas/es/os e pardas/es/os, mas sim a existência das muitas diferenças

entre as pessoas negras. O reconhecimento das pluralidades nos humaniza, valorizando as diversidades, identificando as nossas semelhanças, mas é necessário que isso ocorra sem apagar as nossas diferentes vivências.

Ainda que tentemos desmantelar essa hierarquização racial direcionadas para pessoas do mesmo grupo racial, terão situações estruturais em que não teremos poder para alterar racismos já instalados por essas hierarquias produzidas pela branquitude. Nessas situações reflito sobre a importância de nos unirmos enquanto pessoas negras para cicatrizar as violências racistas conjuntamente, nos escutando verdadeiramente e nos levantando para lutar contra as injustiças unidas/es/os, também como estratégia de enfrentamento ao racismo e fortalecimento da irmandade nas negritudes.

Realizando um apanhado geral das perspectivas apresentadas na pesquisa de campo, foram sugeridas diversas práticas de resistências e insurgências, destacando ações do cotidiano. Esses dados dialogaram ao longo da dissertação com as noções de *amefricanidade* apresentadas por Lélia Gonzalez.

Para além dessas situações citadas temos inúmeros exemplos práticos de como podemos questionar as posturas e instalação de regras baseadas no racismo. Foram destacadas algumas situações para ilustrar alguns enfrentamentos ao racismo no dia-a-dia, trazendo visibilidade às diversas estratégias que já realizamos no cotidiano, com o intuito de nos inspirarmos em ações de fortalecimento das negritudes.

Tive um cuidado para que durante o percurso dessa dissertação o foco fosse direcionado para o fortalecimento das negritudes. Compreendo que é necessário analisarmos o sistema de opressão racista, mas me incomoda o debate sobre pessoas negras ser focado com uma grande frequência no racismo e violência que sofremos, paralisando o debate nesse ponto, por acessarmos muitas dores. Me interessa seguirmos para o próximo passo depois desse ponto, valorizando as trajetórias negras, as potencialidades, resistências e insurgências.

Outro aspecto presente nesse diálogo realizado ao longo dessa pesquisa é a reflexão acerca dos não-lugares das pessoas ditas pardas, marcando a existência desses lugares dentro das negritudes. Nesse sentido, foi necessário realizar o debate sobre a heteroidentificação, a autodeterminação, problematizando a leitura social realizada dos nossos corpos, por parte das pessoas brancas e por parte das pessoas negras, diferenciando a produção e reprodução do racismo.

Ainda que essas estruturas racistas tentem produzir um apagamento, as resistências florescem por todos os cantos, produzindo fissuras nesse sistema, mas a caminhada é longa, pois sabemos que ainda temos muitas dores produzidas por essa estrutura racista.

Eu considero muito importante positivarmos as identidades negras, para fortalecimento das negritudes e da autoestima da população negra. Na aplicação do questionário foi proposta uma ferramenta que busca estimular reflexões internas, em uma tentativa de gerar um encontro com a memória, trazendo visibilidade para as potencialidades, com o intuito de nos inspirarmos nas ações conjuntas, colaborando para valorização das negritudes e identificarmos as nossas semelhanças e diferenças.

Houve uma preocupação com a abordagem de assuntos que poderiam tocar em locais sensíveis para nós pessoas negras, nesse sentido tentei trazer esse debate em uma perspectiva que denunciasse as tentativas da branquitude em fragmentar as pessoas negras para benefício próprio. Foi realizado esse direcionamento da responsabilização da branquitude, com o objetivo de colaborar para a união e fortalecimento das negritudes.

Os diálogos inevitavelmente mexeram muito comigo, ao lidar com as dores do racismo e do colorismo. Mas também tocou em lugares positivos ao possibilitar encontros felizes com as negritudes, sendo muito bom termos referências negras, trazendo também vivências positivas das negritudes. Nesse sentido, busquei proporcionar essa vivência para as pessoas que responderam à pesquisa, trazendo aspectos relacionados também ao encontro feliz com as nossas negritudes.

Se nós pessoas negras teremos que lidar com as dores da opressão, as pessoas brancas terão que lidar com as dores da branquitude ser identificada como opressora, carregando a título de racista e sendo chamada na responsabilidade da luta antirracista. Viver o lugar da branquitude nessa opressão não está relacionado somente aos benefícios, mas também ao peso de ser racista.

Por esse motivo foi necessário inserir a branquitude e as pessoas brancas nessa equação que envolve o racismo e as desigualdades raciais, deixando de lado a narrativa que coloca o racismo como um problema de pessoas negras. Quando discutimos as desigualdades raciais o foco geralmente é direcionado para as pessoas negras e há um silêncio em relação às pessoas brancas. No entanto a escravização de pessoas negras por parte de pessoas brancas durante cerca de quatro séculos, deixou essa herança concreta e simbólica para as pessoas brancas (BENTO, 2002). Permitindo acumulação de bens e questões subjetivas positivas para pessoas brancas, mas também o ônus de ser racista e uma responsabilidade ancestral de reparação dessas opressões para não se tornarem as mesmas pessoas brancas racistas que escravizaram nossos antepassados. Nesse contexto a famosa frase de Angela Davis “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista” se mostra muito oportuna.

A escravização deixou marcas dolorosas nas pessoas negras, mas mesmo em meio a essas dores e violências, nossos ancestrais conseguiram deixar legados de resistências e insurgências. Não é por causa da escravização, mas sim apesar dela. Nós conseguimos em condições adversas produzir coisas incríveis, como os aquilombamentos, por exemplo.

Desta forma, busquei construir um debate que perpassou pelas dores, mas seguiu a trilha das potencialidades, trazendo visibilidade para práticas de resistências e insurgências, com o intuito de valorizar as nossas potencialidades e nos motivar a seguir o caminho da transformação da realidade.

Inicialmente essa dissertação estava intitulada como "Tribunal do colorismo: *Amefricanidade* como metodologia de fortalecimento das negritudes". Posteriormente foi inserida a categoria branquitude, por receio de que alguns equívocos de interpretação gerassem o entendimento de que o tribunal do colorismo poderia ter sido produzido pela negritude, alterando para "Branquitude no tribunal do colorismo: *Amefricanidade* como metodologia de fortalecimento das negritudes". No entanto ao apresentar o link para uma pesquisadora, a mesma mencionou que também estava escrevendo sobre a branquitude, me fazendo questionar como um título e a ordem das palavras apresentadas podem trazer o foco para determinada compreensão.

Por isso altero a ordem, iniciando o título da dissertação com a palavra "*amefricanidade*", com o intuito de mudar percepções, trazer o protagonismo para as negritudes e para a transformação da realidade. Sendo realizada a alteração do título para "*Amefricanidade* como metodologia de fortalecimento das negritudes: a branquitude no banco dos réus no tribunal do colorismo". Inicia-se o debate pela *amefricanidade*, como uma metodologia para o fortalecimento das negritudes. E para além de responsabilizar a branquitude pela criação do colorismo, colocá-la no tribunal para ser julgada por isso, sendo cobrada uma reparação histórica.

Eu também sentia um incômodo com a palavra tribunal, apresentando uma preocupação em trazer o foco para uma perspectiva punitivista, podendo incorrer no risco de ser interpretado que eu estaria buscando uma responsabilização relacionada ao cárcere, titubeei algumas vezes para inserir a palavra "tribunal" no título. No entanto, posteriormente refleti sobre a importância de trazer o impacto da branquitude ocupar o banco dos réus, trazendo a diferenciação da culpabilização e a perspectiva de responsabilização histórica. Descrevendo no percurso do trabalho a minha perspectiva anti-cárcere, diferenciando a responsabilização e culpabilização, contudo seguindo o curso do debate que prioriza o enfoque ao fortalecimento das negritudes.

Ao realizar essas mudanças busca-se então valorizar as trajetórias negras, trazendo a potencialidade da *amefricanidade* enquanto uma categoria que tem um valor metodológico de transformação da realidade, por trazer a unidade específica, das pessoas negras que vivenciam nesse território as marcas das diásporas africanas, traçando um caminho que reconhece o processo histórico de intensa dinâmica social e cultural, dando ênfase à valorização dessas novas formas de viver.

Conforme debates realizados no percurso dessa dissertação destaco que foram pesquisados aspectos relacionados às negritudes, refletindo sobre o valor metodológico da *amefricanidade* para o fortalecimento de pessoas negras e denunciando a branquitude como criadora do tribunal do colorismo. Foram realizados debates sobre a correlação entre o fortalecimento das negritudes e o aumento de pessoas se autodeclarando negras no Brasil, durante o censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

A pesquisa de campo sugeriu que múltiplos fatores influenciaram o aumento da autodeclaração de pessoas negras no Brasil durante esse levantamento censitário realizado em 2022. Destaco a importância de acesso à informação, conscientização racial, mudança de perfil de recenseadores, políticas de ações afirmativas, ações dos Movimentos Negros, impactos midiáticos e das redes sociais, mudança da percepção racial ao positivarem as identidades raciais negras, trazendo a valorização das negritudes. Esses pontos levantados pelas pessoas que responderam à pesquisa dialogam com aspectos abordados por especialistas, no que tange ao aumento da autodeclaração de pessoas negras no Brasil em 2022 e ao fato de pela primeira vez a maior parte da população do Brasil se autodeclarar parda, em um censo realizado pelo IBGE.

Foram identificados, ainda, diversos projetos de resistências e insurgências que ultrapassam as noções de fronteiras político-geográficas, contribuindo para a transformação da realidade. Sendo debatidas as resistências como estratégias de enfrentamento ao racismo. As insurgências, por sua vez, foram associadas a uma crítica aos processos de dominação-exploração.

Logo, refletimos que as pessoas negras seguem resistindo às violências racistas e ao mesmo tempo construindo caminhos para o fortalecimento das negritudes, buscando romper com os processos de exploração e dominação que geram a subalternidade. Apresentada a noção de projetos enquanto uma estruturação da luta construída na unidade, em uma perspectiva progressiva na busca de um resultado específico, alinhado às ações de promoção da igualdade racial.

Lélia Gonzalez reflete que a *amefricanidade* se constitui a partir de um processo histórico complexo, em que pessoas negras vivenciam a perspectiva de adaptação, resistência reinterpretação, criação de novas formas de viver nesse território intitulado Américas, com referências centradas em modelos africanos (GONZALEZ, 1988). Essas práticas de resistências e insurgências foram estratégias de sobrevivências e construção de novas maneiras de viver que não focassem somente em sobreviver, mas também em viver, em ter direito a sorrir, dançar, cantar, sonhar, entre outras possibilidades de construir uma realidade digna.

A potencialidade de transformação da realidade se dá a partir das ações realizadas para o fortalecimento das pessoas negras com as conexões ancestrais africanas. Após a fragmentação produzida pelas diásporas africanas, a união entre pessoas negras nesse novo território criou novas formas de viver, dialogando com as perspectivas *amefricanas*.

Assim, o trajeto dessa escrita se fundamenta nos projetos de resistências e insurgências, marcados pela ampliação dos sistemas fronteiriços e etnogeográficos, inspirados em modelos *amefricanos*. Espero que esse percurso tenha contribuído para reflexões, sonhos e para nos inspirar a seguirmos transformando o mundo em um lugar melhor para as vivências negras.

REFERÊNCIAS

Figura 22: Fotografia Jean Michel Basquiat e Obra de arte: Sem título (1982)



Fonte: BASQUIAT (1982)

(ACM) **ACM Neto fez primeiro registro como branco no TSE; campanha cita 'equívoco'.** 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/23/acm-neto-autodeclaracao-pardo-tse.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em 20/02/2025.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de janeiro: Graal, v. 2, 1985.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. – Página 29

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Diáspora africana.** Geledés, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/diaspora-africana/. Acesso em 07/03/2023.

ANTUNES, Marta. **Pardos são maioria da população brasileira pela primeira vez, indica IBGE**. Censo 2022. Secretaria de Comunicação Social. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pardos-sao-maioria-da-populacao-brasileira-pela-primeira-vez-indica-ibge. Acesso em: 14/02/2025.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade coletiva**. In: Responsabilidade e julgamento. 2ª reimpressão. São Paulo; Companhia das letras, 2008.

ARCE, José Manuel Valenzuela. **Transfronteras: fronteras del mundo y procesos culturales**. José Manuel Valenzuela Arce (Org.). — Tijuana : El Colegio de la Frontera Norte, 2014.

ATHIAS, Leonardo. **Pardos são maioria da população brasileira pela primeira vez, indica IBGE**. Censo 2022. Secretaria de Comunicação Social. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pardos-sao-maioria-da-populacao-brasileira-pela-primeira-vez-indica-ibge. Acesso em: 14/02/2025.

BARROS, William. Universidades federais registram mais de 7 casos de uso irregular de cotas raciais por mês. In.: Educação. GloboNews. Portal G1. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/03/universidades-federais-registram-mais-de-7-casos-de-uso-irregular-de-cotas-raciais-por-mes.ghtml. Acesso em: 26/03/2025.

BASQUIAT, Jean-Michel. **Obra sem título 1982. 10 obras de arte famosas de Jean-Michel Basquiat.** In.: Revista Singularta. Disponível em: https://www.singulart.com/en/blog/2023/11/08/jean-michel-basquiat-famous-paintings/ Acesso em: 26/01/2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil** In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BISSIGO, Diego. In.: MARIANI, Daniel. RONCOLATO, Murilo. ALMEIDA, Rodolfo. TONGLET, Ariel. **Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão.** In: Jornal Nexo. 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/censo-de-1872-o-retrato-do-brasil-da-escravidao. Acesso em 07/02/2025.

BRASIL. **Decreto 11.785 de 20 de novembro de 2023.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11785.htm#:~:text=especificidades%20e%20diversidades.-,Art.,de%20grupos%20sociais%20historicamente%20discriminados. Acesso em: 16/02/2025.
BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **nº 1- Edição Censo Quilombola.** 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-censo-quilombola-2022_31-08.pdf. Acesso em 25/03/2025.

BRASIL. **População quilombola é de 1,3 milhão, indica recorte inédito do censo.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo. Acesso em 25/03/2025.

CAMPOS, Liniker B. F. **Vencedora do Grammy, Liniker lança o segundo álbum solo, canta seus maiores sucessos e fala da nova fase. Programa de 19/08/2025.** Conversa com Bial. [entrevista concedida] Pedro Bial. Globo, exibido em 19/08/2024. Programa de televisão. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Miscigenação.** In.: Jornal Correio Braziliense – Coluna Opinião. 2000. Disponível em: https://www.geledes.org.br/miscigenacao/. Acesso em: 18/07/2023.

CARDOSO, Lourenço. **O branco não branco e o branco-branco**. In.: Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil/Tânia Mara Pedroso Müller, Lourenço Cardoso, -1.ed. – Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHO, Eric L. e SOUZA, João. **ACM Neto apresenta documento em que é declarado pardo e comenta críticas de adversários: 'assim que eu me vejo'.** 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2022/noticia/2022/09/23/acm-neto-apresenta-documento-em-que-e-declarado-pardo-e-comenta-criticas-de-adversarios-assim-que-eu-me-vejo.ghtml. Acesso em 20/02/2025.

(CENSO) **Censo 2022: Conheça a primeira pesquisa feita em 1872 que revelou um Brasil com1,5 milhão de escravizados (CENSO).** In.: Economia. Jornal O Globo. Rio de Janeiro,

Brasil. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/27/censo-2022-conheca-a-primeira-pesquisa-feita-em-1872-que-revelou-um-brasil-com-15-milhao-de-escravizados.ghtml. Acesso em 21/02/2025.

COALIZÃO NEGRA. **Carta-Manifesto da Coalizão ao Censo 2022. Responda para ter respeito: Censo 2022.** Coalizão Negra por Direitos. 2022. Disponível em: https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/09/01/responda-para-ter-respeito-carta-manifesto-ao-censo-2022/. Acesso em 18/02/2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONFORTO, Edivandro. C.; AMARAL, Daniel. C.; SILVA, Sérgio. L. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos.** Porto Alegre, 2011.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Brincadeiras africanas para a educação cultural** / Débora Alfaia da Cunha. Castanhal, PA: Edição do autor, 2016.

_____, Débora Alfaia da. Prefácio. **Catálogo de jogos e brincadeiras Africanas e afro-brasileiras**. 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Catalogo-de-jogos-e-brincadeiras-Africanas-e-afro-brasileiras-adehj7.pdf. Acesso em: 09/01/2024.

CURRIEL, Ochy. **Critica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. In.: Revista de Teoria da História, Volume 22, Número 02, Universidade Federal de Goiás, dezembro de 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/teoria-historia,+11.+Tradu%C3%A7%C3%A3o+-+CURIEL,+Ochy.+Critica+poscolonial+desde+las+practicas+del+feminismo+antiracista+-+231-245.pdf. Acesso em 10/12/2023.

CUTI [Luiz Silva]. **Quem tem medo da palavra negro.** In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. O racismo e o negro no brasil: Questões para a psicanálise. Editora Perspectiva SA, 2020. Página 198 e página 211

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: Racismos e Antirracismos no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

DA SILVA, Anaxsuell. F. (2021). **Entre el racismo epistémico y el racismo religioso: Creencias, devociones y saberes de los afrodescendientes en la triple frontera**. Perspectivas Revista De Ciencias Sociales, 6(11), 118–149.

DASS, Angélica. **Fotógrafa propõe reflexão sobre o racismo no projeto Humanae**, In.: Correio Braziliense, 2012. Disponível em: https://primaveraeditorial.com/bbb-21-falar-sobre-colorismo/ . Acesso em: 05/02/2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Editora Jandaíra, 2021.

DIALLO, Mamadou Alpha. **Relação histórico-cultural entre o continente africano e a América Latina**, In.: Revista Unila Extensão e Cidadania. Temática: educação das relações étnico-raciais. Edição n.1 – versão digital Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil 2017.

DOMINGUÊS, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. Disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt. Acessado em 28/01/2024.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

_____, Conceição. **A Escrevivência e seus subtextos**. 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/404636/mod_resource/content/1/EVARISTO%20A%20escrevivencia%20e%20seus%20subtextos.pdf. Acesso em 22/04/2025.

_____, Conceição. **Becos da Memória.** 200p. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

_____, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta.** v.13, n.25, p. 17-31, 2019.

_____, Conceição. APUD. BRANDINO, Luiza. **Conceição Evaristo: Um dos principais nomes da literatura contemporânea, Conceição Evaristo é poeta, contista, romancista e importante teórica de estudos literários e afro-brasileiros.** In.: Literatura. Escritores brasileiros, UOL. 2018. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/literatura/conceicao-evaristo.htm. Acesso em: 03/04/2025.

_____, Conceição. **Escrevivência como fenômeno diaspórico e universal.** In.: A Escrevivência e seus subtextos. 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/404636/mod_resource/content/1/EVARISTO%20A%20escrevivencia%20e%20seus%20subtextos.pdf. Acesso em 03/04/2025.

_____, Conceição. **Escrevivências: Identidade, gênero e violência**. Belo Horizonte: Idea Editora, 2016.

ESPINHA, Roberto Gil. **O que é um projeto? Descubra o conceito, os principais tipos e a diferença entre processo.** 2022. Disponível em: https://artia.com/blog/o-que-e-um-projeto/#:~:text=Um%20projeto%20%C3%A9%20um%20esfor%C3%A7o,)%2C%20e%20um%20objetivo%20final Acesso em: 05/02/2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

FENÓTIPO, In.: Dicio, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: https://www.dicio.com.br/fenotipo/. Acesso em: 15/05/2023.

FIRMO, Walter. **O firmamento de Walter Firmo.** In.: Farofafá. 2022. Disponível em: https://farofafa.com.br/2022/04/29/o-firmamento-de-walter-firmo/. Acessado em: 28/01/2024.

FIRMO, Walter**. Fotografia de Pixinguinha realizada por Walter Firmo.** Fotografia realizada em 1962, colorizada em 1967. Disponível em: https://ims.com.br/walter-firmo-audioguia-parada-009/ Acessado em: 26/01/2024.

GARDUÑO, Everardo. **Antropología de la frontera, la migración y los procesos transnacionales.** Frontera Norte, vol. 15, núm. 30, julio-diciembre, El Colegio de la Frontera Norte, A.C. Tijuana, México, 2003.

GASKELL, George. "Entrevistas Individuais e Grupais". In: Bauer, Martin e Gaskell, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático.** Petrópolis. Vozes. 64-89, 2004.

GELEDÉS. **De que cor é o lápis "cor de pele"? Marca quebra preconceitos e cria 12 "cores de pele".** 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/de-que-cor-e-o-lapis-cor-de-pele-marca-quebra-preconceitos-e-cria-12-cores-de-pele/ . Acesso em: 02/02/2024.

GLASER, Barney. G. e STRAUSS, Anselm. L. **A descoberta da teoria fundamentada: estratégias para pesquisa qualitativa.** Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **No dia dos povos indígenas vamos falar de racismo?** In.: Portal Migalhas de Peso. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/385048/no-dia-dos-povos-indigenas-vamos-falar-de-racismo. Acesso em 02/01/2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

_____, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

_____, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo.: Diáspora Africana, 2018.

GUIMARAES, Samuel. P. **Nação, nacionalismo, Estado**. In. Estudos Avançados 22, 2008. (62): 145-159.

GUZZO, Morgani. **Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira.** In. Geledés – Instituto da Mulher Negra. 2021. Acesso em 24/01/2024. Disponível em: https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/?gclid=Cj0KCQiAh8OtBhCQARIsAIkWb6--ldUCTLAmBs5_vNt5gfAqGPf9jULJgofRy3WA1n7ZLSYdq227IKsaAj8yEALw_wcB

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMÓGENES, Matheus. **Brincadeiras africanas conectam o Brasil a seu próprio passado.** Estados de Minas. Cultura. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/01/08/interna_cultura,1441618/brincadeiras-africanas-conectam-o-brasil-a-seu-proprio-passado.shtml#:~:text=Brincadeiras%20como%20%E2%80%9Cterra%2Dmar%E2%80%9D,%2C%20africanidades%20e%20afro%2Dbrasilidades. Acesso em: 09/01/2024.

HOOKS, Bell In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**, p.59, 2009.

IBGE. I**BGE mostra as cores da desigualdade.** In.: Agência IBG Notícias. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade . Acesso em: 26/01/2024.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Memória IBGE**. **Censos 2007 > História > Contagem da População. [on-line].** 2007. Disponível em: https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/panorama-introdutorio.html#:~:text=O%20primeiro%20censo%2C%20ent%C3%A3o%2C%20foi,a%20%22lei%20do%20cativeiro%22. Acesso em 05/02/2025.

IBGE. **Censo 2022: População quilombola é mais jovem do que população total do país**, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39933-censo-2022-populacao-quilombola-e-mais-jovem-do-que-populacao-total-do-pais#:~:text=Pela%20primeira%20vez%20na%20hist%C3%B3ria,conhecimento%20e%20orientar%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas. Acesso em: 25/03/2025.

IBGE. **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda.** In.: Agência IBGE Notícias. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em: 26/03/2025.

IBGE. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial.** 2023. In.: Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial. Acesso em 26/03/2025. (Melhorar citação)

IBGE. **Os quilombolas no Censo 2022.** Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22325-os-quilombolas-no-censo-2022.html. Acesso em: 25/03/2025.

JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. **A interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO. In: **Memórias da ditadura**. (s.d.). Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/#sobre. Acesso em 28/01/2024.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami/ Davi Kopenawa e Bruce Albert**; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

LEMOS, Ubiratan de. **O negro brasileiro.** In: Revista O Cruzeiro, 22 de maio de 1954.

LORDE, Audre. **As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa grande.** In: Second Sex Conference, The Personal and the Political Panel, New York. 1979.

MANSUR, Herman Sander. **Metodologia.** UFMG. Minas Gerais. s.d.. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3257674/mod_resource/content/3/metodo.pdf. Acesso em: 28/01/2024.

MARIANI, Daniel. RONCOLATO, Murilo. ALMEIDA, Rodolfo. TONGLET, Ariel. **Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão.** In: Jornal Nexo. 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/censo-de-1872-o-retrato-do-brasil-da-escravidao. Acesso em 07/02/2025.

MARQUES, Lorena L. **Diáspora africana, você sabe o que é?** In.: Fundação Palmares. Governo Federal. 2019. Acesso em: 25/06/2023. Disponível em: https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e.

MARQUES, Maria Cristina Treptow; GENTINI, Alfredo Guillermo Martin. A sociopoética como método para pesquisa qualitativa em Educação Ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, *[S. l.]*, v. 23, 2014. DOI: 10.14295/remea.v23i0.4566. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4566. Acesso em: 15/01/2025.

MARTINS, André. **O que é censo e por que ele é importante para o Brasil?**. In.: Exame. 2023. Disponível em: https://exame.com/brasil/ibge-divulga-primeiros-dados-do-censo-2022-entenda-por-que-a-pesquisa-e-importante-para-o-brasil/. Acesso em: 14/02/2025.

MARTINS, Heloisa Helena. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, ago, pp. 289-300, 2004.

MARTINS, Leda Maria. **Performances da oralitura: corpo, lugar da memória.** *Letras*. 2003.

MARTINS, Victória. **Fotografia Célia Xacriabá.** In.: Célia Xacriabá eleita deputada federal por MG quer mulherizar e indigenizar a política para lutar por demarcações, educação e acesso à cultura. Disponível em: https://conexaoplaneta.com.br/blog/celia-xakriaba-eleita-deputada-federal-por-mg-quer-mulherizar-e-indigenizar-a-politica-para-lutar-por-demarcacoes-educacao-e-acesso-a-cultura/ . Acesso em: 26/01/2024.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZONETTO, Caroline. **O que é negacionismo e por que ele atrasa a evolução do conhecimento; ciência avança com dúvida e questionamento, não com negação**, In.: Portal Butantan, 2023. Disponível em: https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/o-que-e-negacionismo-e-por-que-ele-atrasa-a-evolucao-do-conhecimento--ciencia-avanca-com-duvida-e-questionamento-nao-com-negacao#:~:text=Afinal%2C%20o%20que%20%C3%A9%20negacionismo,ou%20argumentos%20que%20o%20comprovam%E2%80%9D. Acesso em: 05/02/2024.

MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon.** Cidade do Cabo, 2011.

_____, Achille. **Necropolítica.** São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. 1. ed. Jandaíra: Pólen Produção Editorial, São Paulo, 2020.

MOREIRA, Tiago. **O que explica alta de quase 90% na população indígena registrada pelo Censo 2022.** Economia. In: BBC News. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/08/07/o-que-explica-alta-de-quase-90-na-populacao-indigena-registrada-pelo-censo-2022.ghtml. Acesso em: 25/03/2025.

MUNANGA, Kabenguele. **As ambiguidades do Racismo à brasileira.** In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. O racismo e o negro no brasil: Questões para a psicanálise. Editora Perspectiva SA, 2020. – Páginas 40 e 41

_____, Kabenguele. **Prefácio.** In.: Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil/Tânia Mara Pedroso Müller, Lourenço Cardoso, -1.ed. – Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NETO, Miguel Lacerda; FRANÇA, Bruno Alves de. (2019). **Considerações para afirmação da negritude: a construção do não-lugar.** In: Revista Cultura, Estética & Linguagens. Vol. 04, nº 02 – agosto, 2019. – Página 168

N., Juliana. **Tipos de metodologia de pesquisa para trabalho acadêmico**. In: mystudybay. 2023. Disponível em: https://mystudybay.com.br/metodologia-de-pesquisa/#exemplos-de-metodologia Acesso em: 08/02/2024.

NOFFKE, Susan; SOMEKH, Bridget (2015) **"Pesquisa de Ação".** Em Teoria e Métodos de Pesquisa Social (pp. 141-149), editado por Bridget Somekh; Cathy Lewin. Petrópolis: Vozes.

NOGUEIRA, Fábio. **Prefácio. In.: Oliveira, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica** / Dennis de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica** / Dennis de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PAU-DE-ARARA. In. **Wikipédia.** Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_(transporte). Acesso em: 10/04/2025.

PAPALÉO, Márcia. **Bonecas Abayomi.** Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/559079741239913441/ Acesso em: 26/01/2024.

PAULINO, Rosana. **"As Gentes", Página do livro HISTÓRIA NATURAL?** Técnica mista sobre papel 28,5 x 38,0 cm. 2016. Disponível em: https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/researcher-and-artist-rosana-paulino/. Acesso em: 20/12/2023.

PEQUENO, Anita. **Conheça a história da discriminação do cabelo crespo no Brasil.** In.: Terra. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/conheca-a-historia-da-discriminacao-do-cabelo-crespo-no-brasil,dfe7e90a0626f754e0ddf0ff9afa0a9agrl7ikfs.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 28/03/2025.

PEREIRA, Renata Gonçalves. FIGURA. **Ilustração Sankofa.** Segredos do mundo. 2021. Disponível em: **https://segredosdomundo.r7.com/sankofa-significado-simbolo/** . Acesso em: 26/01/2024.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Africana na Formação de Professoras e Professores.** 2015. Disponível em: https://negrecombr.files.wordpress.com/2018/10/pretagogia-sandra-petit.pdf Acesso em: 28/01/2024.

PIÃO. In.: **Dicionário InFormal.** Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/pi%C3%A3o/#:~:text=Pessoa%20sem%20forma%C3%A7%C3%A3o%20que%20executa,chamar%20a%20aten%C3%A7%C3%A3o%20de%20algu%C3%A9m. Acesso em: 10/04/2025.

PIRES, Thula Rafaela. O. **Direitos Humanos traduzidos em Pretuguês.** In: 13 Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11 – Transformações, Conexões, Deslocamentos, 2017.

PORTUGUEZ, Lusa Fontoura. **(Re)conhecendo as necessidades e especificidades em saúde das pessoas bissexuais e pansexuais.** Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, Gerência Regional de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Saúde, Curso de Especialização em Saúde Coletiva, 2019.

RABELLO, Tatiana Cendron Fortes. **Mas afinal o que é o racismo?**. In.: Geledés. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/mas-afinal-o-que-e-o-racismo-por-tatiana-cendron-fortes-rabello/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAjw--K_BhB5EiwAuwYoys4boqaG7BjB1xdMU7a3jihCWdmRE4J_oOLV3xuN_dpZpxoyKQX84hoCCDMQAvD_BwE. Acesso em 10/04/2025.

REGIS, Mariana Fernandes R. B. **Pretas orgulhosas. Poder, Liberdade e os discursos sobre a irmandade da boa morte nos séculos XX e XXI**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Banca de qualificação. 2024.

REIS, Maria Firmino. **Não quero amar mais ninguém.** In.: Cantos à beira-mar. Biblioteca Virtual Brasileira. Edição de Base. Literatura Brasileira, Disponível em: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=117651#N%C3%A3oqueroamarmaisningu%C3%A9m. Acesso em: 03/01/2024, 1871.

REINHARZ, Shulamit. **Feminist Methods in Social Research.** New York: Oxford University Press,
1992; and traduce in 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Taciana. **Pular elástico - 1ºS anos EFI.** 2019. Disponível em: https://www.colegioconsolata.com.br/aconteceu2019/09_setembro/e_f_1/88_elastico/index.html. Acesso em: 09/01/2024. (Ver em que trecho coloquei as informações dessa fonte)

RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África.** Coleção de Leste a Oeste. Seara Nova, 1975.

SÁNCHEZ, Iroel. Fotografia pessoas encarceradas. **Navios negreiros: filas e escassez no tempo da covid 19.** In.: Nova Cultura. 2020. Disponível em: https://www.novacultura.info/post/2020/05/11/navios-negreiros-filas-e-escassez-no-tempo-da-covid-19. Acesso em: 15/01/2023.

SANT'ANNA, Wania. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial.** Avaliação é de especialistas ouvidos pela Agência Brasil. In: Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=Vozes%20negras,de%20cultura%2C%20de%20religiosidade%E2%80%9D. Acesso em 05/02/2024.

SANTOS, Antônio Bispo**. O que é contracolonial e qual a diferença em relação ao pensamento decolonial?**, 2023. Disponível em: https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/o-que-e-contra-colonial-e-qual-a-diferenca-em-relacao-ao-pensamento-decolonial/ Acesso em: 05/02/2024.

SANTOS, Hélio. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999. [Relatório ONU]. Disponível em: file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf. Acesso em 12/02.2025.

SANTOS, Lorena Monique dos. **Projeto "Ah branco, dá um tempo!"** In.: Exposição alunos da UnB contam em fotos frases racistas que ouviram. Terra. Disponível: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/alunos-da-unb-contam-em-fotos-frases-racistas-que-ouviram,c8f23b42cac1ed0fea8d4f5c47a53e0eayyiRCRD.html. Acesso em: 20/12/2023.

SANTOS, Milton. **O Conceito de Espaço na Epidemiologia das Doenças Infecciosas**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 585-593, 1997.

_____, Milton. **Espaço e Método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur. p. 15-20, 1998.

SEGRE, Marco. **O conceito de Saúde**. Revista de Saúde Pública. São Paulo. v.35, nº 5, 1997.

SEPPIR apud PROEXT. **Sobre ações afirmativas e comunidades tradicionais**. In.: Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial-SEPPIR, 2019 apud PROEXT-Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Amazonas, jan. 2019. Disponível em: https://proext.ufam.edu.br/dpa/sobre-acoes-afirmativas.html#:~:text=Uma%20a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa%20busca%20oferecer,o%20preconceito%20e%20o%20racismo. Acesso em: 05/06/2024.

SILVA, Alessandro Soares; e FILHO, Antônio Euzébio. **Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos.** In.: Scielo. (2023). Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/dddH8RnM67MNnXDstDzVTZq/ . Acesso em: 05/02/2024.

SILVA, Cíntia Valéria de Souza; e ROSA, Misleyanne Alves. **Lutas e conquistas do movimento social afrodescendente e o movimento Ilê Ayiê.** Geledés – Instituto da Mulher Negra. 2013. Disponível em: https://www.geledes.org.br/lutas-e-conquistas-do-movimento-social-afrodescendente-e-o-movimento-ile-aiye/?gclid=Cj0KCQiA2KitBhCIARIsAPPMEhKjVKL09Q7-8zaKewwOvRiYwr-Q_1UdilTtoGB_ujfg-UWalajNXSQaApCBEALw_wcB. Acesso em: 28/01/2024.

SILVA, Giselle Oliveira da. LIMA, Sostenes Cezar de. **Afirmações identitárias e as sutilezas violentas do racismo por denegação**. In.: Congresso de Educação, Linguagem e Tecnologias. 2021.

SILVA, Hernani Francisco da, **Definições sobre a branquitude, In. Geledes.** 10/09/2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/. Acesso em 12/07/2024.

SILVA, Maria Lúcia da. **Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros.** KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. O racismo e o negro no brasil: Questões para a psicanálise. Editora Perspectiva SA, 2020. – Página 82

SILVA, Priscila Elisabete da. **A origem do conceito branquitude.** In.: Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil/Tânia Mara Pedroso Müller, Lourenço Cardoso, -1.ed. – Curitiba: Appris, 2017.

[s.n.]. Associação Capoeira Grupo Igualdade. **Pintura representando jogo de capoeira.** Disponível em: https://www.igualdadecapoeira.com.br/sobrecapoeira. Acessado em: 26/01//2024.

[s.n.], Mércia. **Pular elástico.** Centro Educacional Infantil-CEI. Disponível em: https://www.facebook.com/ceijerico/videos/brincadeira-tradicional-africana-ono-um-pular-el%C3%A1stico/697438997509800/. Acesso em: 09/01/2024.

[s.n.]. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial**. In.: Agência Brasil. 2023. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/geral/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial-1.993582. Acesso em 12/02/2025.

[s.n.]. **Baobá.** Focus química. 2016. Disponível em: https://www.focusquimica.com/2016/03/oleo-de-baoba/. Acesso em: 26/01/2024.

[s.n.]. **Fotografia Lélia Gonzalez**. [S. D.]. Disponível em: https://www.google.com/search?q=l%C3%A9lia+gonzalez+&tbm=isch&ved=2ahUKEwjp78SznJOEAxVTspUCHUy-Aq8Q2-cCegQIABAA&oq=l%C3%A9lia+gonzalez+&gs_lp=EgNpbWciEGzDqWxpYSBnb256YWxleiAyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAYgAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAYgA

QyBBAAGB4yBBAAGB4yBxAAGIAEGBgyBxAAGIAEGBhI3jdQ3ApYoC5wAHgAkAEAmAHBAaABjhCqAQQwLjE2uAEDyAEA-AEBigILZ3dzLXdpei1pbWfCAgQQIxgnwgIIEAAYgAQYsQPCAgoQABiABBiKBRhDwgIOEAAYgAQYigUYsQMYgwHCAgsQABiABBixAxiDAcICBBAAGAOIBgE&sclient=img&ei=KVHAZam3JdPk1sQPzPyK-Ao&bih=911&biw=1920#imgrc=XpCzE6_eAUlCFM
Acesso em: 26/01/2024.

[s.n.]. **Fotografia BASQUIAT, Jean-Michel. 10 obras de arte famosas de Jean-Michel Basquiat.** In.: Revista Singularta. Disponível em: https://www.singulart.com/en/blog/2023/11/08/jean-michel-basquiat-famous-paintings/ Acesso em: 26/01/2024.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos**. Athalaia, 2010.

SOUZA, Gabriela Santos. **Irmandade da Boa Morte**. In.: Lab Dicas Jornalismo. 2023. Disponível em: https://labdicasjornalismo.com/noticia/13351/irmandade-da-boa-morte. Acesso em: 10/03/2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

TUPINAMBÁ, Juliana (TUPINAMBÁ, Amanayara) e TUPINIKIM, Débora. **A história se repete: genocídio indígena por doenças do Karaíba.** In.: Genocídio Indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória/ Braulina Baniwa... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

TUXÁ, Felipe. **Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil.** In.: Genocídio Indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória/ Braulina Baniwa... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

WALKER, Alice. **Search of Our Mothers'Gardens: Womanist Prose**, 1983.

WALSH, Catherine. (Ed.), **Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I, (pp. 23-68). Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WESTIN, Ricardo. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. Senado, Arquivo S. Sociedade. Edição 92. 2022. Disponível em https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados. Acesso em 05/02/2025.

XAKRIABÁ, Célia. **'Se o Brasil começa por nós, por que nós chegamos por último?'** Reportagem In.: Mongabay - Notícias Ambientais para Informar e Transformar. 2023. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2023/02/celia-xakriaba-se-o-brasil-comeca-por-nos-por-que-nos-chegamos-por-ultimo/. Acesso em: 03/01/2024.

YSRAYL, Malachiyah Ben. **Os macuas e a revolta no navio negreiro na Bahia**. 2012 https://www.geledes.org.br/os-macuas-e-revolta-navio-negreiro-na-bahia/. Acesso em: 15/01/2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Questionário

1. Qual seu nome?

2. Qual a sua idade?
( ) 18 a 29
( ) 30 a 39
( ) 40 a 49
( ) 50 a 59
( ) 60 a 69
( ) 70 ou mais

3. Qual seu e-mail?

4. Como você se identifica quanto à sua raça/cor?
( ) Negra (prete/a/o)
( ) Negra (parde/a/o)

5.Você nasceu em qual região do Brasil?
( ) Região Norte
( ) Região Nordeste
( ) Região Centro-Oeste
( ) Região Sudeste
( ) Região Sul

6. Onde você mora (estado e município/cidade)?

7. Qual a sua orientação afetivo-sexual?
( ) Lésbica
( ) Gay
( ) Bissexual
( ) Pansexual
( ) Heterossexual
( ) Assexual
( ) Outro:

8. Como você se identifica quanto à sua identidade de gênero?
( ) Mulher Cis
( ) Homem Cis
( ) Travesti
( ) Mulher Trans
( ) Homem Trans
( ) Trans Não Binárie
( ) Agender
( ) Outro:

9. Entre as nomenclaturas para descrever as pessoas negras de pele clara, com qual dessas categorias você se identifica mais?

( ) Parda
( ) Negra de pele clara
( ) Negra não retinta
( ) Negra-parda
( ) Outro:

10. Você sugere alguma(s) nomenclatura(s) que possa(m) descrever as pessoas negras de pele clara?

11. A escritora Alice Walker define o colorismo enquanto um "tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça com base apenas em sua cor" (WALKER, 2021, p. 259). Destaco que alguns aspectos do racismo na realidade brasileira constituem diferenças significativas das especificidades estadunidenses. Uma vez que o colorismo no Brasil também está associado às características físicas das pessoas negras, e não exclusivamente à cor da pele ou à ascendência.

Desta forma, o colorismo no Brasil poderia ser descrito como: tratamento preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça com base em sua cor e características físicas associadas à negritude.

Constrói-se, assim, uma armadilha de diferença de tratamento nesse sofisticado subproduto do racismo, intitulado colorismo.

Você já conhecia a expressão colorismo?

( ) Sim
( ) Não

12. Se sim, fale um pouco sobre a sua percepção sobre o colorismo?

13. Conforme reflete Lélia Gonzalez a categoria Amefricanidade tem um caráter metodológico associada ao caminho para transformação da realidade: "Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos" (GONZALEZ, 1988, p. 69-82).

Você já conhecia a categoria "Amefricanidade"?
( ) Sim
( ) Não

14. Se sim, fale um pouco sobre a sua percepção sobre Amefricanidade?

15. Considerando a máxima de "dividir para conquistar". Na sua opinião como a branquitude se beneficia da diferença de tratamento entre pessoas negras de pele escura e negras de pele clara?

16. Abdias Nascimento reflete que a ancestralidade contribui para o fortalecimento racial, mantendo viva a consciência coletiva, a partir da oralidade, tradições, espiritualidades, irmandades, afoxés, escolas de samba, capoeira, quilombos, culinária, entre outros (NASCIMENTO, 2020).

Quais dessas práticas de resistências e insurgências para fortalecimento da identidade negra você já vivenciou?

( ) Terreiro
( ) Irmandades
( ) Afoxés
( ) Escolas de samba
( ) Ballroom
( ) Capoeira
( ) Quilombo
( ) Culinária
( ) Carimbó
( ) Samba de roda
( ) Roda de samba
( ) Tambor de Crioula
( ) Bumba meu boi
( ) Jongo
( ) Congada
( ) Maracatu
( ) Reggae
( ) Hip-Hop
( ) Funk
( ) Black Power
( ) Tranças
( ) Dreadlock
( ) Feiras pretas
( ) Brincar de morto-vivo
( ) Brincar de terra-mar
( ) Brincar de pular elástico
( ) Outro:

17. Essa pesquisa nos convida a refletir sobre as metodologias possíveis, trazendo sugestões práticas, apresentando alguns exemplos para nos inspirarmos para a construção de projetos de resistências e insurgências, fundamentados nas vivências Amefricanas para o fortalecimento das pessoas negras.

Você conhece outros exemplos de resistências e insurgências negras? Se sim, quais?

18. Essa é uma busca para dar espaço às nossas referências de negritude, rompendo com as referências exclusivamente brancas privilegiadas na nossa sociedade, resgatando, assim, nossas histórias e recriando nossas potências negras.

Você gostaria de sugerir referências para contribuir no fortalecimento das identidades negras?

19. Você tem alguma religião/Crença? Se sim, qual?
( ) Candomblé
( ) Umbanda
( ) Católica
( ) Evangélica - Pentecostal/Neopentecostal
( ) Espírita
( ) Judaíca
( ) Hindu
( ) Budista
( ) Islamista
( ) Sem Religião
( ) Ateu/Ateia
( ) Agnóstica/o
( ) Outro:

20. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, de 2022, apresentou um aumento de pessoas se autodeclarando pretas, pardas e indígenas. Quais aspectos você correlaciona ao aumento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas) no IBGE de 2022?

21. Quais caminhos podemos sonhar e trilhar para construirmos um futuro que valorize também as nossas origens, a ancestralidade e o passado?

22. Gostaria de dizer mais alguma coisa? Alguma dúvida ou sugestão?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Informado-TCLI

BRANQUITUDE NO TRIBUNAL DO COLORISMO: *AMEFRICANIDADE* COMO METODOLOGIA DE FORTALECIMENTO DAS NEGRITUDES

Olá, me chamo Lusa Fontoura Portuguez, sou uma mulher cis, negra, pansexual, tenho 36 anos, assistente social, trabalhadora do Sistema Único de Saúde-SUS, atualmente cursando mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA), da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA).

Venho pedir sua contribuição para a pesquisa "BRANQUITUDE NO TRIBUNAL DO COLORISMO: *AMEFRICANIDADE* COMO METODOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DAS NEGRITUDES". Esse é um convite e uma busca para dar espaço às nossas referências de negritude, rompendo com as referências exclusivamente brancas, resgatando nossas histórias e recriando nossas potências.

Denunciando, por sua vez, a branquitude como responsável pela elaboração do Tribunal do Colorismo, traçando caminhos de reencontro, assegurando o direito às diversidades, às individualidades, enfrentando as tentativas de desumanização e fortalecendo as identidades negras.

Pondero, que após o sequestro de pessoas negras do continente africano para a escravização de seres humanos, as identidades raciais negras foram construídas baseadas em processos complexos fundamentados nas Diásporas Africanas, produzindo também diversas potencialidades.

Nesse contexto, destaco que essa pesquisa é direcionada EXCLUSIVAMENTE para pessoas que se autodeclaram NEGRAS (pretas e pardas).

Solicito a gentileza de somente pessoas negras responderem, para traçarmos caminhos de fortalecimento da identidade negra a partir do protagonismo da negritude e da Amefricanidade.

Informo que será garantido anonimato, *havendo a guarda dos registros por parte da pesquisadora pelo período de cinco anos, ao término do qual, serão destruídos.*

Destaco, ainda, que essa pesquisa é direcionada apenas para pessoas acima de 18 anos, por cuidados éticos em pesquisa.

O resultado dessa pesquisa será encaminhado posteriormente, via e-mail.

Por gentileza, responda da maneira que achar melhor.

Será rapidinho, terá duração média de 10 minutos.

Agradeço muito a sua participação.

ANEXOS

ANEXO A

Figura 23: Páginas na íntegra do registro fotográfico (referente à figura 10).



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora (2023)

ANEXO B

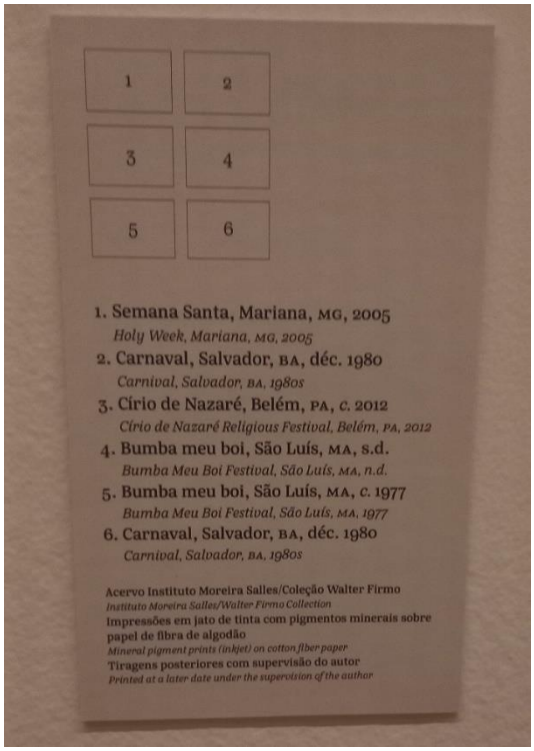
Figura 24: Fotografias da exposição de Walter Firmo “No verbo do silêncio a síntese do grito”, realizada no CCBB de Brasília (2023).



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora (2023)

ANEXO C

Figura 25: Legenda das fotografias da exposição de Walter Firmo "No verbo do silêncio a síntese do grito", realizada no CCBB de Brasília (2023).



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora (2023)